



**LÍVIA SANTOS LEMOS DE SOUZA**

**UM PROJETO DE EXTENSÃO: DIÁLOGOS SOBRE  
EMPODERAMENTO DE MULHERES RURAIS EM ESTUDO DE  
CASO DO GRUPO QUITANDAS DE OUROS NO MUNICÍPIO DE  
CONCEIÇÃO DOS OUROS EM MINAS GERAIS**

**LAVRAS-MG  
2019**

**LÍVIA SANTOS LEMOS DE SOUZA**

**UM PROJETO DE EXTENSÃO: DIÁLOGOS SOBRE EMPODERAMENTO DE  
MULHERES RURAIS EM ESTUDO DE CASO DO GRUPO QUITANDAS DE OUROS  
NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DOS OUROS EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,  
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de  
concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão,  
para obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dra. Viviane Santos Pereira

**LAVRAS-MG**

**2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

De Souza, Livia Santos Lemos.

Um projeto de extensão: diálogos sobre empoderamento de  
mulheres rurais em estudo de caso do grupo quitandas de ouros no  
município de Conceição dos Ouros em Minas Gerais / Livia Santos  
Lemos de Souza. - 2019.

132 p.

Orientador(a): Viviane Santos Pereira.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de  
Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Extensão Universitária. 2. Extensão Tecnológica.  
3. Projeto de Extensão. I. Viviane Santos Pereira. II. Título.

**LÍVIA SANTOS LEMOS DE SOUZA**

**UM PROJETO DE EXTENSÃO: DIÁLOGOS SOBRE EMPODERAMENTO DE  
MULHERES RURAIS EM ESTUDO DE CASO DO GRUPO QUITANDAS DE OUROS  
NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DOS OUROS EM MINAS GERAIS**

**AN EXTENSION PROJECT: DIALOGUES ON EMPOWERMENT OF RURAL  
WOMEN IN A CASE STUDY OF THE GOLD REMOTE GROUP IN THE  
MUNICIPALITY OF THE GOLD CONCEPT IN MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,  
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de  
concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão,  
para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 8 de abril de 2019.

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira    UFLA

Prof<sup>a</sup>. Dra. Viviane Guimarães Pereira        UNIFEI

Prof<sup>a</sup>. Dra. Viviane Santos Pereira

Orientadora

**LAVRAS-MG  
2019**

*Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, meu Pai, que me deu forças e orientações para que eu pudesse concluir essa etapa da minha vida. Em segundo à minha família muito especial (Claret e Arthur), que compreenderam minha ausência de forma incondicional em todos os momentos em que necessitavam da minha presença.*

*Aos amigos muito especiais: Aloísia e Luizinho, que me apoiaram nessa etapa importante da minha vida acadêmica. São pessoas que ajudam o ser humano sem esperar nada em troca.*

*Sem a família e os amigos acredito que não chegaria até aqui e nenhuma conquista valeria a pena.*

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, quero agradecer a Deus, por estar abençoando todos os dias da minha vida, por iluminar meu caminho, me fazer ser uma pessoa esforçada e cada dia melhor, seguindo sempre em frente na confiança da sua Providência Divina.

À Claret (esposo) e Arthur(filho), por compreenderem a necessidade da minha dedicação em ocupar quase todo o meu tempo nos estudos. Por terem a sensibilidade em saber esperar quando não podiam se comunicar comigo, respeitando minhas necessidades nesse tempo de clausuro. Agora é só aproveitar e recuperar o tempo que passamos um pouco distantes!

Aos meus pais, José Osvaldo Lemos (in memorian) e Lícia Santos Lemos.

Ao meu irmão Jailson (in memorian) que iniciou meu interesse na pesquisa científica. Obrigada meu irmão, que Deus o tenha recebido em seus braços.

À Universidade Federal de Lavras e, em especial, ao Departamento de Administração, pela oportunidade a mim concedida em poder realizar um sonho tão grandioso nessa conceituada instituição.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia pela participação em minhas aprendizagens de forma efetiva. Agradeço a oportunidade em realizar o estágio na Pró-Reitoria de Extensão e conhecer um espaço tão significativo para a universidade e toda sociedade. Meus agradecimentos em especial a todos que compõem o quadro de pessoal da PROEX do IFSULDEMINAS. À Cléber Ávila Barbosa que me recebeu com simplicidade e compreensão, principalmente por ter deixado à minha disposição servidores que tanto me ensinaram e se tornaram meus amigos (Lucas Resende, Nildo Batista, Alex, Juliana Pio, Ana Paula, Juliana Ramos). Por fim, pessoas que deixei para o final por serem muito especiais para mim (Aloísia e Luizinho).

Aloísia Hirata com quem tive a honra em trabalhar aprendendo a todo instante. Ela é responsável por eu ter chegado até aqui, me incentivou, guiou e me compreendeu com todas as “qualidades” que me apresentei a ela. Obrigada por ter concedido com generosidade tantos conhecimentos sem medir esforços e com muita simplicidade. Meu muito obrigada minha amiga, tudo que você fez por mim não tem preço e nunca irei esquecer. Ao Mário, esposo da Aloísia, que me apoiou de forma singular ao se ausentar da presença da esposa, a qual investiu horas me orientando e tirando minhas dúvidas. Meu muito obrigada!

Luís Carlos da Rocha (Luizinho), pessoa formidável e que encanta a todos por onde passa. Merece a minha eterna admiração e respeito. Obrigada meu amigo, por acreditar em minhas capacidades primeiro do que eu.

Aos meus colegas de Mestrado: Letícia, Maíra (minha amiga), Bruno Aguiar, Bruna, Bruno Gualberto, Antônio, Renata, Nahara, Clarice e João Pedro, meus amigos que não vou esquecer. Meu agradecimento especial à minha irmã em Cristo Letícia que sempre buscou me compreender e apoiar nos momentos mais difíceis dessa jornada. Bem já fala a palavra do Senhor, Pv. 18:24: “Tem amigos mais chegados que um irmão”. Obrigada minha irmã e amiga!

Agradeço à professora Viviane Pereira dos Santos, foi uma oportunidade tê-la como orientadora. Ah, que pessoa simples, calma, sábia...! É um orgulho tê-la no processo de minha formação. Agradeço pela confiança, amizade, orientações e paciência. Você é um exemplo de simplicidade, compreensão e competência. Muitíssimo obrigada! E que eu possa sempre contar com o privilégio da sua amizade.

Agradeço, também, às duas professoras da Banca de Qualificação, Viviane Guimarães da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e Maria de Lourdes Oliveira – Maroca (UFLA), por suas contribuições extremamente relevantes para que eu pudesse seguir adiante e concluir esse trabalho.

Aos professores, Viviane, Maroca, Thiago, Vânia, Sabrina, Vera, Marcelo Romaniello, que atuaram neste mestrado, pelos conhecimentos compartilhados e momentos de convivência. Meu muito obrigada!

Meu muito obrigada à Flávia, secretária deste curso, muito competente e atenta às nossas necessidades.

Agradeço às mulheres (Valdirene, Angélica, Adeliana, Rita e Vitória) que agora fazem parte da minha vida. Obrigada por ter dedicado tanto tempo e paciência, principalmente em ter-me confiado um pouco das suas experiências e histórias de vida. Agradeço por vocês fazerem parte desse processo de aprendizagem. Sem vocês nada seria possível de ser realizado.

Meus agradecimentos à Célia (Bude) e Duca, que cuidaram do meu filho com tanto carinho, amor e dedicação durante minha ausência. Obrigada!

Agradeço às amigas Paula Puggina (Engenheira de Alimentos) que me concedeu informações com paciência e prontidão. Aline Guidis e Poliana (EMATER/MG), pela paciência e dedicação no momento tão necessário. Obrigada pelos depoimentos. Muita emoção.

Às minhas amigas Elaine e Daniela Tagawa, quanto apoio e compreensão da minha ausência nessa jornada. As orações dessas mulheres me sustentaram.

Por fim, minha gratidão a todos que me ajudaram a cumprir essa jornada.

Chega um momento em sua vida, que você sabe: Quem é imprescindível para você, quem nunca foi, quem não é mais, quem será sempre!

Charles Chaplin

## RESUMO

A trajetória histórica das universidades públicas no Brasil perpassa por vários enfoques e ações, levando-as a uma diversidade de definições sobre a concepção de Extensão Universitária, percebida como um conceito em permanente construção. Contudo, as situações e práticas que evidenciam novas direções, exigem avanços e rumos para uma definição mais estável. A década de 80 é marcada pela criação do I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, objetivando construir o conceito e Institucionalização da Extensão. Nos últimos dez anos, essa discussão esteve voltada para o fortalecimento do conceito de extensão, regulamentando a parceria entre universidade e sociedade, conferindo às Instituições de Ensino Superior - IES, grande responsabilidade. Nessa direção, a intenção da Universidade Pública é realizar a interface entre os três pilares da universidade pública brasileira (ensino-pesquisa e extensão), através da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) em conformidade com o FORPROEX. Esse documento reafirma os objetivos elaborados ao longo da história dos Fóruns, além de apresentar as diretrizes que orientam as ações de extensão. Por outro lado, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia adotaram o conceito de extensão tecnológica a partir do conceito de extensão universitária, porém, interliga não somente as atividades de ensino e pesquisa às demandas da região, mas procura também associar as atividades de extensão às demandas da comunidade que se encontra no entorno dos *campi* da instituição. Para fomentar a extensão tecnológica, a Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação (SETEC), por meio da abertura de editais, apoiou nos últimos anos o desenvolvimento de alguns projetos com essa especificidade. Nessa oportunidade, em 2014, servidores do IFSULDEMINAS, em parceria com a EMATER/MG, aprovaram o projeto denominado “Desenvolvimento de produtos derivados da mandioca para inserção na alimentação escolar como perspectiva de segurança alimentar e empoderamento das mulheres rurais de Conceição dos Ouros” por meio do edital na chamada CNPq-SETEC/MEC Nº017/2014. O projeto objetivou o desenvolvimento de produtos alimentícios (quitandas) viáveis, do ponto de vista nutricional e econômico, para comercialização na alimentação escolar, com foco na inclusão de mulheres rurais no mercado de trabalho. As participantes foram as mulheres rurais que, após adesão às ações do projeto, foi intitulado: “Grupo Quitandas de Ouros”. Diante desses fatores citados, é originada a pesquisa intitulada: “Um Projeto de Extensão: diálogos sobre empoderamento de mulheres rurais em Estudo de Caso do Grupo Quitandas de Ouros no Município de Conceição dos Ouros em Minas Gerais”. A pesquisa foi realizada junto às cinco mulheres do Grupo Quitandas de Ouros e buscou compreender os impactos do projeto de extensão no grupo de mulheres. O estudo apresenta como objetivos: conhecer as contribuições, limites e desafios do projeto de extensão, na perspectiva do empoderamento e geração de renda das mulheres do grupo Quitandas de Ouros, bem como identificar esses fatores no que tange as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Extensão Tecnológica. Projeto de Extensão. Mulheres rurais.

## ABSTRACT

The historical trajectory of public universities in Brazil, runs through various approaches and actions, leading to a diversity of definitions about the concept of University Extension, perceived as a concept in permanent construction. However, situations and practices that reveal new directions require advances and directions for a more stable definition. The 80's was marked by the creation of the 1<sup>st</sup> National Forum of Pro-Dean of Extension of the Brazilian Public Universities, aiming to build the concept and Institutionalization of Extension. In the last decade, this discussion was focused on strengthening the concept of extension, regulating the partnership between university and society, giving Higher Education Institutions (IES) a great responsibility. In this direction, the intention of the Public University is to accomplish the interface among three pillars of the Brazilian Public University (teaching-research and extension), through the National Policy of University Extension (PNEU) in accordance with FORPROEX. This document reaffirms the objectives elaborated throughout the history of the Forums, in addition to presenting the guidelines that conduct the extension actions. On the other hand, the Federal Institutes of Education, Science and Technology have adopted the concept of technological extension, based on the concept of university extension, but it not only links teaching and research activities to the demands of the region, but also seeks to associate extension to the demands of the community that surrounds the institution's campuses. In order to promote technological extension, the Secretariat of Professional Education of the Ministry of Education (SETEC), through the opening of calls for proposals, has supported in the last years the development of some projects with this specificity. On that occasion, in 2014, public servants of IFSULDEMINAS, in partnership with EMATER/MG, approved the project entitled "Development of cassava products for insertion in school feeding as a perspective of food security and empowerment of rural women in *Conceição dos Ouros* ", through the call for proposals CNPq-SETEC/MEC N°017/2014. The project aimed at the development of viable food products (*quitandas*), from a nutritional and economic point of view, for marketing in school feeding, with a focus on the inclusion of rural women in the job market. Participants were rural women who, after joining the project, were entitled: "*Quitandas de Ouro* Group". Faced with these factors, the research titled: "An Extension Project: dialogues on the empowerment of rural women in a case study from the *Quitandas de Ouro* Group in the Municipality of *Conceição dos Ouros* in *Minas Gerais*". The research was carried out with five women from the *Quitandas de Ouro* Group and sought to understand the impacts of the extension project on the women group. The research aims to know the contributions, limits and challenges of the extension project, from the perspective of the empowerment and income generation of the women from the *Quitandas de Ouro* Group, as well as to identify these factors with regard to the guidelines of the National Policy of University Extension.

**Keywords:** University Extension. Technological Extension. Extension project. Rural women.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Periodização da interlocução das IES.....	19
Quadro 2	Memória dos Encontros dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.....	25
Quadro 3	Diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária.....	44
Quadro 4	Trajetória Histórica do PNAE.....	64
Quadro 5	Perfil das mulheres do grupo Quitandas de Ouros.....	75
Quadro 6	Síntese das Fases Metodológicas.....	80
Quadro 7	Contribuições apontadas pelos atores envolvidos na pesquisa.....	87
Quadro 8	Valores de repasse pelo FNDE para Alimentação Escolar: Prefeitura municipal de Conceição dos Ouros e IFSULDEMINAS <i>campi</i> : Pouso Alegre e Inconfidentes.....	92
Quadro 9	Limites apontados pelos atores participantes da pesquisa.....	105
Quadro 10	Desafios apontados pelos atores participantes da pesquisa.....	108

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do município de Conceição dos Ouros: ênfase no bairro rural de Três Cruzes.....	69
----------	--------------------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Transferência da população rural para a sede do município de Conceição dos Ouros/MG.....	69
----------	------------------------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE SIGLAS

APRACOUROS	Associação de Produtores Rurais e Agroindústria de Conceição dos Ouros
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CBEU	Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
CINCRUTAC	Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento
CRUTAC	Centros Rurais Universitários de Treinamento
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CODAE	Coordenadoria de Alimentação Escolar
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Ciências e Tecnológica
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONSEA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EMATER	Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EU	Extensão Universitária
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
IES	Instituição de Ensino Superior
IPES	Instituto de Pesquisa do Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério de Educação
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROEX	Programa Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
PET	Programa de Educação Tutorial
PNE	Plano Nacional de Educação
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PNEU	Política Nacional de Extensão Universitária
REFAE	Representação Estadual Fundação de Assistência ao Estudante
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SAN	Segurança Alimentar Nacional
SESU	Secretaria de Educação Superior
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento Nordeste
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência para a infância das Nações Unidas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UP	Universidade Popular

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	A escolha pelo tema.....	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	17
2.1	Breve histórico da Extensão Universitária.....	17
2.2	Extensão Universitária no Brasil.....	19
2.3	Diretrizes da PNEU para as ações da Extensão Universitária .....	43
2.4	Projeto de extensão.....	45
2.5	A extensão na Lei 11.892/08 e a extensão tecnológica no IFSULDEMINAS.....	49
2.6	Empoderamento das mulheres .....	53
2.7	Atores sociais: Agricultura familiar e camponeses .....	59
2.8	O Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE.....	63
3	PERCURSO METODOLÓGICO .....	68
3.1	Caracterização da pesquisa.....	68
3.2	Local de estudo.....	68
3.3	Primeiros trabalhos com as mulheres rurais de Conceição dos Ouros: ensaios para a organização da agroindústria.....	70
3.4	O Projeto de Extensão Universitária .....	71
3.4.1	Ações do Projeto.....	72
3.4.2	Resultados e impactos esperados .....	71
3.5	As mulheres do grupo Quitandas de Ouros participantes da pesquisa .....	74
3.5.1	Outros atores envolvidos na pesquisa.....	78
3.6	Coleta de dados .....	79
3.7	Análise dos resultados .....	84
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	85
4.1	Contextualização .....	85
4.2	Como o projeto foi pensado e por que voltado para mulheres rurais .....	85
4.3	Contribuições .....	86
4.3.1	Geração de trabalho e renda no meio rural .....	94
4.3.2	Uma perspectiva do valor do trabalho em grupo .....	95
4.3.3	A agroindústria: como estratégia de empoderamento para as mulheres rurais de Conceição dos Ouros .....	97
4.3.4	Impactos do Projeto de Extensão na formação do estudante .....	98
4.4	Limites .....	105
4.5	Desafios .....	108
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICES.....	129

## 1 INTRODUÇÃO

A trajetória histórica das universidades públicas no Brasil perpassa por vários enfoques e ações, levando-as a uma diversidade de definições sobre a concepção de Extensão Universitária percebida como um conceito em permanente construção. Contudo, as situações e práticas que evidenciam novas direções, exigem avanços e rumos para uma definição mais estável.

Nesse sentido, o I Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, que atualmente representa as IES, surge com o objetivo de refletir e discutir uma nova concepção e dimensão da Extensão e, na última década, essa discussão esteve voltada para o fortalecimento do conceito de extensão, regulamentando a parceria entre universidade e sociedade conferindo às Instituições de Ensino Superior - IES, grande responsabilidade. Assim, a intenção é a de realizar a interface entre os três pilares da universidade pública brasileira (ensino-pesquisa e extensão), através da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) em conformidade com o FORPROEX, que busca reafirmar os objetivos construídos ao longo da história do Fórum, além de apresentar as diretrizes que orientam as ações de extensão.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia adotaram o conceito de extensão tecnológica a partir do conceito de extensão universitária, porém, interliga não somente as atividades de ensino e pesquisa às demandas da região, mas procura também associar as atividades de extensão às demandas das comunidades que se encontram no entorno dos *campi* da instituição. Segundo documento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o diferencial da extensão tecnológica está no atendimento aos segmentos sociais e ao mundo do trabalho com ênfase na inclusão social que irá favorecer o desenvolvimento local e regional (CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CONIF, 2013).

Para fomentar a extensão tecnológica, a Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação (SETEC), por meio da abertura de editais, apoiou nos últimos anos o desenvolvimento de alguns projetos com essa especificidade. Nessa oportunidade, em 2014, servidores do IFSULDEMINAS, em parceria com a EMATER/MG, aprovaram o projeto denominado: “Desenvolvimento de produtos derivados da mandioca para inserção na alimentação escolar como perspectiva de segurança alimentar e empoderamento das mulheres rurais de Conceição dos Ouros”, por meio do edital na chamada CNPq-SETEC/MEC Nº017/2014. A ideia surge a partir de um trabalho de extensão e de uma demanda antiga da

comunidade rural e do município que via no meio rural necessidades e potencialidades para o desenvolvimento de atividades do projeto de extensão. O projeto teve como objetivo o desenvolvimento de produtos alimentícios (quitandas) viáveis, do ponto de vista nutricional e econômico, para comercialização na alimentação escolar, com foco na inclusão de mulheres rurais no mercado de trabalho. As participantes foram mulheres rurais que já trabalhavam com a fabricação caseira de biscoitos e outras “quitandas” de polvilho.

Desenvolver projetos com foco em alimentação escolar, segurança alimentar e ainda inclusão de mulheres, pode parecer audacioso demais para um projeto de extensão com poucos recursos e num curto espaço de tempo, porém, parece que o propósito está em sintonia com os objetivos da extensão tecnológica dos Institutos Federais, ademais, algumas ações do projeto tiveram boa repercussão na região, recebendo inclusive o reconhecimento da EMATER-MG como Destaque nas ações de Extensão Rural no ano de 2016.

Nesse sentido, surgiu o interesse desta pesquisa, que busca compreender os impactos do projeto de extensão no grupo de mulheres intitulado “Quitandas de Ouros” beneficiárias do projeto. A partir dos estudos sobre a compreensão da missão da extensão universitária e a extensão tecnológica é que o estudo apresenta a questão de pesquisa que irá nortear esse trabalho: Há possibilidades de um projeto de extensão contribuir para diminuir as desigualdades sociais, em particular, as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade?

Outros questionamentos poderão ajudar na busca de respostas a esse problema de pesquisa, como: De que forma o Projeto de Extensão Universitária contribui para o empoderamento e emancipação das mulheres do grupo Quitandas de Ouros, e como isso é evidenciado nos resultados e no reconhecimento do grupo? Quais as potencialidades e limitações encontradas no processo de desenvolvimento do projeto, e como esses fatores foram enfrentados pelo grupo Quitandas de Ouros e pelos extensionistas?

Dessa forma, a pesquisa terá como objetivo geral conhecer as contribuições, limites e desafios do projeto de extensão, na perspectiva do empoderamento e geração de renda na percepção das mulheres rurais do grupo Quitandas de Ouros, coordenadora do projeto e da extensionista da EMATER/MG demandante do projeto.

Para atingir esse objetivo, foram definidos como Objetivos Específicos: 1. Conhecer e compreender as contribuições do Projeto de Extensão Universitária; 2. Verificar os limites e desafios do Projeto de Extensão; 3. Conhecer as contribuições, limites e desafios do projeto, no que tange as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária.

Assim, a pesquisa torna-se relevante por contribuir na reflexão do papel da extensão universitária, evidenciando a importância das ações de extensão por meio dos projetos e suas

contribuições nas questões sociais do país, bem como reafirmar o cumprimento da missão da Universidade com a sociedade. Ademais, os resultados encontrados durante a análise desta pesquisa também poderão ser referência para outros grupos de mulheres, bem como para o desenvolvimento de outros projetos de extensão e outras possíveis pesquisas dentro dessa temática.

É diante desses fatores citados que esse trabalho é justificado.

### **1.1 A escolha pelo tema**

Para que seja possível melhor compreender a minha relação com o tema, será necessário realizar uma breve trajetória acerca da minha inserção no IFSULDEMINAS, local onde tudo se iniciou.

Sou Lívia Souza, natural de Salvador, casada com Antônio Claret de Souza há 13 anos e dessa união tivemos o Arthur Souza, hoje com 11 anos. Já há 15 anos moro em Pouso Alegre/MG, onde até o momento resido.

Em 2014 iniciei o curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e em meu 5º período, mais especificamente em fevereiro de 2016, ingressei no estágio de Pedagogia no IFSULDEMINAS na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX com o objetivo de trabalhar com cursos a distância sobre “Gestão do PNAE”, coordenado pela servidora Aloísia Hirata com a qual tive a oportunidade de conhecer outros projetos por ela coordenados voltados para as questões de gênero no meio rural, e um desses projetos foi o das mulheres rurais de Conceição dos Ouros. Neste projeto, intitulado:” Desenvolvimento de produtos de mandioca e polvilho para inserção na alimentação escolar na perspectiva da segurança alimentar e empoderamento das mulheres rurais de Conceição dos Ouros”, tive a oportunidade de participar e acompanhar as ações em seu último ano de execução, sendo possível conhecer a proposta do projeto que envolveu mulheres do meio rural em situação de desigualdade social.

Durante as ações, houve interação com alguns colaboradores do projeto com os quais pude perceber suas expectativas e entusiasmo em relação aos supostos resultados que poderiam vir à tona.

Foi a partir da minha inserção em algumas ações e seus resultados iniciais que houve interesse em desenvolver a proposta da minha pesquisa intitulada: “Um projeto de Extensão: diálogos sobre empoderamento de mulheres rurais em Estudo de Caso do Grupo Quitandas de Ouros no Município de Conceição dos Ouros em Minas Gerais”.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Breve histórico da Extensão Universitária

A extensão universitária teve sua origem datada no final do século XVIII, sendo esta uma criação Inglesa, e sua disseminação, expansão e organização ocorre na segunda metade do século XIX, quando também surgem as grandes transformações socioeconômicas e a Universidade Moderna (CORREIA, 2000). Esse período, ainda, é marcado por associações de senhoras ocorridas em grandes cidades, objetivando organizar conferências para os discentes das universidades a fim de enunciar palestras nas diversas áreas de conhecimento (CORREIA, 2000).

Ainda de acordo com o autor em referência, observou-se que tais conferências eram de caráter isolado e sem continuidade, pelo fato de o conferencista comparecer poucas vezes e não conseguir manter elo com seu público. Contudo, essas conferências, antes reservadas às senhoras, obtiveram sucesso e êxito e passaram a ser proferidas aos operários e ao público em geral.

Nesse período, a extensão universitária é entendida como uma transferência e expansão das culturas superiores, dirigidas às massas que não se envolviam com problemas sociais. Contudo, em meados do século XIX, nasce o sentimento de responsabilidade cívica, uma espécie de movimento social, e sua existência é efetivada a partir de um grupo de professores que desenvolveram trabalhos de educação de adultos (GURGEL, 1986; MELO, 2010).

As Universidades de Oxford e Cambridge deram início à extensão universitária, estabilizando-se nas IES inglesas vinculadas a uma nova proposta educacional que, de acordo com Melo (2010), tem características definidas através dos universitários, que tomam como missão, a ampliação dos conhecimentos com cursos, ou seja, a educação continuada destinada não somente às classes menos favorecidas, mas a todos os adultos que se encontravam fora das Universidades, dando início à utilização da expressão “extramuros”.

A partir do surgimento de uma nova concepção de educação, surgem no séc. XIX, as universidades que aderiram ao modelo americano, solidificado no final do mesmo século. Nesse contexto, as atividades extensionistas tinham características bem definidas: atividades universitárias gerais, que ocorriam na área urbana, e as atividades cooperativas, nas áreas rurais, elemento central do desenvolvimento nacional dos Estados Unidos (MELO, 2010).

Para Correia (2000), a expansão das atividades extensionistas nas universidades americanas foi fruto da aprovação da Land Grant Colleges, que acabou concedendo terras aos Estados para a criação de Centros de Educação Superior. Estas terras deveriam manter, pelo menos, uma instituição de ensino superior por estado.

Com o desenvolvimento das atividades extensionistas americana, a partir de doações de terras subsidiadas pelo governo, as universidades obtiveram grande facilidade para realizar pesquisas e sua aplicação, além de todas as suas atividades serem sustentadas pelas instituições governamentais. Por isso, as universidades americanas voltaram seus conteúdos universitários na prestação de serviços, objetivando o desenvolvimento da região (MELO, 2010).

Para Gurgel (1986, p. 60), “a extensão cooperativa se desenvolve através da participação conjunta do governo federal, estadual e municipal”.

O modelo americano passa, então, a expandir-se, devido à busca de uma economia mundial de livre comércio, e Clark Kerr (Reitor da Universidade da Califórnia, na época), cunhou o termo Multiversidade, com uma ideia de universidade moderna. Uma universidade multifuncional que age como prestadora de serviços, com ações voltadas para soluções dos problemas sociais. Contudo, o modelo de Multiversidade, tinha relação com atores sociais voltados às demandas mercadológicas e não às necessidades sociais (SEBINELLI, 2004).

No final do séc. XIX e início do séc. XX, surge na França uma universidade que seguia uma linha populista, as Universidades Populares, e sua origem e “desenvolvimento coincide com o período dos confrontos e tensões entre capital e trabalho, burguesia e proletariado e conseqüentes organizações de classe” (CORREIA, 2000, p. 66).

Segundo Melo (2010, p. 36), a Universidade Popular (UP) “objetivava promover, de forma gratuita, conferências e cursos. Contudo, o embate entre a intelectualidade e a realidade foi um dos maiores obstáculos para o sucesso” da UP. Esses embates são referentes às críticas dirigidas diretamente aos intelectuais da época que frequentavam as universidades populares (GURGEL, 1986).

Esse modelo de universidade promoveu convicção acerca da “importância de uma mente esclarecida ser a condição absoluta para justiça social futura” (CORREIA, 2000). Nota-se, ainda, nos escritos do autor, que os conhecimentos científicos produzidos nas universidades populares deveriam alcançar todos aqueles que estavam à margem do conhecimento, nos extramuros das universidades, além de apoiar os movimentos sociais que se sucediam naquela época. Assim, a diferença existente entre a Extensão Universitária e a Universidade Popular, é que a primeira estava voltada de forma restrita para cursos e principalmente para conferências isoladas, já a segunda, estava voltada para o atendimento das necessidades da sociedade, visando aproximar a cultura da população.

Vale ressaltar que a Extensão Universitária (EU) e a Universidade Popular (UP) são duas experiências distintas, mas que estavam fundamentadas na democratização do saber universitário. É importante salientar que as duas vertentes surgem no século XIX, levando em

consideração que a universidade no séc. XIX alcançou todos os continentes, e as “duas vertentes vão combinar-se de formas variadas para compor a experiência da extensão universitária nas mais diversas instituições da América Latina” (BATOMÉ, 1996, p. 52).

Esses fatos evidenciam como esses modelos inspiraram e inspiram as atividades educacionais no mundo inteiro, partindo desde a sua construção até o desenvolvimento das atividades atuais das universidades e, das universidades brasileiras, que estão centradas no ensino, na pesquisa e na extensão.

## 2.2 Extensão Universitária no Brasil

Ao tratar do tema Extensão Universitária no Brasil, temos como referência Ana Luiza Souza (2010, p. 83), que apresenta a periodização da interlocução com as IES em quatro períodos distintos, conforme pode ser observado no Quadro 1: do início do Ensino Superior até as primeiras experiências extensionistas, das primeiras experiências extensionistas até 1964, de 1964 até a Abertura política e da Abertura política até os dias atuais, destacando um breve histórico do FORPROEX.

**Quadro 1 - Periodização da Interlocução com as IES.**

<b>Período</b>	<b>Principais acontecimentos</b>
<b>I PERÍODO:</b> do início do ensino superior até as primeiras experiências extensionistas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Curso livre dos Jesuítas.</li> </ul>
<b>II PERÍODO:</b> das primeiras experiências extensionistas até 1964.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Universidade Popular – UP (1911)</li> <li>▪ Escola Agrícola (1912)</li> </ul>
<b>III PERÍODO:</b> de 1964 até a Abertura Política.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ CRUTAC</li> </ul>
<b>IV PERÍODO:</b> da Abertura Política até os dias atuais, destacando um breve histórico do FORPROEX.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fórum de Pró-Reitores de Extensão</li> <li>▪ Interação com o MEC</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Souza (2010).

### ➤ **I Período – Do início do Ensino Superior até as primeiras experiências extensionistas.**

A partir das reflexões trazidas por Souza (2010), pode-se considerar que o Ensino Superior surgiu no Brasil em 1549 com a chegada dos religiosos da Companhia de Jesus, e a presença da Extensão, neste momento, pode ser observada a partir de dois fatores: os cursos de artes abertos à população e a procura de vocações sacerdotais (SOUZA, 2010).

No início do século XIX, a Família Real chega ao Brasil provocando mudanças no ensino superior com a criação de cursos e academias destinados a burocratas para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos e profissionais de nível médio (CUNHA, 1980 citado por SOUZA, 2010). A autora destaca que nesse período da história foi criada no Rio de Janeiro a Escola Politécnica (1874) e a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), e as preocupações extensionistas no Ensino Superior consistiam, basicamente, na formação de mão-de-obra a fim de atender às necessidades do mercado (SOUZA, 2010).

A relação das Instituições de Ensino Superior – IES com a sociedade ocorria por meio de preparação de profissionais com o intuito destes atuarem em seu meio, não sendo possível registrar, nesse período, nenhuma ação extensionista por parte do Ensino Superior.

De acordo com Santos Filho (1993 citado por SOUZA, 2010), a partir de 1827, com a criação dos cursos de Direito em São Paulo e em Olinda-PE, que é possível encontrar a expressão mais completa da ação extensionista. De acordo com o autor, estas ações eram caracterizadas pelo seu papel crítico e questionador da realidade social e, foi graças a estas ações extensionistas, embora não reconhecida ainda com esta designação, que novos rumos marcaram e foram dados à História brasileira.

Até este momento, não havia preocupação por parte das IES em conceituar a Extensão, e falar em Institucionalização era algo anacrônico, pois as próprias IES ainda buscavam conceber a si próprias.

## ➤ **II Período – Das primeiras experiências extensionistas até 1964.**

As primeiras Universidades no Brasil surgem no período da República, quando as IES buscam tentar executar atividades diferentes da prática do ensino e da pesquisa. Neste período, registra-se três exemplos que representam estas ações: a Escola Agrícola em Lavras (1908), atual UFLA, a Universidade Popular Livre de São Paulo (1911), e a Escola Superior de Agricultura Veterinária de Viçosa (1920). No caso da Universidade Livre de São Paulo, a influência veio da Inglaterra, e da Escola Superior de Agricultura Veterinária em Viçosa, veio dos Estados Unidos (FORPROEX, 2012a).

Para Souza (2010), a Universidade Popular Livre de São Paulo caracterizava-se por não seguir os padrões oficiais de corpo docente e discente, e ter como atividade principal a promoção gratuita de conferências e cursos abertos a quem fosse de interesse. Contudo, a Universidade não atingiu o interesse da classe popular, sendo este um dos motivos pelo qual sua existência durou apenas cinco anos, encerrando suas atividades em 1917.

Neste momento, a tentativa de Institucionalização da Extensão no Brasil ocorre de acordo com moldes importados, tratava-se da primeira sistematização da extensão segundo modelo norte-americano (GURGEL, 1986).

Vale ressaltar que, nos EUA, a experiência de extensão ocorria dentro de duas propostas distintas: a Extensão cooperativa ou rural e a Universitária ou geral, ambas atuavam na prestação de serviços.

No Brasil, foi adotada a prática da Extensão cooperativa, na linha de prestação de serviços ao meio rural, atuando em programas de assistência técnica aos agricultores, programas de economia doméstica e de organização da juventude, e por algum tempo, as ações rurais caracterizaram mais fortemente a Extensão no Brasil (SOUZA, 2010).

Já a Extensão Universitária, realizava cursos por correspondência, cursos noturnos e de preparação de professores, entre outros. Foi dessa experiência extensionista que se originaram os *Campi* fora das Universidades, o que fomentou a regionalização da Extensão.

Estas duas propostas de Extensão (Rural e Universitária), serão mais tarde assumidas pelo Governo Militar de 1964 (SOUZA, 2010). De acordo com a autora, foi com a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras – Decreto nº 19. 851/1931, instituído na era Vargas (1931), que a Extensão Universitária se tornou legalmente componente dos objetivos do Ensino Superior, legitimando seu caráter de prestação de serviços (BRASIL, 1931).

Além do encerramento das atividades da Universidade Livre de São Paulo em 1917, este ano também marca a recém-criada Escola Agrícola: o governo mineiro reconheceu a Escola Agrícola de Lavras; foi construído o primeiro silo aéreo de alvenaria do estado de Minas Gerais. Diante dessa trajetória, a UFLA consolidou-se pelo seu pioneirismo na extensão e realizada a I Exposição Agropecuária e Industrial de Minas Gerais e a II Festa do Milho.

O que se observa nesse segundo período, é que a elaboração da concepção de Extensão Universitária advinda das IES, quando houve, esteve sempre pautada na prestação de serviços, seja na criação das Universidades Populares (cursos e conferências), seja na criação da Escola Agrícola em Lavras ou na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (Extensão Rural).

### ➤ III Período – De 1964 até a Abertura política.

Até meados da década de 60, mais especificamente em 1964, as IES ainda não tinham uma prática extensionista e, neste período, não haviam também preocupações específicas por parte das IES dessa prática (SOUZA, 2010). Nessa mesma década, foi criado em Salvador (BA) o Conselho

de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB com a participação de dezoito reitores “com o propósito de efetivar a reforma universitária, que visava desvincular o controle administrativo e financeiro do Estado, na defesa de sua autonomia” (SBARDELINI, 2005, p. 37).

Foi na XXIII Reunião Plenária (1976), realizada no Maranhão, que o CRUB definiu Extensão como:

uma projeção da Universidade ao meio, com o oferecimento de conhecimentos teóricos e práticos para o consumo das comunidades, sob a forma de treinamento supervisionado, e simultânea prestação de serviços. É a definição da efetiva posição tridimensional da Universidade Moderna (CRUB, 1976, p. 16 citado por SOUZA, 2010, p. 91).

Assim, o CRUB desenvolveu suas atividades em três frentes: a delegada pelo MEC/USAID; a função de colaborador do MEC, desenvolvendo estudos e projetos no que tange aspectos do ensino superior e a função de interlocutor, porta-voz da Universidade e órgão de reivindicação junto ao MEC (FAGUNDES, 1985, p. 84 citado por SOUZA, 2010, p. 91).

A criação do CRUB não provocou alterações sobre a prática extensionista das IES, uma vez que suas atividades oscilaram entre porta-voz das Universidades e protagonista da política governamental, indicando incoerência da sua proposta inicial às IES (SOUZA, 2010).

Em 1969 surge a elaboração de um relatório sobre as atividades extensionistas que aconteciam em todo o país, patrocinado pelo CRUB e realizado por Garcia (1968). Neste relatório, encontra-se uma concepção do termo Extensão, segundo a autora:

EXTENSIÓN UNIVERSITARIA es el puente permanente entre Universidad y todos los sectores de la sociedade, que lleva hacia ellos, em forma programada – conforme sus requerimientos y necesidades, según el nivel de cada uno – el acervo de cultura y conocimientos de que es depositaria, através de la movilización sistemática de todos sus unidades, de todos los recursos humanos y materiales y de toda la dinámica que posee. Esto, com el fin de lograr la integración exigida por el momento actual, ayudando así al progreso y a la divulgación de las ciencias y artes, a, os câmbios sociales justos y al desarrollo nacional, todos estrechamente vinculados com las tareas de la investigación y la docência superior (GARCIA, 1968, p. 3 citado por SOUZA, 2010, p. 93).

Em finais da década de 1960, houve a institucionalização da Extensão e, em 1969, é criado por Onofre Lopes, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação comunitária – CRUTAC, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que tinha como objetivo a prestação de serviços, o treinamento de alunos e cursos técnicos. Nessa década, o CRUTAC “representou para o SUDENE a esperança de um tipo de postura da nova universidade” (GURGEL, 1986, p. 96).

Ainda, em relação ao CRUTAC, este surge como resposta às críticas das IES concernentes a atuação do Projeto Rondon, e era coordenado pela Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento – CINCRUTA (1969), o qual mais tarde foi substituído pelo CODAE.

Os principais objetivos do CRUTAC eram o treinamento de estudantes e a assistência às comunidades rurais; tratava-se de um programa da Universidade, que objetivou construir unidade de trabalho de jovens acadêmicos a serviço da promoção do homem do campo e do desenvolvimento integrado da Nação (LOPES, 1972).

A Universidade, por meio do Projeto Rondon, do CRUTAC e dos Campi Avançados, objetivava cumprir um papel social de atender às necessidades das comunidades em vulnerabilidade, e paralelamente se deixava servir aos propósitos do Estado, enquanto as questões concernentes ao ensino ficavam em plano secundário (SOUZA, 2010).

Até o início da abertura política em que o país viveu, a partir da década de 70, a Extensão Universitária só ocorre sob o comando do Estado, não havendo presença marcante das IES nas questões de Extensão. Esse período foi marcado por um momento em que a Extensão Universitária correspondia à prestação de serviços de assistência às comunidades carentes, sendo estas ações representadas pela existência dos CRUTAC.

#### ➤ **IV Período - Da Abertura política até os dias atuais: ênfase à breve história do FORPROEX.**

Nos anos 80, a Universidade vive o início de uma nova fase e sua despreocupação nas questões voltadas às atividades extensionistas, agora dá lugar à implementação da sua democratização, o fortalecimento da categoria docente, inclusive mais efetividade em sua institucionalização e até uma reformulação do conceito de Extensão, passando a ser buscada além da sua compreensão tradicional de disseminar conhecimento, prestar serviços ou difundir cultura (SOUZA, 2010).

Segundo a autora em referência, utilizando-se das colocações de Reis (1992), a partir de 1985 um novo quadro docente entra no poder com o compromisso de situar a Universidade aos anseios da população, e um dos temas estava centrado na autonomia universitária e no retorno da extensão universitária como um dos fatores de integração entre academia e sociedade (SOUZA, 2010). Esse compromisso passa a ser o eixo das atividades, e a Extensão passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa, interligando as Universidades ao exercício de transformação da Sociedade.

Nesse período, dentro do movimento docente, mantinha-se uma discussão constante sobre o compromisso social da Universidade, de “sair dos seus próprios muros, dos gabinetes, de renegar o academicismo vedado e a produção de um conhecimento compartimentado ao extremo,” e passar a ser de fato, uma instituição social de interesse público (SOUZA, 2010, p. 97).

A abertura política nas Universidades favorecia a eleição de diversos reitores, apoiados pelo movimento docente, e é nesse contexto que nesse período encontram-se vários militantes do movimento docente ocupando as cadeiras administrativas como reitores e pró-reitores, formando sua bancada na administração da Universidade (SOUZA, 2010).

Nesse momento de novas discussões, surgem os Fóruns e, dentre eles, o de Extensão, onde a pauta estava travada na discussão da relação da Universidade com a Sociedade, e essa relação deveria se estabelecer de forma orgânica, vinculada àquilo que a Universidade faz: ensino e pesquisa, e essa discussão se estendeu até 1986.

Segundo Souza (2010), é essa discussão que vai dar origem, de uma forma mais sólida e organizada, ao I Fórum de Pró-Reitores de Extensão que aconteceu no Distrito Federal em novembro de 1987 com a participação de representantes de 33 Universidades Públicas.

A seguir, apresentamos no Quadro 2, uma síntese objetivando trazer a memória dos Encontros do FORPROEX desde 1987 até o início de 2018.

**Quadro 2 – Memória dos Encontros dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

	<b>ANO/ CIDADE SEDE</b>	<b>TEMA</b>	<b>PRINCIPAIS DISCUSSÕES</b>	<b>INSTITUIÇÕES QUE COORDENARAM OS ENCONTROS</b>
I Fórum	1987/Brasília-DF	Conceito, Institucionalização e financiamento da Extensão	O encontro discutiu uma nova concepção e nova dimensão da Extensão, e define a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. (...) Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social	Universidade Federal do Pará (UFPA) Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Universidade Federal do Paraná (UFPR) Universidade Federal de Brasília (UNB) Obs.: Estiveram presentes neste Fórum 33 instituições públicas brasileiras.
II Fórum	1988/Belo Horizonte-MG	Estratégia de Articulação com o Ensino e Pesquisa e os subtemas: Pesquisa e Compromisso Social, Conceito de Sala de Aula, Extensão, Estágio e Crédito Curricular e Projetos e Atividades de Extensão.	O II Encontro reafirma e dilata as proposições antes elaboradas quanto ao compromisso social da Universidade e o papel da Extensão como articuladora do ensino e da pesquisa.	Universidade Federal de Brasília (UNB)
III Fórum	1989/Belém-PA	Relação da Universidade e Sociedade: a questão da prestação de serviços, tendo como subtema: A interdisciplinaridade.	Nesse fórum determinou uma concepção de “prestação de serviços que não deveriam ser assistencialistas, mas assumida em plano institucional e inserida em uma proposta pedagógica global”.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

			<p>Quanto ao tema interdisciplinaridade as discussões levaram ao entendimento de que a questão da interdisciplinaridade é ao mesmo tempo um problema e um desafio, intrínseco ao processo de produção e transmissão do conhecimento.</p>	
IV Fórum	1990/Florianópolis-SC	<p>Extensão Universitária: As perspectivas nos anos 90. E como subtemas: Educação e Alfabetização e Metodologia em Extensão Universitária.</p>	<p>Sobre Metodologia de Extensão: a expressão resulta do exercício da autonomia da Universidade Pública através da gestão democrática e nos esforços para a socialização do conhecimento. Desta forma, entende-se que a seleção das metodologias a serem aplicadas em programas/projetos de extensão, deverá ser orientada pelos seguintes princípios:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. explicação da Teoria que fundamente a prática;</li> <li>2. afirmação de um compromisso filosófico e prático sustentado numa concepção de Universidade, claramente explicitada;</li> <li>3. inserção na realidade social a partir das necessidades do conjunto da população e das perspectivas de mudança.</li> </ol> <p>Em relação as deliberações para a temática de “Educação e Alfabetização realizadas no IV Encontro Nacional podem ser apontados:</p> <p>I - estabelecer uma direção de trabalho comprometida para erradicar as causas do analfabetismo;</p> <p>II - insistir que os programas de fomento para erradicar as causas do analfabetismo sejam</p>	<p>Universidade Federal do Pará (UFPA)</p>

			<p>feitos nas Universidades Públicas através de programas institucionais;</p> <p>III - garantir que os projetos componentes dos programas de erradicação do analfabetismo, gerenciados pela Universidade Pública, sejam feitos com o envolvimento das instituições comunitárias responsáveis pela alfabetização;</p> <p>IV - articular nos programas de erradicação das causas do analfabetismo, a pesquisa e o ensino universitários;</p> <p>V – valorizar os cursos de licenciatura como requisito básico para a recuperação da qualidade e condições do trabalho docente, restaurando o prestígio e o crédito do magistério.</p>	
V Fórum	1991/São Luis-MA	A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática UFMA.	As conclusões finais do V Encontro do Fórum circundavam na ideia da integração da universidade e seu comprometimento com a sociedade na medida em que, quanto mais autônoma e democrática for a universidade, maior será sua criatividade para encontrar caminhos, junto à sociedade, para as problemáticas identificadas. Nessa perspectiva, “ensino, a pesquisa e a extensão devem estar no mesmo patamar em relação ao planejamento e orçamento das universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área.	Universidade Federal do Pará (UFPA)
VI Fórum	1992/Santa Maria-RS	Universidade e Cultura	O VI Encontro foi marcado pela percepção de descompasso entre o FORPROEX e o CRUB em relação ao direcionamento das diretrizes da Educação Superior. Contudo, tal evento	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

			<p>permitiu uma série de acontecimentos institucionais que fortaleceram a Extensão Universitária, a saber:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Portaria nº 66 de 13 de abril de 1993 que criou a Divisão de Extensão e Graduação (DIEG), juntamente ao Departamento de Política de Educação Superior (DEPES) dentro da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (SESs/MEC);</li> <li>2. Comissão de Extensão Universitária, visando elaborar programas que deliberem princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES.</li> </ol>	
VII Fórum	1993/Cuiabá-MT	Avaliação da Extensão no contexto da autonomia Universitária.	<p>Destaca-se como conclusão desse VII Encontro a ideia de que a avaliação ora proposta deve considerar três níveis inter-relacionados, a saber: o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão, o impacto dessas ações junto à sociedade com quem atuam, e os processos/métodos e instrumentos de avaliação.</p>	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
VIII Fórum	1994/Vitória-ES	Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional.	<p>Nesse VIII Encontro, foi discutido que a Universidade deveria ser um espaço onde fosse viável o pleno exercício da cidadania e afirmava que a soberania nacional iria acontecer quando a população brasileira pudesse gozar de seus direitos sociais, políticos e econômico. Para tanto, a Universidade deveria, através de suas atividades, ser protagonista desta ação, a</p>	<p>Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)</p> <p>Obs.: Este encontro contou com a participação de aproximadamente setenta e seis representantes das IES Públicas Brasileira.</p>

			questão central era que a Universidade pudesse dialogar mais com a sociedade.	
IX Fórum	1995/Fortaleza-CE	Articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimento regionais e nacionais.	Dentre as deliberações apresentadas no Relatório Final desse Encontro Nacional, pode-se afirmar que neste tocante foi considerada a heterogeneidade do contexto nacional. De modo geral, foi recomendado que houvesse a efetiva busca, através das práticas articuladoras de sentido coletivo, com outros Fóruns e com outras instâncias visando revitalizar o ensino através da pesquisa, aprimorar mecanismos de avaliação de impacto, estimular iniciativas com foco social, sobretudo relacionadas à miséria e à fome e que os Fóruns Regionais se responsabilizem pela sistematização de suas práticas. Pela primeira vez foi eleita a primeira presidente do Forproex, a professora Tânia Baibich da Universidade Federal do Paraná.	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
X Fórum	1996/Belém-PA	Não foram encontradas informações.	Esse X Encontro Nacional teve dois objetivos centrais que direcionaram as atividades propostas: “discutir as formas de participação das Universidades Públicas Brasileira, nas políticas sociais, governamentais e em ações conjuntas como o movimento social; definir uma Política Nacional integrada de extensão universitária, em função da presente conjuntura nacional e internacional”.	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
XI Fórum	1997a/Curitiba-PR.	Súmula da Avaliação da Extensão Universitária e o PAIUB	O XI Encontro optou pelo registro das conclusões dos grupos de trabalho por região.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

			No documento Final não constam as conclusões finais dos grupos, devido ao objetivo de elaborar uma síntese como produto final consensual do Fórum.	
XII Fórum	1997b/Brasília-DF	Não foram encontradas informações.	<p>O XII Encontro ocorreu com caráter extraordinário e logo na abertura foi apresentado o Programa Universidade Cidadã. O documento final registrou as seguintes deliberações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Constituição da Comissão Nacional de Extensão do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras com a missão de elaborar o primeiro Plano Nacional de Extensão;</li> <li>2) Elaboração de indicadores quantitativos das ações extensionistas desenvolvidas até então;</li> <li>3) Constituição de Comitês Temáticos para debates sobre temas de relevância social;</li> <li>4) Inserção do Programa Nacional de Bolsas de Extensão no Plano Nacional de Extensão;</li> <li>5) Construção de resumos explicativos dos projetos de maior relevância de cada Universidade de acordo com o Programa Universidade Cidadã;</li> <li>6) Elaboração de texto jornalístico único a ser divulgado por cada universidade em seu entorno constando os principais resultados desse evento.</li> </ol>	Não foram encontradas informações.
XIII Fórum	1998a/Brasília-DF	Não foram encontradas informações.	O XIII Encontro também ocorreu com caráter extraordinário.	Não foram encontradas informações.

			O Plano Nacional de Extensão foi elaborado conjuntamente por representantes do Fórum e da SESu/MEC. Ao Plano foram incorporadas as áreas temáticas definidas no Programa Universidade Cidadã, bem como, integralmente, o conceito de extensão definido pelo I Fórum ocorrido em 1987 no I e apresenta em sua estrutura “antecedentes, objetivos, metas, metodologia e avaliação”. (NOGUEIRA, 1999, p. 189).	
XIV Fórum	1998b/Natal-RN	Não foram encontradas informações.	As deliberações estiveram em torno da construção de Planos Regionais visando contribuir para o alcance das metas presentes no Plano Nacional de Extensão, além de discutir sobre o financiamento das metas da organização da extensão universitária, a qual terá como fonte de recursos os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades; o financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento e por fim, o Fórum proporá um sistema de avaliação das metas contidas no plano a ser desenvolvido pelas instituições envolvidas no processo.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
XV Fórum	1999/Campo Grande-MS.	Não foram encontradas informações.	As discussões estiveram em torno das duas Resoluções que iriam direcionar os trabalhos, a saber: <i>Resolução nº 001</i> de 28 de maio de 1999	Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

			<p>dispunha sobre a criação de Grupo Técnico sobre Sistemas de Dados e Informação e Renex;</p> <p>A Resolução nº 002 de 28 de maio de 1999 dispunha sobre a criação de Grupo de Trabalho sobre Avaliação da Extensão Universitária.</p> <p>Em síntese, neste XV Encontro Nacional, é também discutido sobre as metas do Plano Nacional de forma aprofundada com a definição de estratégias operacionais para seu alcance de forma eficiente e efetiva.</p>	
XVI Fórum	2000/João Pessoa/PB	Não foram encontradas informações.	<p>O XVI Encontro Nacional aprova a Coleção Extensão Universitária, conforme metas traçadas no Plano Nacional de Extensão. A Coleção apresenta diretrizes e pressupostos para a ordenação da extensão nas universidades brasileiras, a qual apresenta seis volumes, a saber: Plano Nacional de Extensão, Sistema de Dados e Informações, Avaliação Nacional da Extensão, Extensão e Flexibilização Curricular, A Indissociabilidade Ensino-Extensão-Pesquisa e Planos Regionais de Extensão.</p>	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
XVII Fórum	2001/Vitória- ES	Não foram encontradas informações.	<p>O Fórum estabeleceu os princípios norteadores que ofereciam subsídios para a implantação da política de indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão, via implementação da concepção de flexibilização curricular e divulga experiências desenvolvidas nas Universidades Públicas Brasileiras que faziam este exercício.</p>	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

			Também são criados e difundidos o Sistema de Dados e Informação e a Rede Nacional de Extensão (RENEX).	
XVIII Fórum	2002/Florianópolis-SC	Não foram encontradas informações.	Não foram encontradas informações.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
XIX Fórum	2003/Manaus-AM	Não foram encontradas informações.	O Encontro foi realizado no período de transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula, tal momento foi bastante oportuno para o desenvolvimento da política de Extensão Universitária no país uma vez que desencadeou as parcerias articuladas junto à esfera governamental que buscaram nas experiências da Extensão Universitária estratégias para inserir as políticas sociais dos planos do atual governo (PIMENTEL, 2015).	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
XX Fórum	2004/Recife-PE	Não foram encontradas informações.	Dentre as deliberações deste encontro, aponta-se o Relatório que propõe a Revisão das Áreas Temáticas, Linhas e Ações de Extensão. Este Encontro preparou, também, a “Carta de Recife”, um documento que serviria de subsídio à reforma universitária proposta pelo MEC.	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
XXI Fórum	2005/São Luís-MA	Não foram encontradas informações.	O XXI Encontro contou com uma programação variada contendo cursos, palestras e mesas redondas, além de contar com a presença de representantes do Governo Federal, das Universidades, do Terceiro Setor e da Iniciativa Privada, onde todos apresentando suas compreensões acerca das experiências existentes de extensão universitária e as perspectivas de consolidação em tecnologias sociais.	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  Obs.: O Encontro reuniu “pró-reitores e representantes de 80 instituições públicas (entre estaduais, federais e Cefets)”.

XXII Fórum	2006/Porto Seguro -BA	Não foram encontradas informações.	Neste XXII Encontro, a principal deliberação foi a aprovação do documento “Reestruturação das Áreas Temáticas” que passara a ser referência para a organização e o trabalho de Comissões de Áreas Temáticas. Tal reestruturação referendou que as áreas temáticas deveriam ser estruturadas nos três níveis: nacional, regional e local.	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
XXIII Fórum	2007/Brasília-DF	20 anos do FORPROEX	De acordo com a Assessoria de Comunicação da Universidade de Brasília (2007), as políticas públicas para a área foram o principal foco dos debates (LEONÍDIO, 2017).	Universidade de Santa Catarina (UFSC)
XXIV Fórum	2008/Curitiba-PR	Não foram encontradas informações.	O XXIV Encontro abordou “temas importantes para o avanço da área da extensão nas instituições, como a questão dos indicadores qualitativos e quantitativos da extensão universitária; a extensão universitária e o compromisso social, o papel dos agentes fomentadores; as parcerias das universidades com os estados e os municípios” (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008 citado por LEONÍDIO, 2017 ).	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
XXV Fórum	2009a/João Pessoa- PB	Não foram encontradas informações.	Neste XXV Encontro, foram debatidos temas como direitos humanos, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Extensão Universitária, como também a realização da eleição da nova diretoria do Fórum (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE	Universidade Federal Rural do rio de Janeiro (UFRJ)

			DO PARANÁ, 2009 citado por LEONÍDIO, 2017). Ademais dos Pró-Reitores de Extensão, o Encontro contou com docentes e técnicos das IES e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de cerca de 100 instituições que integram o Forproex.	
XXVI Fórum	2009b/Rio de Janeiro	Não foram encontradas informações.	<p>“Partindo das discussões acerca dos limites e potencialidades do Plano Nacional de Extensão, uma versão preliminar do que viria a se constituir como a Política Nacional de Extensão foi apresentada em 2009, no XXVI Encontro Nacional do FORPROEX” (OLIVEIRA; GOULART, 2015, p. 17 citado por LEONÍDIO, 2017).</p> <p>Essa versão preliminar formaliza o atual conceito de Extensão Universitária e relata que a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012a, p. 15).</p> <p>Assim, firma as diretrizes orientativas às formulações de projetos e programas de extensão, sendo elas: a Interação Dialógica, a Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, o Impacto na formação do estudante e o Impacto e Transformação Social.</p>	Não foram encontradas informações.
XXVII Fórum	2010a/Fortaleza-CE	Não foram encontradas informações.	Foram realizadas palestras, mesas-redondas e debates sobre a Trajetória do Fórum na luta	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

			<p>pela Institucionalização da Extensão, a Extensão no cenário da Educação Superior Pública, Política e Institucionalização da Extensão, a Curricularização das Ações de Extensão e sua contribuição na formação acadêmica, entre outros.</p> <p>(ASSESSORIA DE IMPRENSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, 2010 citado por LEONÍDIO, 2017).</p>	<p>Obs.: Além dos Pró-Reitores de Extensão, o evento conta ainda com a participação de representantes do Fórum de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).</p>
XXVIII Fórum	2010b/Santo André-SP	Não foram encontradas informações.	Não foram encontradas informações.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
XXIX Fórum	2011a/Maceió-AL	Extensão: o conhecimento que transforma.	<p>“Os Pró-Reitores de Extensão estabeleceram as metas para a extensão universitária para o período de 2011–2012, reafirmando o fortalecimento dos vínculos entre as Universidades e a Sociedade na qual ela está inserida” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 69). Foi também estabelecido a “concretização de iniciativas que produzam mudanças nas políticas, na organização, na gestão e no cotidiano acadêmico, [...] aumentando a contribuição da Universidade pública na promoção do desenvolvimento da Sociedade brasileira” (FORPROEX, 2011a, p. 2). Após uma série de diálogos e reflexões, o Encontro culminou em um manifesto denominado Carta de Maceió que em síntese expõe a necessidade de redefinições nas políticas públicas que apoiam as ações de extensão.</p>	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

XXX Fórum	2011b/Porto Alegre-RS	Desafios da Institucionalização da Extensão	O XXX Encontro, produziu a Carta de Porto Alegre que “reafirmou a necessidade do fortalecimento de políticas para a institucionalização da extensão tanto internamente como com instituições parceiras” (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 96). Outros temas que foram abordados foram: a inserção da Extensão nas metas para a Educação Superior no Plano Nacional de Educação, a internacionalização das atividades de Extensão, a Educação à Distância dentre outras.	Não foram encontradas informações.
XXXI Fórum	2012a/Manaus-AM	A Extensão Universitária Frente aos Desafios do Desenvolvimento Nacional	Neste XXXI Encontro os Pró-Reitores de Extensão estabeleceram as metas para a gestão 2012 – 2013, reafirmaram a importância do diálogo entre a Universidade e a sociedade civil para o fortalecimento do compromisso social da Universidade e estabeleceram um conjunto de doze (12) metas para ampliar as políticas de organização, gestão e cotidiano acadêmico, visando a promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira. Estas metas encontram-se elencadas em um documento denominado “Carta de Manaus”.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)
XXXII Fórum	2012b/Brasília-DF	A Extensão e Educação a Distância	As deliberações provenientes do XXXII Encontro estiveram em torno da discussão sobre a extensão e Educação à Distância visando estabelecer marcos legais e regulamentários à ação institucional da extensão universitária bem como o estabelecimento de condições para que a	Não foram encontradas informações.

			extensão seja contemplada na concorrência às Bolsas de Internacionalização oferecidas por órgãos do governo.	
XXXIII Fórum	2013a/Rio de Janeiro-RJ	Os desafios e as perspectivas de extensão universitária frente aos desafios contemporâneos e à superação das desigualdades	<p>No XXXIII Encontro debateram sobre os desafios e as perspectivas de extensão universitária frente aos desafios contemporâneos e à superação das desigualdades, com foco especial para as políticas de juventude, educação superior e extensão universitária.</p> <p>Em linhas gerais, o Encontro reafirma a necessidade de que a extensão universitária seja compreendida no seu caráter acadêmico no interior de cada instituição e assumem o compromisso de contribuir com as políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais. A extensão universitária pública é reconhecida, então, como estratégia para transformação da sociedade brasileira e da educação superior no Brasil</p>	Não foram encontradas informações.
XXXIV Fórum	2013b/Palmas-TO	Não foram encontradas informações.	Não foram encontrados registros de relatórios finais sobre a deliberação ocorrida no encontro.	Não foram encontradas informações.
XXXV Fórum	2014a/Belém-PA	Desafios e perspectivas para a Extensão Universitária Brasileira.	O debate esteve em torno dos desafios e perspectivas para a Extensão Universitária Brasileira, com foco especial para as políticas governamentais de fomento e apoio ao desenvolvimento da Extensão Brasileira e parcerias possíveis com o terceiro setor respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública.	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

XXXVI Fórum	2014b/Goiânia-GO	Extensão em Territórios	As discussões durante o encontro estiveram em torno dos desafios e perspectivas para a Extensão Universitária brasileira, com foco especial para o Programa Nacional de Extensão Universitária – PROEXT; o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Extensão Universitária; Extensão em Territórios como Estratégia para Desenvolvimento e Cidadania; Territórios Criativos: Programa Nacional de Formação Musical e a Extensão e Programa Mais Cultura nas Universidades, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública.	Não foram encontradas informações.
XXXVII Fórum	2015a/Gramado-RS	Temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira	Neste XXXVII Encontro foram debatidos durante o encontro os desafios e perspectivas, com atenção especial para os Novos Desafios da Extensão e Ensino e os Modelos de Financiamento da Extensão, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública.	Universidade Federal do Pará (UFPA)
XXXVIII Fórum	2015b/João Pessoa	Não foram encontradas informações.	Neste Fórum, além de debater o temas do encontro anterior, foi discutido sobre os novos desafios da inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação, os modelos de financiamento da Extensão, a criação de indicadores de avaliação da Extensão no contexto da avaliação geral da universidade, a educação popular e os desafios da construção de uma política cultural, respeitados os princípios éticos e	Não foram encontradas informações.

			legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública	
XXXIX Fórum	2016a/São Bernardo do Campo-SP	Não foram encontradas informações.	. O encontro debateu alguns desafios e perspectivas para a Extensão Universitária brasileira, com atenção especial para as Políticas Públicas para a Extensão Universitária no Contexto da Diversidade; Extensão e Desenvolvimento territorial; Grupo de trabalho sobre Indicadores da Extensão; Agenda sobre Revistas da Extensão e Proposta de uma Política Cultural para as Universidades Brasileiras, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública	Universidade Estadual de Goiás (UEG)
XL Fórum	2016b/Ouro Preto-MG	Extensão e conjuntura	Os Pró-Reitores discutiram em primeiro momento, a função social da extensão enquanto estimuladora para melhoria das condições de vida e trabalho de segmentos da população brasileira dando significado à formação universitária no contexto das necessidades locais e regionais. Nesta função, o momento de crise da democracia brasileira exige ação conjunta com os movimentos sociais, e resistência às posições de governo que ferem as questões de gênero, raça e classe.	Não foram encontradas informações.
XLI Fórum	2017/a Porto Seguro-BA	A Extensão na perspectiva da integração social	Durante o encontro debateram modos de fortalecimento e ampliação da integração social das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) com a sociedade. Nesse encontro, o Fórum entende que a	Universidade Federal do ABC (UFABC)

			extensão deve ser estimulada a desenvolver ações para além de projetos e programas específicos, atuando também como diretriz transversal em todas as instâncias das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do país, visando o fortalecimento e ampliação de modelos de democracia participativa no interior das Universidades, reafirmando o compromisso social do ensino superior em suas práticas.	
XLII Fórum	2017b/ Florianópolis/SC	Os Rumos da Extensão Universitária Brasileira: 30 anos do Forproex	. Durante o encontro foram discutidos os rumos da Extensão Universitária brasileira, diante do avanço de agendas desestabilizadoras do campo e do compromisso social da educação superior pública. Ainda neste Fórum, foi evidenciada a atuação do coletivo em torno da autogestão e auto-organização do campo, expressada em ações como a elaboração do Plano Nacional de extensão e da política nacional de extensão. o encontro ainda permitiu o aprofundamento das discussões em torno dos temas: Internacionalização, Inserção da Extensão nos currículos de graduação e Indicadores de Avaliação da Extensão.	Não foram encontradas informações.
XLIII Fórum	2018a/Natal-RN	Gerir desafios, gerar resultados	O encontro discutiu os principais focos de ação coletiva no ano de 2018 e estratégias de atuação para enraizamento das atividades acadêmicas de extensão no ensino superior brasileiro. Visando o fortalecimento das ações extensionistas, estas articuladas com vários setores sociais, o XLIII Fórum “estabelece o	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

			pacto de, por meio da extensão, contribuir para o combate aos processos de subalternidade e racismo estrutural, de modo a incorporar, no meio acadêmico, outros modos de pensar e agir no mundo”.	
XLIV Fórum	2018b/Vitória-ES		<p>O Encontro visou discutir as diretrizes da Extensão e defende uma educação superior pública autônoma, gratuita, crítica e com liberdade na construção e socialização de conhecimento científico, saberes e práticas alinhados com as demandas sociais.</p> <p>O encontro teve a presença do sociólogo Boaventura de Souza Santos, o qual analisou a conjuntura de ataques ao modelo de universidade pública no mundo. Para o sociólogo, a universidade, a cada tempo, é questionada e interpelada em seu papel social, de modo a oferecer respostas à sociedade.</p> <p>O Fórum também discutiu sobre a criação do fortalecimento de redes de cooperação internacionais que visem promover a integração latino-americana, exercendo a internalização pelo viés da indissociabilidade Extensão-Ensino-Pesquisa.</p>	Não foram encontradas informações.

Fonte: Adaptado de FORPROEX (1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997a, 1997b, 1998a, 1998b, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b); LEONÍDIO (2017) e SANTOS JÚNIOR (2013).

Assim, o IV Período desse tópico buscou apresentar a caracterização do percurso histórico do Forproex ao longo de mais de quarenta anos. Em síntese, é possível afirmar que o Forproex está consolidado como parte importante no cenário da educação brasileira, cooperando para que universidade e sociedade possam pensar e contribuir para a construção, em especial, da extensão universitária brasileira e para o avanço, de modo geral, da educação pública do país.

Vale, ainda, lembrar que de todas as contribuições do FORPROEX ao longo da trajetória histórica dos Encontros, a criação da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) em 2012, foi um dos grandes marcos na última década. A questão da democratização do conhecimento e a forma como a Universidade deve procurar meios para relacionar-se mais intensamente com a sociedade estão claras no documento através das diretrizes que orientam as ações de extensão, conforme será apresentada a seguir.

### **2.3 Diretrizes da PNEU para as ações da Extensão Universitária**

A Política Nacional de Extensão Universitária, manifestada na Carta de Manaus pelo FORPROEX, partiu da hipótese que não se constrói uma universidade com imposição de modelos excludentes e unívocos (PNEU, 2012). A universidade é um espaço que tem sua sustentação na diversidade, na universalidade, na coexistência de múltiplas concepções, metodologias, teorias e processos (PNEU, 2012). A PNEU estabelece a modalidade de cursos, eventos, prestação de serviços, programas e projetos nas seguintes áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde e tecnologia e trabalho. A Política Nacional de Extensão Universitária, além de estabelecer o conceito de extensão universitária, também define suas diretrizes, que devem estar presentes em todas as ações de Extensão. Tais diretrizes buscam orientar, de forma mais ampla e aberta, a formulação e implementação das ações de extensão universitária pactuadas pelo FORPROEX e que podem ser didaticamente expressadas em cinco eixos: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social (FORPROEX, 2007).

Essas diretrizes foram organizadas em forma de quadro de acordo com as contribuições de Nogueira (2000), conforme segue:

**Quadro3 - Diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária.**

<b>DIRETRIZES</b>	<b>OBJETIVO</b>
<b>Interação Dialógica</b>	Compreendida como uma ação de mão-dupla. Orienta o desenvolvimento das relações entre a Universidade e os setores sociais, marcadas pelo diálogo e troca de saberes. Não se trata mais de somente repassar a sociedade o conhecimento acumulado, mas de produzir, por meio dessa interação, um novo conhecimento.
<b>Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade</b>	Se combinam através de especialização e visão holística. Tais aspectos concretizam-se pela interação de modelos, conceitos e metodologias advindas de diferenciadas disciplinas e áreas do conhecimento, assim como da construção de parcerias intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.
<b>Indissociabilidade do Ensino-Pesquisa-Extensão</b>	Indissociabilidade do Ensino-Pesquisa-Extensão, as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) da produção de conhecimento (pesquisa), por meio de metodologias participativas com atores sociais, envolvendo um diálogo no modelo de investigação-ação ou pesquisa-ação, envolvendo pós-graduandos na extensão, priorizando métodos de análise inovadores de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e seus impactos sociais. A indissociabilidade, incorporada aos programas de pós-graduação, conduz à qualificação das ações de extensão e da própria pós-graduação.
<b>Impacto e transformação social</b>	Impacto na formação do estudante: a qualificação da formação do estudante, através da sua participação em atividades extensionistas no âmbito interno das Universidades, também depende de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento de ações de extensão com os colegiados da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de extensão universitária. Assim, esse processo permite aportes necessários à formação do mesmo, tanto pela ampliação do universo de referência quanto pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas, o que contribui para o fortalecimento do saber discente em termos teóricos e metodológicos.
<b>Impacto na formação do estudante</b>	Impacto e transformação social reafirma a extensão como mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada aos interesses e necessidades da maioria da população, para o desenvolvimento social e regional e aprimoramento das políticas públicas, contribuindo para o processo de (re) construção da Nação e da própria universidade que também pode sofrer impacto, ser transformada.

Fonte: Adaptado de Nogueira (2000).

Espera-se, com essa diretriz, definir nas ações de extensão, as seguintes características:

(a) privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (b) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (c) efetividade na solução do problema (FORPROEX, 2012a, p. 36).

As diretrizes e conceitos apresentados são pactuados no âmbito da FORPROEX, e cumprem papel essencial na orientação da prática extensionista, esta, realizada através de Programas, Cursos, Projetos, Eventos e Prestação de Serviços. É no contexto dessas práticas que a seguir será apresentado o próximo tópico: Projeto de Extensão.

## **2.4 Projeto de extensão**

Alguns estudiosos da história da Extensão Universitária como (CORREIA, 2000; JEZINE, 2004; SOUZA, 2010), entre outros, evidenciam a Extensão Universitária, como um dos pilares da Universidade e a última a ser incorporada, e tem buscado assumir, no decorrer da história, diferentes concepções teóricas e ideológicas, influenciando também a concepção de Universidade. No entanto, suas práticas educativas e suas atividades vêm tomando força e visibilidade, proporcionando uma relação entre Universidade e Sociedade.

Contudo, mudanças políticas, econômicas e sociais têm ocorrido nos últimos 30 anos no Brasil, instigando nos debates teóricos de caracterização ou não da extensão como função da Universidade, expressando-se três concepções de extensão universitária, a saber: a concepção assistencialista, a acadêmica e a mercantilista. Essas concepções, criadas ao longo da história, se integram no exercício da prática curricular das atividades universitárias expressando diferentes perspectivas ideológicas de universidade/extensão universitária e da relação universidade e sociedade (JEZINE, 2004).

Cabe aqui esclarecer que, das três concepções apresentadas pela autora em referência, apenas será aqui abordada a concepção assistencialista, devido melhor contemplar o tema do tópico da pesquisa: “projetos de extensão”.

Edineide Jezine (2004) destaca em seus escritos apresentados no Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - CBEU (2004), intitulado “As práticas curriculares e a extensão universitária” alguns autores que defendem a inclusão da Extensão Universitária às práticas de ensino e pesquisa como (BATOMÉ, 1996; MORAIS, 1997), porém consideram a

existência da extensão universitária um equívoco, devido ter gerado a criação de uma terceira função na universidade e, esta, não preencheria as lacunas deixadas pelo ensino e pela pesquisa (JEZINE, 2004). Essa crítica dos autores, de acordo com a autora, está centrada na extensão, que transfere para si responsabilidades de intervenção extramuros, argumentando o compromisso social da universidade.

Refere-se à influência do modelo americano de extensão cooperativa, incorporada à prática universitária como prestação de serviços sob a forma de cursos práticos, conferências e serviços técnicos e assistenciais (JEZINE, 2004, p. 2).

Nesse sentido, é incluída como função da universidade, a prestação de serviço, esta, reconhecida como uma das atividades próprias da extensão que objetiva promover a integração universidade sociedade, criando um espaço em que se concentram várias e diferentes ações, dando origem à ideia de multiversidade, que de acordo com Jezine (2004, p. 3), esse modelo:

inclui uma variedade de ações, desenvolvimento da ciência aplicada e participação nos problemas regionais, de modo que as raízes da extensão ainda fertilizam a prática atual extensionista, em que se estabelece como prioridade, a busca de solução para os problemas sociais e a relação universidade e sociedade tende a ser unívoca, girando em torno do “atendimento de necessidades sociais emergentes”, como fica patente na análise de algumas universidades públicas federais através dos seus programas, atividades e eventos organizados, que atendem carentes e desempregados, promovendo cursos profissionalizantes, assistência técnica e serviços assistenciais.

Para Jezine (2004), ainda que a concepção assistencialista tenha persistido no desenvolvimento de alguns projetos de extensão, é possível encontrar nas atividades extensionistas das Universidades Federais uma transformação de concepção, que se expressa em uma nova postura para a extensão universitária. Mediante a esse contexto, a extensão universitária tem buscado caracterizar-se como uma função da universidade, que integra o pensar e o fazer acadêmico, fazendo parte integrante do currículo em uma perspectiva interdisciplinar e indissociável entre o ensino e a pesquisa (JEZINE, 2004).

Atualmente, a extensão universitária tem apresentado formas variadas para desenvolver suas atividades através de programas, cursos, projetos, eventos e prestação de serviços. Com possibilidade de manter compromisso com a vida social da sociedade, a extensão vem se deparando com variadas realidades, o que proporciona oportunidades de atividades educativas da extensão como um exercício para a transformação social, interligando-se à pesquisa e ao ensino (JEZINE, 2004).

Embasados no princípio da extensão como um processo educativo, os projetos de extensão, alicerçados na concepção universitária, visam relacionar os diversos conhecimentos, em uma relação íntima da produção do saber com a realidade social.

No contexto atual, os projetos, programas e atividades de extensão, no exercício da autonomia da universidade são atribuições asseguradas dentro da legalidade, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, no Art. 53: “a extensão universitária estabelece planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão” (BRASIL, 1996).

Ao destacar Projeto de Extensão Universitária expresso na lei em referência, é possível afirmar que Projeto de Extensão é uma modalidade que possui características específicas no que tange as várias ações extensionistas nas Universidades. Sua “evolução histórica e conceitual é expressa em normativas acadêmicas que são as manifestações das discussões dos órgãos colegiados” (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP, 2017, p. 7).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX, 2007, p. 35), traz o conceito de Projeto de Extensão como um “conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico”, suas ações têm objetivos próprios e prazo determinado, podendo ser ou não vinculado a um programa.

Assim, entende-se que os projetos devem apresentar ações visando atender às questões prioritárias da sociedade para o desenvolvimento da cidadania plena, envolvendo a participação efetiva da população externa como sujeitos ativos no processo.

Outros fatores caracterizam os projetos de extensão como:

a obrigatoriedade da participação ativa de estudantes da graduação e sua integração com o público, objetivando contribuir com a sua formação integral; ser temporário, tendo início e término definidos para alcance dos objetivos propostos; integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade e com as ações propostas; situar-se na(s) área(s) de atuação acadêmica do(a)s proponente(s), sob o princípio constitucional da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; diferenciar-se de outros formatos de ações extensionistas como: cursos, eventos, prestação de serviços e publicações, os quais podem, como ações episódicas, ser incorporados a projetos, mas que por si só não os constituem e, por fim, ser desenvolvido preferencialmente de forma multidisciplinar ou interdisciplinar (UNESP, 2017, p. 7).

Diante dessas características, entendemos que os Projetos de Extensão surgem da demanda da sociedade e da interação entre Universidade e sociedade, sempre buscando atender às questões prioritárias da sociedade, integrar o ensino e a pesquisa com as demandas

da sociedade, podendo a Universidade cumprir com sua missão que é o desenvolvimento da cidadania plena (UNESP, 2017).

Para apoiar as Universidades públicas de educação superior e, principalmente no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, o Ministério da Educação - MEC, instituiu o Programa de Extensão Universitária - PROEXT, a partir do decreto 6.495 de 30 de junho de 2008, objetivando apoiar as Universidades no desenvolvimento dos projetos de Extensão, visando ampliar sua interação com a sociedade (BRASIL, 2008).

O decreto ainda objetiva proporcionar melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão, fomentar programas e projetos de extensão que possam contribuir com o fortalecimento das políticas públicas; estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior e contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares (BRASIL, 2008).

Nesse contexto constitucional, é notório a importância de projetos de Extensão para o desenvolvimento dos discentes e evolução da universidade.

Assim, (COELHO, 2014) vem reafirmar que a aproximação entre estudantes e outros setores da sociedade deveria implicar uma ação efetiva que permitisse mudanças, tanto da população envolvida como também na forma de ensino e formação do profissional que acontece na Universidade, que credencia jovens com um diploma em curso superior.

Além disso, a autora notifica que as experiências de Extensão precisam também focar seus objetivos nos interesses da sociedade, para que, de fato, a extensão possa garantir mudanças significativas e eficientes, tanto externas como internas (COELHO, 2014).

Nesse ponto, pode-se esperar que os Projetos de Extensão poderão contribuir mais diretamente e eficazmente com aqueles que estão sendo assistidos pela extensão, possibilitando transformação social e reflexões da sua própria realidade.

É importante lembrar que, embora as atividades de extensão e pesquisa já ocorressem em quase todos os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS, somente com a publicação da Lei nº 11.892 de 2008, se tornou obrigatória a indissociabilidade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão na educação profissional (BRASIL, 2008). É sobre a Extensão Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia instituída pela lei acima citada que a seguir será apresentada. Inicialmente, faz-se um breve histórico do Instituto Federal no Sul de Minas e após apresentar a extensão na Lei nº 11.892/08, será discutido o documento intitulado “Extensão Tecnológica”. Assim, como base, utilizou-se o

documento sobre extensão produzido pelo Fórum da Rede Federal de EPCT (FORPROEXT) e pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de EPCT (CONIF).

## **2.5 A extensão na Lei 11.892/08 e a extensão tecnológica no IFSULDEMINAS**

Antes de trazer as reflexões da extensão no IFSULDEMINAS, é necessário apresentar brevemente essa instituição, com seus objetivos, finalidades e características. Logo, os Institutos Federais foram criados em 29 de dezembro de 2008 em todos os Estados do Brasil, a partir da sanção da Lei nº 11.892/08. O Artigo 6º, em seu inciso II dessa mesma lei, especifica, dentre outras, que a finalidade e característica dos Institutos Federais é “ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidade, como processo educativo e investigativo, promovendo integração e verticalização da educação básica a educação profissional e superior” (BRASIL, 2008, p. 23). Uma das maiores características apresentadas no artigo 6º da Lei nº 11.892/08, é fomentar o desenvolvimento socioeconômico em toda sua região, colaborando para diminuir e amenizar as desigualdades sociais e regionais.

É com esse caráter que nasce o IFSULDEMINAS e sua origem histórica vem de um longo período, iniciando com a criação das primeiras escolas de aprendizes e artífices no início do século XXI, passando pela criação das Escolas Agrotécnicas, chegando à história das Escolas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, as quais culminaram na criação do atual Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS (CECCON, 2017).

Atualmente, essas antigas Escolas Agrotécnicas Federais localizadas nos municípios de Inconfidentes - MG, Machado - MG e Muzambinho – MG, tornaram-se *campus* do IFSULDEMINAS, com sua reitoria instalada na cidade de Pouso Alegre.

A reitoria é órgão máximo executivo do IFSULDEMINAS e sua finalidade é atuar na administração geral da instituição bem como supervisionar a execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária e patrimonial, objetivando o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir de diretrizes aprovadas pelo Conselho Superior, as quais garantem a harmonia e a integração entre as unidades organizacionais que compõem o IFSULDEMINAS (RAIMUNDO, 2017, p. 53).

Ainda de acordo com o autor, utilizando-se do Segundo Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Sul de Minas (2015), em 2010 foram criados 5 novos campi nas respectivas cidades: Pouso Alegre/MG, Poços de Caldas/MG e

Passos/MG, no final de 2013 e, posteriormente, o IFSULDEMINAS criou os campi Avançados Carmo de Minas/MG e Três Corações/MG.

Em 2015, o IFSULDEMINAS atingiu pouco mais de 20 mil alunos distribuídos nos cursos técnicos de nível médio, tecnológico e de graduação (RAIMUNDO, 2017).

Percebe-se que, a abrangência regional do IFSULDEMINAS, está vinculada às atividades que são desenvolvidas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, conferindo o que preconiza a Lei nº 11.892/08, nos incisos VII, VIII e IX em seu artigo 6º que determina as características e finalidades dos Institutos Federais:

- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008, p. 23).

É necessário, segundo Silva et al. (2009), realizar uma análise conjunta dos três incisos acima citados, destacando que indicam um modelo institucional profundamente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem excluir a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre os aspectos de desenvolvimento econômico e social, bem como proteção ambiental.

A legislação também enfatiza o empreendedorismo e o cooperativismo e, em relação mais específica à extensão, a autora destaca que, na maior parte de suas finalidades, percebe-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. E nesse sentido, as ações de extensão surgem a partir das demandas sociais, o ensino e a pesquisa, “devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade” (SILVA et al., 2009, p. 40).

No artigo 7º em seu inciso IV e V da mesma lei em referência, são apresentados os objetivos dos Institutos Federais, abordando diretamente a extensão, afirmando que a instituição deve:

- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008, p. 23-24).

De acordo com Silva et al. (2009, p. 43), as ações de extensão realizadas nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica eram marcadas por características específicas e com uma perspectiva [...] ‘notoriamente empresarial e de arrecadação de recursos para auto sustentação’.

Atualmente, conforme argumenta a autora em referência, o papel dos Institutos Federais, além de serem responsáveis pelo desenvolvimento local, são também responsáveis pela promoção da cidadania. Aqui, o papel da extensão na instituição deve ser o de consolidar um diálogo efetivo entre a instituição e sociedade, entendendo a extensão como um meio para a retroalimentação das atividades de ensino, bem como orientadora na seleção de objetos de pesquisa coesas demandada pela sociedade local (SILVA et al., 2009).

De acordo com o que propõe a lei de criação dos Institutos Federais, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão tem procurado trazer para as discussões as peculiaridades da extensão nos Institutos Federais. A partir dessas discussões é que surge o documento “Extensão Tecnológica” (CONIF, 2013), o qual discute conceitos, dimensões da extensão nessas instituições, bem como as diretrizes que orientam as ações extensionistas. Um dos pontos iniciais desse documento perpassa pelo conceito de “extensão universitária”, definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), no ano de 2006:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (CONIF, 2013, p. 15).

O conceito é discutido e construído a partir do histórico e trajetória da extensão desenvolvida nas universidades públicas. Assim, os Pró-Reitores definem o conceito de extensão profissional, científica e tecnológica nos seguintes termos:

processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (CONIF, 2013, p. 16).

Percebe-se que a relação das instituições de ensino com a sociedade e o caráter da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é o ponto de partida de ambos conceitos acima citados pelo documento.

Ainda que a concepção de extensão tecnológica tenha utilizado como ponto inicial a concepção de extensão universitária, nota-se que uma das principais disparidades entre os conceitos, está relacionado ao impacto produzido pelas ações dos Institutos Federais, na economia e no trabalho, destacado no segundo conceito.

Falando de outro jeito, a concepção de extensão tecnológica interliga não somente as atividades de ensino e pesquisa às demandas da região, mas procura também associar as atividades de extensão às demandas da comunidade que se encontra no entorno dos *campi* da instituição.

Os pontos acima citados são destacados no documento Conif (2013, p. 20), quando declara que:

a extensão tecnológica da Rede Federal de EPCT tem como diferencial o atendimento aos segmentos sociais e ao mundo do trabalho com ênfase na inclusão social, emancipação do cidadão, favorecendo o desenvolvimento local e regional, a difusão do conhecimento científico e tecnológico, a produção da pesquisa aplicada e a sustentabilidade socioeconômica.

A discussão no documento continua reafirmando a interligação dos saberes populares construídos e produzidos pelas comunidades atendidas pelas ações extensionistas dos Institutos Federais:

as atividades de extensão devem estar articuladas com o ensino e a pesquisa suprindo as demandas da comunidade interna e externa, visando a compreensão e consolidação dos conhecimentos acadêmicos e populares, vinculados a uma ou mais dimensões da extensão (CONIF, 2013, p. 20).

No documento construído e elaborado pelos Pró-Reitores é afirmado que, através da extensão, os Institutos Federais conseguirão proceder à difusão, à socialização e à democratização do conhecimento. Ao determinar uma relação dialógica entre o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade, a extensão promove a troca de saberes (CONIF, 2013).

Em relação à implantação das dimensões da extensão tecnológica, o Fórum dos Pró-Reitores apresenta as diretrizes que orientam as ações extensionistas:

contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;  
 Buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;  
 Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;  
 Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;  
 Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões;

Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão (CONIF, 2013, p. 17).

Aqui, as diretrizes aprofundam as questões antes discutidas, principalmente a interação dialógica de ensino, pesquisa e extensão com as demandas locais e da comunidade, além de outros fatores. As diretrizes buscam enfatizar a necessidade dialógica entre os conhecimentos acadêmicos e o saber popular, assim como o desabrochar de uma consciência ambiental e social em que os institutos estão localizados, além de viabilizar ações sustentáveis e destacar o caráter de inclusão dos institutos. Nesse sentido, a extensão deve ser o ponto de ligação entre Institutos Federais e as demandas das comunidades que são atendidas pela instituição.

Em suma, o diferencial da extensão tecnológica está no “atendimento aos segmentos sociais e ao mundo do trabalho com ênfase na inclusão social, favorecendo o desenvolvimento local e regional” (CONIF, 2013, p. 20).

Vale ressaltar que, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, adotaram o conceito de extensão tecnológica a partir do conceito de extensão universitária, lembrando, ainda, que a extensão tecnológica busca interligar não somente as atividades de ensino e pesquisa às demandas da região, mas procura também associar as atividades de extensão às demandas da comunidade que se encontram no entorno dos *campi* da instituição.

A seguir, será apresentado o tópico “Empoderamento das Mulheres”, visando contribuir com o tema da pesquisa, sobretudo, numa tentativa de fazer uma leitura do grupo de mulheres, participantes do estudo, a partir do entendimento das dimensões apresentadas no tópico a seguir.

## **2.6 Empoderamento das mulheres**

Neste tópico, proponho-me a trazer algumas considerações acerca das origens, conceitos e dimensões do empoderamento. Os escritos serão subsidiados por um referencial constituído por autores como: Costa (2004), Horochovski e Meirelles (2007), Oliveira (2006), Romano e Antunes (2002), Sardenberg (2009), Siqueira (2014) entre outros, disponíveis em torno do tema.

Inicialmente, em algumas décadas mais recentes, o uso do termo empoderamento tem sido utilizado em diversas áreas do conhecimento e em diferentes espaços, porém foi somente entre as décadas de 1960 e 1970, que o termo surge nos Estados Unidos e começa a ser utilizado pelas mulheres. Nessa época, os movimentos sociais tomaram força, especificamente, os feministas e os negros na busca dos seus direitos, quando o termo foi ouvido pela primeira vez no início dos anos 1970, em sua versão original em inglês

*empowerment* (COSTA, 2004; HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007; ROMANO; ANTUNES, 2002).

O desenvolvimento do conceito de empoderamento ocorre a partir da sua interseção com gênero, quando nas décadas de 1970 e 1980 grupos de mulheres e feministas organizaram e desenvolveram trabalhos sobre conceitos e implementação de estratégias de empoderamento, objetivando romper com tudo que impedia a participação e a cidadania plena das mulheres (IORIO, 2002). Essa ideia de empoderamento, pensada pelo movimento feminista, acabou somando forças a outras ideias, que estimavam pelas mudanças das estruturas de desigualdade e discriminação (PRÁ; EPPING, 2012).

Oliveira (2006) afirma que, ainda na década de 1980, as feministas iniciaram um processo de questionamentos das estratégias de desenvolvimento, bem como as “intervenções de projetos que não trabalhavam as questões estruturais e que perpetuam a opressão e exploração das mulheres, em especial as mulheres pobres” (OLIVEIRA, 2006). A autora ainda destaca que é nesse contexto que as mulheres começam a utilizar o conceito de empoderamento.

Os questionamentos compreendidos como desconfianças por parte das mulheres têm fundamento, pois o termo empoderamento vem sendo utilizado de forma indiscriminada nos últimos anos, obtendo diversos e novos significados no processo. O termo tem se tornado comum, seja no discurso universitário, nos órgãos públicos ou privados e, “até mesmo no próprio movimento de mulheres ao utilizar a expressão empoderamento de mulheres no contexto do discurso sobre gênero e desenvolvimento” (SARDENBERG, 2009, p. 1).

Cumprir destacar as colocações apresentadas por Gohn (2004), quando afirma que o empoderamento pode se referir aos processos e práticas que promovem e impulsionam grupos e comunidades, como também ações que promovem a “pura integração dos excluídos e demandatários de bens elementares à sobrevivência” (GOHN, 2004, p. 23).

Para Sardenberg (2009, p. 2), quando se trata do empoderamento de mulheres, este é entendido como o “processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, implica, portanto, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”. Assim, o objetivo maior de manifestações voltadas para o empoderamento das mulheres é favorecer condições para que elas possam questionar, desestabilizar e se estruturar, visando erradicar a ordem patriarcal vigente (SARDENBERG, 2009).

Para tanto, o empoderamento implica na transformação dos seguimentos e das bases que apontam a “posição”<sup>1</sup> que a mulher ocupa como submissa. Essa concepção está interligada à noção de interesses estratégicos de gênero, implicando na alteração da posição das mulheres na sociedade. Assim, o processo de empoderamento das mulheres poderá primeiro, permitir a igualdade entre homens e mulheres e, segundo, as alterações nas relações patriarcais, principalmente no interior das famílias, para que as mulheres empoderadas possam modificar a dominação dos homens sobre as mulheres, de forma que elas adquiram autonomia de poder decidir sobre suas vidas e, sentirem que são donas delas mesmas (SIQUEIRA, 2014).

As reflexões da autora dialogam com as colocações de Horochovski e Meirelles (2007), quando este destaca que a definição de empoderamento é muito próxima à noção de autonomia, referindo-se à capacidade de os indivíduos poderem tomar decisões sobre assuntos particulares e fazer suas escolhas em várias áreas do conhecimento. Trata-se de um processo pelo qual o indivíduo poderá conseguir poder e liberdade, negativa e positiva (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). Complementando as reflexões dos autores, Butto et al. (2014), afirmam que a autonomia nasce a partir de nossa formação, do acesso aos bens comuns e também dos serviços públicos.

Em outro momento, Horochovski e Meirelles (2007), acreditam que a partir de um ponto de vista emancipatório, o processo de empoderamento seria retratado por situações em que os indivíduos alcançam recursos que lhes propiciam voz, visibilidade e capacidade de ação e decisão. Contudo, como o acesso a esses recursos geralmente não ocorre facilmente, uma vez que os indivíduos que devem ser empoderados normalmente se encontram em desvantagens, as intervenções externas são necessárias, já que podem ser realizadas por sujeitos e/ou por organizações (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007). Oliveira (2006) destaca a importância da participação de atores sociais como parte fundamental no processo de empoderamento, visto que eles podem atuar como “catalisadores”. Esses mediadores, podem ser os movimentos sociais, ONG’s, governos, instituições privadas, entre outros. Estes agentes do âmbito externo poderão contribuir para a criação de ambientes propícios ao empoderamento, assim como poderão também agir como uma barreira (IORIO, 2002).

Os agentes do empoderamento podem ser diversos e devem trazer novas ideias e conhecimentos que, não apenas conscientizem, mas também fomentem a ação. E esse

---

<sup>1</sup> De acordo com Ana Alice Costa (2004, p. 6), em seus escritos sobre “Gênero, poder e empoderamento das mulheres”, *posição*, aqui, “é o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens”.

processo não ocorre individualmente e as mudanças não ocorrem sem ações coletivas (SARDENBERG, 2009).

Nessa perspectiva, o empoderamento é uma categoria complexa de análise e experiências em várias disciplinas, envolvendo uma multiplicidade de métodos e indicadores que dificilmente podem ser universalizados, portanto, é um processo que tem aspectos tanto coletivos como individuais (SIQUEIRA, 2014).

Nesse sentido, Costa (2004, p. 42), afirma que:

o empoderamento é um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle dos seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

Colaborando e complementando a fala da autora, Sardenberg (2009, p. 8), utilizando as reflexões de Batliwala (1994, p. 132), destaca que “a sociedade só é forçada a mudar quando um grande número de mulheres está mobilizado e pressionado para a mudança”. Assim, o processo de empoderamento deve estruturar as mulheres para a ação.

O empoderamento das mulheres, segundo Young (1997), ocorre quando elas se tornam empoderadas por meio da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais e, nesse sentido, o empoderamento feminino poderá ser medido através de parâmetros, conforme destaca a autora:

los parámetros de empoderamiento son: la construcción de una autoimagen y autoconfianza positiva, el desarrollo de la habilidad para pensar críticamente, la construcción de la cohesión de grupo y la promoción de la toma de decisiones y la acción (YOUNG, 1997, p. 105).

Costa (2004, p. 42-44) destaca que, para as feministas, o empoderamento da mulher compreende a “alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero”, e esse processo de avanço ocorre através de cinco níveis de igualdade: “bem estar, acesso aos recursos, conscientização, participação e controle”.

Mageste et al. (2008) delimitam esses níveis em três etapas: individual, relacional e contextual. Esses níveis estão vinculados às relações de poder e interligados entre si, influenciando-se de forma mútua. O nível individual considera a tomada de decisões e o acesso aos recursos. No relacional, o processo de empoderamento envolve ligações com outros autores, devendo estar atento ao contexto das relações de poder, ou seja, valores culturais, educação formal, as influências familiares e participação em grupos sociais, sempre

buscando enxergar além do indivíduo. E, por fim, o nível contextual envolve temas como: reconhecimento social, individual e coletivo, bem-estar e segurança econômica.

Para Deeré e Léon (2002, p. 55), o empoderamento da mulher deve partir “[...] da criação de uma consciência da discriminação de gênero. Isto exige que a mulher mude a autopercepção negativa, assim como suas crenças relativas aos seus direitos e capacidades”.

Autores como Martins (2003) e Oliveira (2006), destacam que o empoderamento não representa um processo linear com um começo bem definido, bem como, não segue o mesmo caminho para todas as mulheres. Contudo, a crença, por parte delas, com relação às barreiras ao seu acesso e exercício do poder, determina um dos principais desafios ao processo de empoderamento. Dessa forma, a autoconsciência da subordinação de gênero é um ponto crítico para a transformação social e, para “questionar sua situação subordinada, as mulheres têm que reconhecer a existência de uma ideologia que legitima a dominação masculina e compreender como isso perpetua a opressão” (BATLIWALA, 1994, p. 131)<sup>2</sup>.

É pertinente trazer para a discussão esse processo de subordinação discutido pelas autoras, haja vista que esse também reflete em outras áreas na vida da mulher, como é o caso das mulheres agricultoras que enfrentam diversas barreiras, principalmente no acesso às políticas públicas, devido:

as dificuldades de acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica para garantir as suas várias formas de produção. A vivência desses direitos requer construir com elas processos organizativos que gerem autonomia e possam romper com as desigualdades existentes (BUTTO et al., 2014, p. 103).

Percebe-se que as mulheres, tanto urbanas como rurais vivem situação de desigualdade de gênero e subordinação masculina. No caso das mulheres agricultoras, o acesso à terra e ao crédito foram questões que sempre enfrentaram dificuldades, devido o homem ter vantagens no acesso a esses bens. A autora em referência destaca que, no meio rural, a vida das mulheres ainda é marcada por um cenário de relações patriarcais. Geralmente, os homens determinam os rumos da família que se organiza a partir dos interesses e poder hierárquico masculino. Esse poder está centrado na figura do pai e seus interesses aparecem como sendo hegemônicos. “Nesse cenário, os desejos e opiniões das mulheres são oprimidos e o trabalho produtivo e reprodutivo que realizam é invisibilizado” (BUTTO et al., p.100).

---

<sup>2</sup> Tradução do original em inglês feita por Cecília M. B. Sardenberg (2009, p. 8) e citado no texto: “Conceituando ‘empoderamento’ na perspectiva feminista”.

Nessa perspectiva, Ana Alice Costa destaca que o empoderamento das mulheres “representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero” (COSTA, 2004, p. 44).

Vale ressaltar que, mesmo existindo uma consciência da posição de subordinada em que a mulher se encontra, assumir os riscos de empreender uma luta contra as relações de poder que a mantém é muito mais difícil do que pode apresentar. Romper os paradigmas estabelecidos e arriscar caminhos desconhecidos requer coragem e perseverança.

Propõe-se aqui, ainda, pensar o empoderamento em quatro dimensões: cognitiva, psicológica, política e econômica apresentada, inicialmente, por Nelly Stromquist:

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (STROMQUIST, 2002, 1995, p. 232 citado por SARDENBERG, 2009, p. 6)<sup>3</sup>.

De acordo com Ana Alice Costa (2004), a “dimensão cognitiva” do empoderamento se refere à compreensão que as mulheres têm da sua subordinação e dos motivos desta em níveis micro e macro da sociedade. A “dimensão psicológica” está voltada para o desenvolvimento de sentimentos como autoconfiança e autoestima que as mulheres podem pôr em prática em nível pessoal e social para melhorar sua condição, bem como acreditar que podem obter êxito nos seus esforços por mudanças. Já a “dimensão política” supõe a habilidade das mulheres para analisar o meio em que vivem, em termos sociais e políticos, e a capacidade de se organizar e se mobilizar para transformar as estruturas sociais, visando um poder compartilhado. Por fim, a dimensão econômica, que está relacionada à independência econômica das mulheres.

Acrescenta-se, ainda, algumas colocações sobre as dimensões política e psicológica. De acordo com Oliveira (2006), o empoderamento político destaca-se no processo de tomada de decisão, na apropriação do poder de ter vez, voz e da ação coletiva. Nesse sentido, é indicado como passo inicial de conquista da cidadania, o favorecimento através da participação em projetos que visam propor demandas de políticas públicas (LISBOA, 2008).

---

<sup>3</sup> Tradução do original em inglês realizada por Cecília Sardenberg, em 2009, no texto: Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista.

Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

A dimensão psicológica, de acordo com Horochovski (2006), está relacionada a características da personalidade dos indivíduos,[...] pelas quais estes se dão importância, desenvolvendo sentimento de que suas ações – de manutenção ou transformação do *status quo* – são relevantes para os contextos em que se inserem. Aspectos essenciais desta classe de recursos são a autoestima, a autoconfiança, a proatividade, entre outros. A ideia forçada aqui é a de que não bastam os demais recursos do empoderamento se o indivíduo não acreditar que os possui e tem plenas condições de alocá-los em suas estratégias de ação, só ou com outros (HOROCHOVSKI, 2006, p. 19).

Os recursos enumerados distribuem-se de forma assimétrica na sociedade, e acredita-se que todos obtenham parcelas, sejam elas maiores ou menores. Quanto maiores mais empoderados são seus detentores, de forma que possam se posicionar estrategicamente. Logo, empoderar significa descentralizar recursos e criar ações que permitam aos mais fracos superar ou diminuir a distância que os separa dos estratos sociais hegemônicos (HOROCHOVSKI, 2006).

Para Lisboa (2009, p. 738 citado por SIQUEIRA, 2014, p. 52), no processo de empoderamento, a dimensão psicológica “refere-se ao desenvolvimento de um determinado modelo de auto-reconhecimento, através do qual as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, de competência, de autovalorização e autoestima”. Em relação ao empoderamento político, “implica na transformação das estruturas sociais visando à redistribuição de poder, produzindo mudanças das estruturas de oportunidades da sociedade”.

Nas últimas décadas, a redistribuição de poder entre homens e mulheres tem ocupado lugar importante nas reflexões entre as mulheres, e as discussões têm ocorrido em vários âmbitos, dentre eles, no meio rural, visto a existência de grande incidência de bens materiais se encontrarem sob posse da figura masculina (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2010). Esta afirmação indica que os homens possuem 87,32% de todos os imóveis rurais que existem no país. Os resultados apontados pelo IBGE (2010) indicam a existência de desigualdades no meio rural, mas as reflexões em torno das desigualdades de gênero existentes na sociedade brasileira vêm provocando mudanças, estas, presentes também no meio rural, e têm evidenciado a participação efetiva das mulheres nas atividades produtivas no meio rural, confirmando melhor participação da mulher na agricultura familiar.

## **2.7 Atores sociais: Agricultura familiar e camponeses**

Para trazer o tema de uma das políticas públicas, mais especificamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, voltado para o fomento do desenvolvimento rural, é necessário, antes, apresentar o sujeito desta política pública e sua caracterização.

Nas últimas décadas, o Brasil passou por progressos relevantes em relação a uma definição e entendimento das principais características e noção conceitual da categoria social concebida como “agricultura familiar”. Entre os principais avanços, é possível apontar o reconhecimento da grande diversidade econômica e diversidade social deste grupo social que é formado por pequenos proprietários de terra, que desenvolve suas atividades a partir da força de trabalho do grupo familiar, e sua produção é utilizada tanto para o autoconsumo como para a comercialização, e vivem nas pequenas comunidades ou povoados rurais (SCNHEIDER; CASSOL, 2017). Essa categoria social sempre foi distinta na história do país, que atualmente conhecemos e chamamos de agricultura familiar, no passado era atribuído “em um nível político e conceitual mais consistente, campesinato” (SCNHEIDER; CASSOL, 2017, p. 85).

Segundo Sabourin (2009, p. 29), apesar do campesinato ser uma categoria que nasceu como uma “reivindicação política, a existência de camponeses no Brasil existe não somente em termos de características políticas, mas também de categoria social e sociológica”. Outros autores como (GRAZIANO NETO, 1983; PRADO JÚNIOR, 1966), afirmam que a composição do campesinato ocorreu a partir da produção agrícola de subsistência, já que tanto o processo produtivo como a produção dos camponeses, não interessava aos grandes produtores que atendiam o mercado externo. Nesse sentido, os imigrantes receberam doação de terras a fim de manter a produtividade e fornecer alimentos para a sociedade.

O campesinato corresponde, segundo Wanderley (2014), a uma forma social de produção, onde suas bases estão centradas em um caráter familiar, tanto em relação aos objetivos da atividade produtiva familiar, quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A autora ainda destaca que, a ele é conferido uma forma de viver, trabalhar e de produzir no campo, correspondendo a um modo de vida e a uma cultura.

Em se tratando do campesinato do Brasil, há a necessidade de considerar que a agricultura brasileira<sup>4</sup> manteve seus traços estruturantes, embasado na grande propriedade da monocultura e no trabalho escravo (WANDEERLEY, 2014). A autora destaca que apesar desse fato, os camponeses utilizavam as terras dos senhores para sua produção própria, afirmando ainda, que as particularidades acima referidas:

resultam das estratégias de resistência camponesa ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, desde seus primórdios, sob o domínio dos grandes empreendimentos e de sua capacidade de criar espaços para uma outra agricultura, a de base familiar e comunitária (WANDEERLEY, 2014, p. 27).

---

<sup>4</sup> O campesinato está inserido na história da agricultura brasileira.

Contudo, o campesinato passou por ressignificações em algumas instâncias, fosse em sua forma de produzir alimentos, fosse na forma de se relacionar com o mercado ou em outras relações sociais. Faz-se necessário ressaltar que, antes mesmo de institucionalizar o conceito de agricultura familiar no Brasil, este grupo social era conhecido e chamado por vários nomes: posseiros, arrendatários, foreiros, moradores, colonos, camponês, caipira, caboclo, roceiro, pequeno produtor, entre outros (MARTINS, 1981; PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017).

Diante dessas nomenclaturas é possível questionar a relação entre “camponeses” e “agricultores familiares”. Nesse sentido, de acordo com Wanderley (2014, p. 31), a semelhança ocorre apesar da variação das pequenas unidades produtivas brasileiras, onde:

todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes.

O campesinato era percebido pelos estudiosos como uma classe social que simbolizava maior consistência política. A categoria camponesa era vista como aquela que tinha, de forma mínima, uma área de terra disponível para o plantio, o trabalho era desempenhado apenas pela mão-de-obra familiar, tinha capacidade de produzir por meios próprios e, esporadicamente, prestava serviços fora da sua propriedade (CHAYANOV, 1974).

Sobre as configurações camponesas, Godoi Menezes e Marin (2009, p. 23 citado por WANDERLEY, 2017), afirma que eram bastante diversas, caracterizando-se como “praticantes de uma agricultura de subsistência e desprovidos de mecanismos de geração de renda”.

Com a expansão industrial, as famílias camponesas foram submetidas a manter relação com o mercado, e essa integração tornou-se empreendimento, pois os camponeses começaram a adquirir os chamados pacotes tecnológicos, o que eram rentáveis para o mercado.

O discurso que era disseminado na época sobre esse tipo de integração, é que esse processo seria como uma “parceria do ganha-ganha” e esses argumentos segundo Bruno (2016, p. 4)

ressaltavam as *benesses* da integração para os pequenos agricultores proprietários, argumentando que eles não seriam “escravos” da agroindústria, garantindo que não haveria perdas, só ganhos, e caracterizando a parceria como condição para acesso à tecnologia e, obviamente, omitindo os ganhos para as empresas.

Esse foi um dos motivos que causou o surgimento de várias categorias no campesinato brasileiro levando ainda em consideração que a integração entre indústria e camponeses não alcançou a todos na mesma proporção e da mesma forma, bem como não foi do interesse de todas as famílias camponesas se envolverem com o processo de modernização da época. Dessa forma, é possível apontar dois modelos de famílias camponesas: os núcleos familiares que seguiram com a produção de subsistência e as que se integraram ao mercado, e não mais se enquadraram no modo de vida, contudo, as formas estruturais permaneceram, mudando somente a forma reprodutiva econômica e social, fosse nas relações externas familiar, fosse na comunidade local (BRUNO, 2016; SCNHEIDER; CASSOL, 2017). Para os camponeses que seguiram com a produção de subsistência, “a produção para o próprio consumo ou para o consumo interno de seu estabelecimento é uma prática que os legitima como agricultores familiares” (WANDERLEY, 2014, p. 346).

A partir da oficialização da concepção de agricultura familiar e reconhecimento desta categoria social e política, surgem iniciativas visando promover a inclusão de várias famílias em outros mercados, sustentados no desenvolvimento rural e com princípio territorial (GRISA, 2017).

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, segundo Picolotto (2014, p. 64), tem ocorrido de três formas principais, distintas, mas complementares entre si: “o aumento de sua importância política; seu reconhecimento institucional, e a terceira está relacionada ao trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada”.

Por outro lado, a construção da identidade da agricultura familiar, mencionada por Stropasolas (2017, p. 458), é referente a uma forma de:

se libertar da pecha de atrasado, imperfeito e incompleto que a noção de pequena produção carregava e produzir sua ressignificação positivada, como produtora de alimentos, moderna, eficiente, sustentável, etc. Cabe salientar que esta construção ressalta também o agricultor como cidadão, não apenas produtor.

Nas palavras de Wanderley (2017, p. 66), “no Brasil, todos os agricultores familiares sofrem, em graus e sob formas distintas, o bloqueio de suas potencialidades gerado pelas forças dominantes na agricultura, no meio rural e no conjunto da sociedade brasileira”. Nesse sentido, vale ressaltar que, a lógica de acúmulo devastadora sob o prisma da exploração dos recursos naturais e dos recursos humanos, têm colaborado de forma significativa para que os agricultores se afastem e até mesmo abandonem o espaço rural em busca de outros meios de

sobrevivência, submetendo-se à exploração de sua mão-de-obra e redirecionando suas habilidades para outras funções não agrícolas. Esse processo trouxe fortes impactos na organização familiar rural, visto que a saída da família rural para a cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida submete a mulher ao trabalho doméstico e de produção, afastando-a do ambiente doméstico, impactando no entrave da sua participação e ação política, bem como a continuidade da escolarização.

Essas duas categorias sociais trazem fortes impactos na constituição da mulher camponesa, levando em consideração as distinções claras entre as duas categorias. Ambas se constituem em um contexto marcado pelo patriarcalismo que, na trajetória histórica, imprimiu processos de subordinação e exclusão da mulher, isentando a importância do seu trabalho e participação efetiva na agricultura familiar. Contudo, atualmente, várias políticas têm mudado esse contexto na vida das mulheres agricultoras familiares, e um dos programas de governo que vem contribuindo com as mudanças é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Subentende-se que essa discussão, aqui apresentada, em relação às concepções, não pode ser privilegiada, e que as disparidades possam construir diálogos dando ênfase à diversidade econômica e social das famílias que formam este grupo social, com o intuito de auxiliar a criação de políticas e programas que atendam a essa diversidade.

## **2.8 O Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é o mais antigo Programa do governo brasileiro na área de Alimentação Escolar, sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que tange ao atendimento universal aos estudantes e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Nesse sentido, o Programa é caracterizado como política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que objetiva garantir o fornecimento da Alimentação Escolar nas escolas públicas de todo o país, desde o ensino básico até o médio.

São perceptíveis os avanços que o PNAE conquistou no decorrer das últimas décadas. De acordo com Peixinho (2013), mudanças significativas ocorreram no Programa entre 1995 e 2010. Em 1997, o PNAE foi desvinculado da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE e suas Representações Estaduais – REFAE, integrando-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação – MEC, apresentando como atividade principal, a assistência financeira a projetos e programas do ensino básico das escolas públicas (PEIXINHO, 2013). O caminho percorrido pelo Programa é longo, conforme pode ser observada sua trajetória no quadro abaixo.

**Quadro 4 – Trajetória Histórica do PNAE.**

<b>Década</b>	<b>Acontecimentos</b>
<b>1940</b>	Instituto de Nutrição defende a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar. Contudo, a proposta não se concretizou, por indisponibilidade de recursos financeiros.
<b>1950</b>	Elaboração do o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É neste Plano que se estrutura, pela primeira vez, um programa de merenda escolar, em âmbito Nacional e sob a responsabilidade pública.
	Assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação (BRASIL, 1955). Convênios realizados diretamente com o Fundo Internacional de Socorro à Infância - FISI (atual UNICEF) e outros organismos internacionais
	Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito Nacional (BRASIL, 1956).
<b>1960</b>	O nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 (BRASIL, 1965).
	Programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se: o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU).
<b>1970</b>	O programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). E no final dessa mesma década, passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar.
<b>1980</b>	Promulgação da Constituição Federal de 1988 - ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (BRASIL, 1988).
<b>1990</b>	Centralização da execução do programa - o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Em meados dessa mesma década, houve a descentralização dos recursos para execução do Programa, instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal (BRASIL, 1994).
	Nesse período, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros.
	A consolidação da descentralização somente ocorreu com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, sob direção do FNDE (BRASIL, 1998).

Fonte: Adaptado de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2018).

No final da década de 90, iniciou-se uma nova modalidade de repasse de recursos financeiros do Governo Federal e todos os municípios do país passaram a receber os recursos financeiros para a aquisição de alimentos, via transferência automática e, assim, o Governo determinou que para os municípios receberem os recursos, deveriam contar com o Conselho de Alimentação Escolar – CAE (PEIXINHO, 2013).

Ainda de acordo com a autora, a partir da Medida Provisória 1979-19 de 02 de junho de 2000, foi estabelecido a composição, número e atribuições para o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, passando a ter a seguinte composição:

I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder; II – um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder; III - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe; IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares; V - um representante de outro segmento da sociedade local (BRASIL, 2000<sup>5</sup> citado por PEIXINHO, 2013, p. 912).

A Medida Provisória 1.979-19/2000, ainda determina as competências do CAE, devendo este acompanhar e zelar pelo bom funcionamento do Programa, bem como receber, analisar e remeter ao FNDE, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios (PEIXINHO, 2013).

Em relação ao PNAE e PAA, os quais permitem a aquisição dos produtos direto da agricultura familiar, além do fornecimento de produtos saudáveis à alimentação escolar, visa o incentivo ao agricultor familiar. Assim, Silva (2015), considera fundamental a existência de uma política agrícola que possa favorecer o trabalho do agricultor familiar no país, visando uma produção acelerada de alimentos, bem como a proteção do agricultor com baixa renda.

De acordo com Peixinho (2013), foi desenvolvida uma Pesquisa Nacional de Cardápios, objetivando conhecer as especificidades alimentares de cada região do país, para que a merenda escolar se adaptasse a cada realidade.

Em relação ao PNAE, outras conquistas e avanços ocorreram em relação ao Programa, pois, além do atendimento aos educandos nos três níveis da educação básica das escolas públicas brasileira, em 2009, o programa ganhou mais uma função social, sendo um canal de comercialização para a agricultura familiar a partir da promulgação da Lei nº 11.947 (BRASIL, 2009a).

---

<sup>5</sup> Brasil. Medida Provisória n.º1.979-19 de 02 de junho de 2000. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, foi um marco importante para o PNAE, visto que, além de universalizar a merenda escolar, desde a educação infantil até o ensino médio, o programa busca, como forma de promover o desenvolvimento sustentável, o incentivo à aquisição de, no mínimo, 30% do valor repassado para o PNAE, valor este deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (FNDE, 2018; PEIXINHO, 2013). Poderá ocorrer dispensa desta compra quando houver a impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente, a inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios e as condições higiênico-sanitárias forem inadequadas (BRASIL, 2009a).

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.947/2009, no que tange: o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (BRASIL, 2009a; FNDE, 2018).

Dessa forma, o PNAE tem sido capaz de legitimar a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões: busca a localização e a regionalização da alimentação escolar; constitui-se em expressivo mercado para bens e serviços da economia urbana (gerando emprego e renda) e rural (ao adquirir produtos da agricultura familiar, mantendo o produtor e sua família no campo); permitindo a inclusão tanto de beneficiários como fornecedores, e respeitando culturas, tradições e comportamentos alimentares tão diferenciados (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013, p. 47-48).

As mudanças ocorridas na execução do Programa, de acordo com Corrêa et al. (2017), foram acompanhadas por revisões e atualizações de todo o seu arcabouço legal. Ainda de acordo com os autores, a descentralização da gestão do Programa foi um dos avanços ocorridos em 1994, que a partir de então, os estados, municípios e Distrito Federal passaram a gerenciar os recursos e as ações do PNAE.

Vale ressaltar que os Institutos Federais são responsáveis por assegurar juntamente com o FNDE, a execução do Programa nas escolas que lhes cabem a responsabilidade pelo funcionamento, intitulados Entidades Executoras (EEx) e, as escolas onde acontece a execução são chamadas de Unidades Executoras (UEX) (BRASIL, 2009a).

A aquisição de gêneros alimentícios deve ocorrer, quando possível, no mesmo município das escolas e, quando o fornecimento não puder ser realizado na localidade, as escolas poderão complementar a demanda entre os agricultores da região, território rural,

estado e país, sempre seguindo a ordem de prioridade determinada na Resolução nº 38/2009 (BRASIL, 2009b).

A nova lei descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos advindos da agricultura familiar às Entidades Executoras (SILVA, 2010). Ainda de acordo com o autor em referência, as Entidades Executoras são as secretarias estaduais e municipais de educação e redes federais de educação básica ou suas mantenedoras, que recebem recursos diretamente do FNDE, responsável pela compra dos gêneros alimentícios do PNAE (SILVA, 2010).

Para que ocorra a promoção da conexão entre agricultura familiar e alimentação escolar, é necessário respeitar os princípios e as diretrizes determinadas pelo Programa, a saber: alimentação saudável e adequada; respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis; controle social; segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável, que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente (Resolução CD FNDE nº 26/2013) (BRASIL, 2013).

De acordo com Silva (2010), do ponto de vista da produção da agricultura familiar, essa conexão ajuda:

- (i) garantia de acesso à venda no mercado institucional, viabilizando o início de processos de aprendizagem de relacionamento com o mercado (desenvolvimento de marcas, noções de qualidade, frequência e outras); (ii) garantia da segurança alimentar com produção regional, fortalecendo a diversificação produtiva; (iii) geração de renda e agregação de valor, fortalecendo as economias municipais; (iv) sustentabilidade do modelo de desenvolvimento com fortalecimento do associativismo e cooperativismo (SILVA, 2010, p. 217-218).

Nesse sentido, a aplicabilidade da lei estimula e determina que os municípios e estados comprem os produtos alimentícios dos agricultores familiares, fazendo com que os recursos permaneçam dinamizando a economia local e ofertando produtos que pertencem ao hábito alimentar local. Ainda, chama a atenção o reduzido custo desta política para o governo federal, pois a referida lei apenas organiza o sistema de compras públicas para alimentação escolar, gerando oportunidades específicas para a agricultura familiar (SILVA, 2010).

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Para a realização do presente trabalho, inicialmente, optou-se pela aplicação das técnicas instrumentais da análise documental, observação participante, entrevista semiestruturada e grupo focal, com o objetivo de levantar informações concernentes ao tema investigado.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

O estudo desenvolvido privilegiou uma abordagem qualitativa dos dados e a escolha é justificada pela importância e necessidade de uma abordagem dialética junto aos atores envolvidos, objetivando obter informações relevantes ao objeto de estudo.

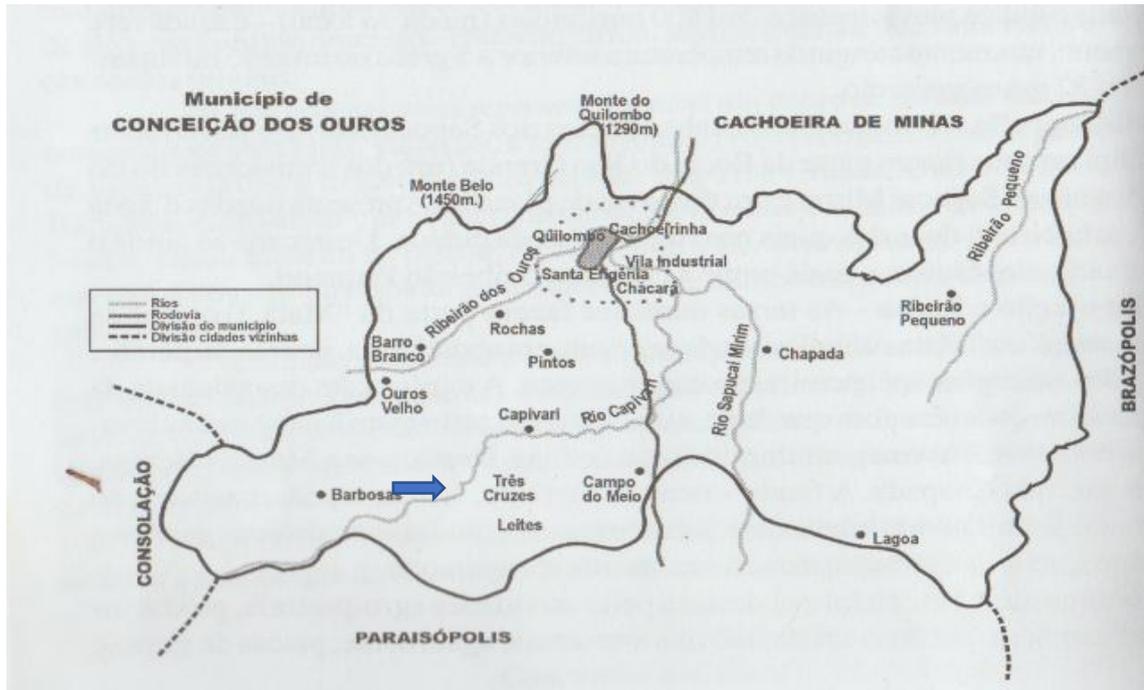
Como procedimento metodológico foi utilizado o estudo de caso, que acontece com as mulheres rurais do grupo Quitandas de Ouros. O estudo de caso é definido por Yin (2001) como uma pesquisa empírica que busca “investigar um fenômeno contemporâneo” no contexto da vida real, principalmente quando o contexto e o fenômeno não estão claramente definidos.

O objeto da pesquisa são as relações entre empoderamento das Mulheres Rurais do Grupo Quitandas de Ouros no município de Conceição dos Ouros/MG, vinculadas a um Projeto de Extensão Universitária, e a pesquisa aconteceu no âmbito de desenvolvimento desse projeto no município de Conceição dos Ouros/MG.

#### **3.2 Local de estudo**

A pesquisa foi realizada no município de Conceição dos Ouros, que está localizado no extremo sul de Minas Gerais. Ocupa uma área de 183,43km<sup>2</sup>, limitando-se ao Norte com Cachoeira de Minas; ao Sul com Paraisópolis; a Leste com Brasópolis e a Oeste com Consolação e Cachoeira de Minas, conforme ilustrado abaixo.

**Figura 1 – Mapa do Município de Conceição dos Ouros/MG**



Fonte: Campos (2002).

De acordo com dados do IBGE (2015), a população estimada do município é de 11.525 habitantes, destacando um percentual de 51,13% de homens e 48,87% de mulheres, sendo que 2.265 habitantes residem na zona rural, que corresponde a 21,8% do total da população do município (IBGE, 2015).

Desde a década de 80 a zona rural vem perdendo força em relação à sua população, havendo grande transferência dos habitantes dos bairros rurais para a sede do município, conforme mostra o quadro com dados do IBGE (2010).

**Tabela 1 - Transferência da população rural para a sede do município**

Ano	Total da População	População Urbana	População Rural
1980	6.615	3.213(48,6)	3.402(68,2)
2000	8.929	6.477 (72,5%)	2.452 (27,5%)
2010	10.388	8.123 (78,2%)	2.265 (21,8%)

Fonte: Adaptado de Campos (2002).

Apesar dos resultados acima apresentados, atualmente a agricultura ocupa importante papel na economia ourense e predominam as pequenas propriedades rurais com algumas principais lavouras e, uma delas é a cultura da mandioca - uma das mais antigas do município

- encontra-se difundida em todos os bairros rurais, e sua expansão se deve ao desenvolvimento da indústria polvilheira (CAMPOS, 2002).

Anualmente, são produzidas em dezesseis fábricas, cerca de 2.025 toneladas de polvilho e, embora o município tenha uma forte expressão econômica e social com a produção da mandioca e o processamento do polvilho, foi identificado pela EMATER-MG que esses produtos vêm, aos poucos, sendo substituídos por outros alimentos como a batata e o trigo (KIELBLOCK, 2017).

Em relação à localidade rural, o município de Conceição dos Ouros conta com 17 bairros rurais, a saber: Barbosas, Boa Vista, Barro Branco, Campinho, Campo do Meio, Capivari, Capoeira Grande, Cesários, Chapada, Lagoa, Leites, Ouros Velhos, Pintos, Ribeirão Pequeno, Rochas, Sertãozinho e Três Cruzes.

Dos 17 bairros, destaca-se o bairro Três Cruzes, local onde ocorreu a pesquisa, devido a maioria das mulheres do grupo Quitandas de Ouros, participantes da pesquisa, residirem nessa localidade, local também onde funciona o espaço de trabalho das mulheres – a agroindústria.

Assim, com o intuito de alcançar os objetivos propostos, boa parte da pesquisa foi realizada na zona rural do município de Conceição dos Ouros com as 5 mulheres do grupo Quitandas de Ouros.

### **3.3 Primeiros trabalhos com as mulheres rurais de Conceição dos Ouros: ensaios para a organização da agroindústria**

O IFSULDEMINAS tem buscado desenvolver ações interativas que contribuam com a promoção do desenvolvimento da região. Para tanto, tem construído uma rede de parcerias com organizações de produtores rurais, prefeituras e entidades governamentais como a EMATER-MG (HIRATA, 2015).

Dentre os vários cursos realizados no meio rural, o IFSULDEMINAS também contribuiu com o curso de manipulação de alimentos realizado pelo PRONATEC<sup>6</sup>, este conseguiu reunir mais de vinte e cinco mulheres rurais. Outras ações foram referentes ao apoio em encontros de mulheres rurais e dos festivais de pratos típicos de mandioca e polvilho, os quais ocorrem anualmente.

---

<sup>6</sup> O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>.

Todas essas ações executadas, tanto pela EMATER/MG como pelo IFSULDEMINAS, acabaram fomentando a parceria entre as duas instituições, articulando a ideia da possível existência de uma agroindústria no meio rural onde as mulheres pudessem desenvolver suas habilidades culinárias e que ainda fossem capazes de contribuir com a renda familiar e a economia local.

Contextualizando, a ideia da criação de uma agroindústria estava sendo cogitada desde o ano 2000, quando extensionistas da EMATER-MG já realizavam trabalhos com mulheres da zona rural no município de Conceição dos Ouros, com um dos focos voltados para a criação de uma agroindústria, como um empreendimento talvez viável para as mulheres. É a partir desse contexto que, a seguir, será apresentada uma breve explanação do Projeto de Extensão Universitária, o qual viabilizou a criação da agroindústria e beneficiou as cinco mulheres rurais do município de Conceição dos Ouros.

### **3.4 O Projeto de Extensão Universitária**

A partir do relato anterior e antes de apresentar o projeto de extensão, é importante ressaltar que a Coordenadora do Projeto de Extensão Universitária antes de ser servidora no IFSULDEMINAS, havia trabalhado por treze anos na EMATER/MG, sendo que seis anos foram como extensionista de bem estar social no município de Conceição dos Ouros e sete anos como Coordenadora de bem estar social na região de Pouso Alegre que também abrange o município de Conceição dos Ouros, de onde podemos deduzir a relação do IFSULDEMINAS com a EMATER/MG e seu conhecimento sobre a realidade das mulheres rurais de Conceição dos Ouros.

Assim, surgiu a proposta de um empreendimento que explorasse a cultura alimentar do município e que ao mesmo tempo beneficiasse as mulheres do meio rural.

Diante desta realidade e atentos às demandas locais, servidores do IFSULDEMINAS, em parceria com a EMATER-MG, aprovaram na chamada CNPq-SETEC/MEC Nº017/2014, o projeto intitulado “Desenvolvimento de produtos derivados da mandioca para inserção na alimentação escolar como perspectiva de segurança alimentar e empoderamento das mulheres rurais de Conceição dos Ouros”, objetivando o desenvolvimento de uma linha de produtos alimentícios viáveis do ponto de vista econômico e nutricional para comercialização na alimentação escolar, visando, ainda, promover a profissionalização e organização social das mulheres rurais para produção, gestão e comercialização; contribuir com geração de renda,

melhoria da autoestima e empoderamento e, por fim, possibilitar às mulheres rurais o acesso aos mercados institucionais e políticas públicas como o PNAE.

Para o alcance dos objetivos, foi constituída uma equipe formada por profissionais das áreas de Pedagogia, Economia Doméstica, Engenheiro Agrônomo, Pedagoga, Engenharia de Alimentos e Nutrição, além de um Técnico em Alimentos. Dessa equipe, três são estudantes do IFSULDEMINAS. Os alunos bolsistas participaram do projeto como um todo, atuando desde o diagnóstico, capacitações, desenvolvimento de programas e planilhas a serem utilizados para gestão e comercialização dos produtos. Por outro lado, o projeto oportunizou aos alunos o confronto da teoria com a prática por meio das ações desenvolvidas, bem como o contato direto com as mulheres rurais, contribuindo para uma formação profissional, técnica e humanística dos estudantes envolvidos.

Por fim, para a consolidação das ações, o Projeto buscou articular parcerias com a Prefeitura Municipal e a Associação de Produtores Rurais e Agroindústria de Conceição dos Ouros (APRACOUROS).

### **3.4.1 Ações do Projeto**

Uma das primeiras ações do Projeto foi a realização de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP)<sup>7</sup> realizado entre servidores do IFSULDEMINAS e a EMATER/MG como forma de identificar as habilidades e competências das participantes, como também, realizar um levantamento dos produtos tradicionais locais como: pães, biscoitos, bolos, bolachas, os quais, atualmente, fazem parte de uma linha de produtos desenvolvidos para inserção no mercado institucional – merenda escolar municipal e federal.

O diagnóstico foi inicialmente realizado com um diálogo, norteado por questões geradoras que provocaram a participação de todas as mulheres rurais presentes. Inicialmente, buscou identificar as habilidades culinárias e a presença de alimentos à base de mandioca e derivados como o polvilho no cardápio da família. Para isso, foram utilizadas as seguintes questões: o que você sabe fazer e o que agrada mais a família. Para complementar a informação, o diagnóstico buscou informações sobre a frequência com que esses alimentos são consumidos e a origem da receita, ou seja, como, com quem e quando aprendeu a fazer. Foram esses os questionamentos realizados durante o diagnóstico.

---

<sup>7</sup> O DRP é uma das metodologias participativas da MEXPAR. O DRP é uma forma de analisar questões ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais da comunidade rural, visando o desenvolvimento local, acentuando o papel ativo da população na realização e análise das pesquisas e na avaliação de seus resultados (DIPUC, 2002).

Em um segundo momento, os questionamentos buscaram informações sobre o interesse das mulheres em comercializar, aprender novas receitas e ainda disponibilidade para se dedicar às atividades de capacitação, produção e comercialização dos produtos. Os produtos sinalizados como de maior aceitação e presentes na cultura alimentar local foram os biscoitos de polvilho, pão de mandioca e sequilho. As receitas destes produtos, foram cedidas pelas mulheres rurais à equipe do projeto e submetidas à diversos testes e análises (sensorial, química e física) buscando aprimorá-las e torná-las viáveis para a alimentação escolar, do ponto de vista econômico, nutritivo e sensorial.

Visando a organização social e profissionalização do grupo, o projeto ofertou cursos de capacitação na área de Segurança Alimentar, Processamento de Alimentos e Boas Práticas de Fabricação; Associativismo, Cooperativismo e Gestão Social; Comercialização e Mercados; Empreendedorismo e Motivação; Habilitação Sanitária e Ambiental.

Para a inserção das mulheres no mercado institucional, foram dadas orientações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), capacitações sobre como elaborar projeto de venda, funcionamento das chamadas públicas das escolas federais, estaduais e municipais do município e região.

As atividades foram realizadas na comunidade rural do bairro Três Cruzes<sup>8</sup> e teve a participação de vinte e duas mulheres rurais, colaboradores profissionais de várias áreas do conhecimento, bem como estudantes bolsistas voltados para a área de alimentos.

### **3.4.2 Resultados e impactos esperados**

Em relação aos resultados, o projeto visou o desenvolvimento de uma linha de produtos alimentícios à base de polvilho e mandioca, com viabilidade econômica e potencial de mercado, buscando atender todas as suas exigências (padronização, embalagem, rotulagem com a informação nutricional, legalização sanitária).

Outros resultados esperados foram: mulheres aptas para fabricação de produtos de qualidade e gestão de empreendimento coletivo; atendimento de 30 mulheres rurais, por meio de cursos de capacitação; mulheres capacitadas para acessar as políticas públicas de comercialização de produtos da agricultura familiar, em especial o PNAE.

---

<sup>8</sup>As atividades foram realizadas no bairro Três Cruzes devido a maioria das mulheres que participavam dos cursos ofertados pela EMATER/MG e pelo IFSULDEMINAS residirem neste bairro. Outra justificativa está relacionada à questão do local (Casa de Oração do bairro Três Cruzes - escola desativada neste bairro) ter sido disponibilizado pela Prefeitura do município.

Quanto aos impactos esperados, são apontados: a diminuição do êxodo rural por meio da ocupação de mão-de-obra e geração de renda no campo; a melhoria na qualidade do alimento oferecido nas escolas; o resgate e preservação dos hábitos e da cultura alimentar, garantindo a segurança alimentar. Por fim, a geração e aumento da renda no meio rural, promovendo o desenvolvimento na economia local e melhoria da autoestima e empoderamento das mulheres rurais do município de Conceição dos Ouros.

Nesse sentido, a formação do grupo de mulheres, que posteriormente viria ser o “Grupo Quitandas de Ouros”, ocorreu mediante manifestação das mulheres que mostraram interesse à proposta do projeto. Após tal manifestação a coordenação do projeto viabilizou local e material para que as mulheres dessem início ao processo de fabricação dos biscoitos e, assim, formar o grupo de mulheres e dar de fato andamento aos trabalhos. Embora o projeto tenha visado o atendimento de 30 mulheres rurais, apenas 5 se comprometeram e aderiram à proposta do Projeto. O motivo pelo qual somente 5 mulheres aderiram à proposta do projeto, foi devido outras ações de extensão executadas no meio rural não terem alcançado êxito, causando descredibilidade da população rural.

Foi a partir das ações do Projeto já executadas e da manifestação positiva das mulheres para participar do projeto, que o Projeto de Extensão criou o grupo de mulheres rurais intitulado: Grupo Quitandas de Ouros. O processo de criação do grupo de mulheres perpassou por duas fases, a saber: a participação do diagnóstico rural participativo que viabilizou a “seleção das mulheres”<sup>9</sup> com habilidades culinárias relacionadas à cultura alimentar do município e a manifestação das mulheres rurais para participar do Projeto.

### **3.5 As mulheres do grupo Quitandas de Ouros participantes da pesquisa**

Após ter realizado uma breve explanação do projeto de extensão, o qual deu origem ao grupo Quitandas de Ouros, serão apresentadas quem são as cinco mulheres que compõem esse grupo e quais suas principais características. Para adentrar o universo das entrevistadas, retomo aqui anotações e observações realizadas durante a entrevista semiestruturada realizada em campo. Dessa forma, o Quadro 5 traz informações básicas sobre as mulheres do grupo Quitandas de Ouros, entrevistadas em 2018.

---

<sup>9</sup> Seleção das mulheres: a proposta do projeto foi aberta a todas as comunidades rurais do município, porém, nem todas as mulheres apresentaram habilidades culinárias para o desenvolvimento de quitandas para a comercialização no mercado institucional por meio do PNAE.

**Quadro 5 - Perfil das mulheres do Grupo Quitandas de Ouros.**

Codiname	Idade	Est. Civil	Filhos	Bairro Rural	Ocupação (antes do Projeto)	Escolaridade	(R\$) Mensal (antes do Projeto)
VD	38	Casada	2	T*. Cruzes	Dona de casa/crochê/ Confeiteira	Fund. II (9º)	R\$ 0,00
AG	43	Casada	2	O*. Velhos	Faxineira/ Quitandeira	4ª série	R\$ 2.000,00
RT	57	Casada	3	T*. Cruzes	Dona de casa/ crochê	4ª série	R\$ 0,00
AD	41	Casada	1	T*. Cruzes	Dona de casa/ Operária	Ens. Médio	R\$ 0,00
VT	53	Casada	3	T*. Cruzes	Dona de casa/ crochê	4ª série	R\$ 0,00

Pesquisa realizada em Conceição dos Ouros no bairro rural de Três Cruzes, entre agosto e setembro de 2018. \*Três Cruzes; \*Ouros Velhos.

Fonte: Da autora (2019).

VD, 38 anos, nasceu no dia 18 de maio de 1980, no município de Conceição dos Ouros. Mora no bairro Três Cruzes, comunidade rural do município onde cursou o Ensino Fundamental II completo. É casada, tem um casal filhos (menina 13 anos e menino 11 anos). Durante a entrevista, mostra orgulho em ser agricultora, bem como ser esposa de agricultor. Antes de participar do Projeto de Extensão Universitária, se ocupava dos afazeres domésticos, do cuidado da família e no fornecimento de bolos decorativos.

Após ter constituído família, continuou morando perto dos pais, que compartilham a responsabilidade dos filhos enquanto ela trabalha na agroindústria e faz entregas das quitandas em outras cidades. Na agroindústria, sua ocupação semanal, além de fazer as quitandas, é também responsável pela gestão administrativa dos recursos. Sua satisfação é evidenciada quando afirma sentir-se realizada, pois faz aquilo que sabe e gosta.

A entrevistada, além da jornada semanal de trabalho na agroindústria, aos sábados trabalha como feirante onde comercializa sua produção de verduras e quitandas.

Durante a pesquisa, ela compartilhou que sempre residiu na zona rural, no bairro Três Cruzes, e nunca teve a intenção de sair do meio rural e residir na cidade, e completou: “*agora com o trabalho na agroindústria é que não saio daqui nunquinha*”.

Ainda que com os afazeres da casa, sempre buscou um tempo para participar dos cursos e capacitações ofertadas pela extensionista de bem-estar social da EMATER/MG e pelo IFSULDEMINAS através do PRONATEC. Apesar da baixa participação nas reuniões da Associação dos Produtores Rurais do município, a qual faz parte, ela mostra interesse em participar de forma mais ativa das reuniões, demonstrando que compreende a importância da participação em discussões coletivas dentro da Associação e em outros espaços de discussão. Mas atualmente não tem participado desses espaços.

AG - 45 anos, nasceu no dia 30 de novembro de 1973, no município de Conceição dos Ouros, é a única que reside no bairro Ouros Velhos, comunidade rural do município. Casada há 20 anos, tem um casal de filhos ainda adolescentes. A entrevistada se orgulha em contar que desde muito cedo buscou trabalhar para se manter, e após ter casado foi responsável pelas despesas da casa e criação dos filhos, pois o esposo sofria do vício alcoólico e não conseguia manter-se no trabalho, e compartilha que esses acontecimentos acabaram diminuindo a oportunidade de estudar, concluindo apenas a 4ª série do Ensino Fundamental I.

Filha de agricultores, sempre morou na roça mas nunca se interessou em participar da Associação dos Produtores Rurais do município, contudo, salienta que sua participação nos movimentos religiosos é fundamental para seu crescimento espiritual e equilíbrio emocional, conforme ela mesma destaca: *precisamos trabalhar, mas também precisamos agradecer a Deus as oportunidades que Ele nos concede.*

Antes de fazer parte do Projeto de Extensão Universitária, trabalhava como doméstica e vendedora ambulante de quitandas e doces. Durante essa época, participava do PNAE, onde fornecia suas quitandas na escola do município e mantinha, simultaneamente, o trabalho de doméstica e vendedora ambulante de quitandas (bolachas, doces, pães...).

Atualmente, após sua participação na agroindústria de biscoitos, está envolvida somente com o fornecimento de suas quitandas aos seus antigos fregueses e o trabalho na agroindústria, onde se ocupa da produção dos biscoitos para a comercialização no PNAE, da administração e gestão da agroindústria, bem como das entregas dos produtos.

RT, 57 anos, nasceu em 23 de outubro de 1961 no município de Conceição dos Ouros, cursou até a 4ª série do Ensino Fundamental e está casada há mais de trinta anos. Desse matrimônio nasceram três filhos, dois deles já casados. Filha e esposa de agricultor, foi morar definitivo na roça após ter casado, onde reside até os dias atuais. Hoje, mora e trabalha no bairro rural de Três Cruzes e antes de participar do Projeto de Extensão Universitária, era dona de casa e fazia crochê para outro município.

Atualmente, sentindo-se feliz por morar e trabalhar na “roça”, não pensa mais em sair do lugar onde criou seus três filhos. Por fim, um dos fortes sinais dessa satisfação foi o fato da entrevistada em 2016 ter sido aprovada no concurso público da prefeitura, contudo, quis dar preferência para trabalhar na agroindústria junto às colegas e vizinhas de bairro. Ela ainda ressalta que o trabalho na agroindústria fez toda a diferença em sua vida, principalmente por ter contribuído para a superação de um dos maiores desafios já vivida. Ela se refere à perda de seu filho mais novo que ocorreu de forma trágica, e o trabalho ajudou a superar esse momento.

AD, 41 anos, nasceu no dia 02 de fevereiro de 1977, no município de Pouso Alegre, onde cursou até o Ensino Médio completo e morou até os 24 anos. Aos 25 anos se casou e foi morar na roça (bairro Três Cruzes), desse matrimônio teve 1 filho. Por falta de oportunidade de trabalho, mudaram para a cidade onde foram trabalhar como operários, mas o que recebiam não dava para suprir as despesas, voltaram para a roça onde continuaram a trabalhar com o cultivo de hortaliças.

Antes de participar do projeto, se ocupava dos afazeres domésticos e da horta na propriedade do sogro. A entrevistada compartilha que sempre gostou de participar dos cursos ofertados no bairro pela EMATER-MG e IFSULDEMINAS, por meio do PRONATEC.

Esposa e filha de agricultor, atualmente, mora e trabalha no bairro rural de Três Cruzes, e a oportunidade de participar do Projeto trouxe grandes mudanças para a família e para sua vida. Atualmente, se ocupa dos trabalhos na agroindústria e continua com o cultivo das hortaliças, as quais são comercializadas aos sábados na feira livre. Na agroindústria, ocupa-se em fazer os biscoitos e organizar o local de trabalho, e segundo a entrevistada, descobriu que tem grandes habilidades em organização como: documentos, layout de trabalho e outros materiais do espaço da agroindústria. Hoje, já sente segurança financeira por estar trabalhando na agroindústria e na feira livre.

VT, 50 anos, nasceu no dia 13 de janeiro de 1968, casada, três filhos, estes já independentes e casados. Reside no bairro Três Cruzes, local onde nasceu, casou e criou seus filhos. Cursou até a 4ª série do Ensino Fundamental e antes de participar do Projeto de Extensão Universitária, era dona de casa e fazia crochê para outro município.

Esposa e filha de agricultores, hoje ocupa a função de feirante, onde fornece pães e verduras, e durante a semana é quitandeira na agroindústria. A partir do seu envolvimento e trabalho na agroindústria, descobriu sua habilidade em acompanhar e administrar reparos no ambiente de trabalho e em casa. A entrevistada conta que se sente feliz em ir trabalhar junto às demais colegas, onde se diverte e tem responsabilidades, e completa: *“aqui esquecemos dos problemas de casa”*. Durante a entrevista, é compartilhado que sempre gostou de

participar dos cursos ofertados pela EMATER/MG e IFSULDEMINAS por meio do PRONATEC, e sonhava em participar de projetos como esse. É associada junto à Associação dos Agricultores, mas não participa das reuniões.

### **3.5.1 Outros atores envolvidos na pesquisa**

Após ter apresentado as cinco mulheres do grupo Quitandas de Ouros, serão também apresentados outros atores envolvidos na pesquisa que foram fundamentais para o desenvolvimento do estudo, a saber: a coordenadora do Projeto, a extensionista da EMATER/MG e uma estudante bolsista do Projeto.

A Coordenadora, a qual foi idealizadora do projeto, reside em Pouso Alegre/MG, é formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (1995), realizou Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pela Universidade Federal de Lavras - UFLA (2016). Trabalhou como Extensionista de 2000 a 2006 no município de Conceição dos Ouros e posteriormente foi Coordenadora de Bem-Estar Social na EMATER-MG (2007 a 2012), atuando como gestora regional. Atualmente é servidora do IFSULDEMINAS, ocupando o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão em Pouso Alegre. Em 2017, iniciou o curso de Doutorado em Engenharia Agrícola na área de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Sustentável pela FEAGRI-UNICAMP.

A Extensionista da EMATER/MG, a qual atuou no projeto de extensão como parceira demandante, também foi idealizadora do projeto junto com a coordenadora. Reside em Pouso Alegre/MG, possui graduação em Pedagogia e Mestrado em Economia Doméstica. Trabalhou por dez anos como Extensionista de Bem-Estar Social na EMATER/MG no município de Conceição dos Ouros e, atualmente, é Coordenadora de Bem-Estar Social na EMATER-MG desde 2017, atuando como gestora regional de Projetos em Pouso Alegre.

Em relação à estudante Bolsista do projeto, foi aluna do IFSULDEMINAS, onde cursou Engenharia de Alimentos de 2014 a 2018. Durante o segundo semestre de 2014 até o primeiro semestre de 2017, atuou como bolsista no projeto trabalhando com a adaptação, formulação e o melhoramento nutricional das receitas dos biscoitos de polvilho. Atualmente reside e trabalha em Itapira no Estado de São Paulo /SP.

### 3.6 Coleta de dados

Para a realização dos procedimentos e desenvolvimento das técnicas utilizadas na pesquisa de campo, inicialmente foi realizado contato com todos os atores participantes da pesquisa. As técnicas utilizadas para obter informações foram: observação participante, análise documental, entrevista semiestruturada e grupo focal.

Vale ressaltar que, somente durante a técnica de grupo focal, houve a necessidade de uma mediadora durante a realização da atividade, nas demais fases, a pesquisa foi conduzida pela própria pesquisadora. Em relação à Coordenadora, Extensionista e Bolsista, foi utilizada somente a técnica da entrevista semiestruturada.

Nesse sentido, a coleta de dados foi dividida em 4 partes conforme a seguir apresenta o Quadro 6.

**Quadro 6 - Síntese das Fases Metodológicas**

<b>Técnicas</b>	<b>Observação participante</b>	<b>Análise documental</b>	<b>Entrevista semiestruturada</b>	<b>Grupo focal</b>
<b>Participantes</b>				
<i>Parte I: Mulheres do Grupo Quitandas de Ouros</i>	Objetivou perceber o comportamento e realidade cotidiana das mulheres.	Objetivou reunir informações e dados primários contidos nas notas fiscais	Objetivou conhecer quem são as mulheres do grupo Quitandas de Ouros e suas características.	Objetivou investigar a percepção das mulheres do grupo Quitandas de Ouros em relação a fatores como: contribuição, limites e desafios do projeto de extensão, e como elas perceberam que esses fatores contribuíram no processo de autoestima, autonomia e empoderamento. A atividade ainda buscou perceber algumas dimensões do processo de empoderamento das mulheres do Grupo Quitandas de Ouros.
<i>Parte II: Coordenadora do Projeto de Extensão</i>			Objetivou obter informações sobre as contribuições, limites e desafios do projeto no que se refere ao empoderamento e geração de renda do grupo de mulheres Quitandas de Ouros, e no que tange a Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU	
<i>Parte III: Extensionista do projeto de Extensão</i>			Objetivou obter informações sobre as contribuições, limites e desafios do projeto no que se refere ao empoderamento e geração de renda das mulheres do Grupo Quitandas de Ouros.	
<i>Parte IV: Estudante Bolsista do Projeto</i>			Objetivou obter informações sobre o entendimento, percepções, experiências e ideias da estudante, trazendo sua compreensão sobre a importância das ações extensionistas durante o período acadêmico e, qual a contribuição do projeto em sua formação profissional.	

Fonte: Do Autor (2019).

**Parte I:** Levantamento dos dados concernentes às contribuições, limites e desafios do projeto para a geração de renda e empoderamento das mulheres do grupo Quitandas de Ouros. Essa primeira parte foi realizada com as mulheres e foram utilizadas as seguintes técnicas: observação participante, análise documental, entrevista semiestruturada e grupo focal.

A pesquisa de campo realizada com as mulheres do grupo Quitandas de Ouros ocorreu entre os dias 05 a 21 de fevereiro, posteriormente no mês de agosto e finalizando no mês de outubro de 2018, totalizando 10 dias. A escolha pelas mulheres do grupo Quitandas de Ouros se deu devido ao conhecimento prévio das mulheres, destacando ainda que elas foram o principal alvo para as ações do Projeto de Extensão.

Primeiramente, optou-se pela técnica da Observação participante, por meio da qual visou perceber o comportamento e realidade cotidiana das mulheres. De acordo com Gil (2008), a importância dessa técnica se dá pelo fato de o observador ter conhecimento da vida de um grupo por meio da sua inserção como membro participante da sua realidade a partir do interior dele mesmo.

Durante essa técnica, foi utilizado um diário de anotações/campo com algumas informações pertinentes aos objetivos da pesquisa. Foram feitas anotações sobre a forma de comunicação e diálogo entre as mulheres do grupo Quitandas de Ouros; o funcionamento, gestão/administração no setor de trabalho e as relações interpessoais.

Quanto a adoção da técnica de análise documental, esta visou reunir informações e dados primários contidos nas notas fiscais referentes às vendas realizadas para a escola municipal de Conceição dos Ouros e para as escolas federais (*campi*: Inconfidentes e Pouso Alegre do IFSULDEMINAS). Para Gil (2008), a pesquisa documental para fins de pesquisa científica, qualquer objeto que venha contribuir com o processo investigatório, pode ser considerado documento.

Nesse sentido, os documentos foram essenciais por estarem relacionados ao processo de geração de renda das mulheres do grupo Quitandas de Ouros, os quais foram prontamente disponibilizados pelas mulheres e, posteriormente, analisados com foco na aquisição de informações sobre o quantitativo de recursos adquiridos através do PNAE.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o intuito de conhecer melhor quem são as mulheres do grupo Quitandas de Ouros e suas características. Nesse sentido, Brito e Feres (2011), utilizando-se das reflexões de Ribeiro (2008), afirmam que a entrevista semiestruturada é considerada pertinente na busca de informações a respeito do seu objeto, permitindo conhecer atitudes, sentimentos e valores de um conhecimento velado. O conteúdo da entrevista encontra-se no APÊNDICE A dessa pesquisa.

Por fim, optou-se pela técnica de grupo focal, objetivando recolher informações sobre os sentimentos e ideias relacionados ao projeto, buscando investigar a percepção das mulheres do grupo Quitandas de Ouros em relação a fatores como: contribuição, limites e desafios do projeto e como elas perceberam que esses fatores contribuíram no processo de autoestima, autonomia e empoderamento. A atividade ainda buscou perceber algumas dimensões do processo de empoderamento das mulheres do grupo Quitandas de Ouros.

Segundo Gui (2003), trata-se de uma técnica que permite o acesso e a abordagem a uma diversidade de assuntos direcionados pelo pesquisador e que estabelece um contexto social de interação entre os entrevistados.

Essa técnica teve duração média de 90 minutos, e para conduzir a discussão da entrevista, o roteiro foi dividido em 7 partes, a saber: identificação das contribuições; limites e desafios do Projeto; importância do trabalho em grupo; reconhecimento da família e da sociedade em relação ao trabalho; rede de relacionamentos; relacionamentos interpessoais; importância da participação no PNAE e no mercado institucional. A atividade foi conduzida por um membro convidado visando o alcance dos objetivos do estudo, e o convite se deu pelo motivo da convidada já ter experiência em conduzir trabalhos de grupo focal. Assim, para o direcionamento da atividade, o roteiro da entrevista foi planejado e estruturado com o intuito de provocar discussões em torno do assunto, conforme apresentado no APÊNDICE B. Todo o processo do trabalho de grupo focal foi gravado mediante concordância das mulheres do grupo Quitandas de Ouros, os áudios das gravações foram analisados e as partes consideradas relevantes que estavam alinhadas aos objetivos da pesquisa foram transcritas com fidelidade para tratamento das informações e alcance do estudo.

**Parte II:** Informações sobre as contribuições, limites e desafios do projeto no que se refere ao empoderamento e geração de renda do grupo de mulheres Quitandas de Ouros, e no que tange a Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU, realizada com a coordenadora do projeto.

A técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada, realizada no dia 4 de setembro de 2018 com duração de 90 minutos. O processo da atividade foi esclarecido e a entrevistada concedeu a gravação da entrevista, por outro lado, foi garantido o sigilo da fala. Os dados da gravação foram literalmente transcritos, tratados e analisados para fins de estudos. O roteiro da entrevista encontra-se no APÊNDICE C desse trabalho.

**Parte III:** Informações sobre as contribuições, limites e desafios do projeto no que se refere ao empoderamento e geração de renda do grupo de mulheres Quitandas de Ouros. Os dados coletados na terceira parte ocorreu no dia 10 de julho de 2018 com a extensionista da

EMATER/MG, por meio de entrevista fundamentada em um roteiro semiestruturado, o qual teve em seu conteúdo os mesmos questionamentos aplicados com a coordenadora do projeto. A entrevista foi agendada previamente e ocorreu no Escritório da EMATER/MG na cidade Pouso Alegre/MG, com duração de 80 minutos.

A escolha da entrevistada ocorreu devido esta ser uma das demandantes do projeto, logo, sua ligação direta com o mesmo, justifica a escolha.

Com consentimento prévio, a fala foi gravada assegurando o sigilo da entrevista. O áudio da gravação foi revisto e transcrito de forma fidedigna, considerando as partes mais importantes e alinhados aos objetivos para tratamento, análise e estudo

**Parte IV:** levantamento de dados sobre as contribuições e desafios do projeto no processo de formação do educando; importância da participação do aluno em ações de extensão.

Essa última parte da pesquisa em campo, realizada com a estudante bolsista do Projeto, objetivou obter informações sobre o entendimento, percepções, experiências e ideias da estudante, trazendo sua compreensão sobre a importância das ações extensionistas durante o período acadêmico e qual a contribuição do projeto em sua formação profissional.

Para a realização dessa última etapa, optou-se pela entrevista semiestruturada fundamentada no roteiro estruturado com questões abertas realizada via Google Drive, entre os dias 20 a 22 de outubro de 2018. O roteiro para o direcionamento da atividade foi estruturado em 10 perguntas, estas apresentadas no APÊNDICE D.

Optou-se pela ferramenta tecnológica do Google Drive, e a opção se deu devido a entrevistada residir em outro estado brasileiro, e depois, por permitir a elaboração de questões abertas que possibilitou ao respondente liberdade de resposta.

Primeiramente, houve contato com a estudante bolsista via rede social para explicar a solicitação da atividade e, após agendamento, as perguntas foram inseridas no documento do Google Drive e endereçada à estudante, a qual respondeu dois dias após o envio. Segundo a entrevistada as perguntas foram claras, correspondendo às atividades relacionadas às suas ações no projeto.

A escolha da entrevistada ocorreu, devido a estudante ter participado ativamente das ações do projeto e poder contribuir com o último objetivo da pesquisa, relacionado às diretrizes da PNEU. As informações apresentadas na entrevista foram analisadas e tratadas, considerando apenas os dados alinhados com os objetivos da pesquisa.

Dessa forma, participaram da pesquisa um total de 8 mulheres, todas envolvidas diretamente no Projeto de Extensão, objeto de estudo desse trabalho.

### 3.7 Análise dos resultados

Após a coleta dos dados, foi realizada a análise e interpretação dos resultados. De acordo com Gil (2008), ao passo que análise objetiva estruturar e sistematizar os dados, a interpretação procura apresentar um sentido mais abrangente das respostas, buscando compreender as informações através da sua ligação a outros conhecimentos já alcançados.

Para realizar a trajetória da análise e da interpretação dos dados, foi empregada a técnica da análise de conteúdo. Para subsidiar o conceito da análise de conteúdo, Gil (2008) explica que nesta técnica o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, buscam tornar os dados válidos e significativos. O autor em referência salienta que a “medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa” (GIL, 2008, p. 153).

Assim, após o levantamento de diversas informações e dados importantes para a pesquisa, foi realizada a organização dos dados. Estes foram selecionados a fim de obter materiais válidos para análise. O resultado desse processo conduziu a sistematização das informações, possibilitando a exploração do material.

Sobre a interpretação dos resultados, as informações válidas foram analisadas, inicialmente por partes, também por grupo e posteriormente o todo, retomando as indagações que incutiram este trabalho, bem como os objetivos propostos na pesquisa, objetivando, ainda, refletir e compreender sobre as informações analisadas permitindo resultados conclusivos sobre a temática em investigação.

A seguir, serão apresentados e discutidos os dados encontrados neste estudo.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Contextualização**

Após a realização da pesquisa de campo, foi possível chegar a alguns resultados que estão relacionados aos objetivos propostos desse estudo e, para melhor compreensão do leitor, serão aqui apresentados em três partes.

No momento inicial, foram analisados os resultados relacionados ao primeiro objetivo da pesquisa, buscando conhecer e compreender as contribuições do Projeto de Extensão que influenciaram algumas mudanças na vida das mulheres do grupo Quitandas de Ouros possibilitando empoderamento e geração de renda, e como esses fatores são percebidos pelos atores envolvidos na pesquisa.

Na segunda parte os resultados buscam elucidar os limites e desafios do Projeto na percepção dos atores envolvidos no estudo. Por fim, os resultados foram analisados em relação ao último objetivo deste trabalho. Nessa parte, foram abordadas as percepções da coordenadora e bolsista do Projeto relacionadas às contribuições, limites e desafios, no que tange às diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária.

É importante salientar que antes de iniciar os três pontos acima anunciados, será necessário trazer para o leitor como nasceu a ideia do Projeto e porquê voltado para mulheres rurais.

### **4.2 Como o projeto foi pensado e por que voltado para mulheres rurais**

Embora já tenha sido mencionado anteriormente, o Projeto de Extensão desenvolvido no município de Conceição dos Ouros teve como protagonistas as mulheres rurais desse município, e objetivou desenvolver a autonomia, empoderamento, geração de trabalho e renda através da participação das mulheres no mercado institucional, por meio do PNAE. Esse processo foi viabilizado através de ações extensionistas que promoveram o desenvolvimento de uma linha de produtos (quitandas) para inserção na alimentação escolar, e a partir dessas ações surge a organização de uma agroindústria no meio rural, visto que as mulheres dessa localidade não desfrutavam de opções de trabalho, motivo pelo qual muitas acabavam migrando para a zona urbana ou submetendo-se a outras atividades também ofertadas na cidade.

A situação dessas mulheres foi identificada desde o ano de 2000, quando extensionistas rurais buscavam trabalhar no desenvolvimento de várias habilidades que lhes possibilitassem adquirir conhecimentos técnicos para melhor gerir suas atividades diárias, mas

que também lhes proporcionasse outras opções de trabalho, que fossem além das funções desenvolvidas no espaço doméstico e na roça.

As atividades desenvolvidas pela Extensionista, que envolviam as mulheres rurais, estavam voltadas às aprendizagens culinárias e práticas diárias, mas que já eram do conhecimento dessas mulheres no interior de suas propriedades, conforme compartilha a demandante do Projeto de extensão.

Conforme já mencionado anteriormente, embora o município de Conceição dos Ouros tenha uma expressiva produção do cultivo da mandioca e do processamento do polvilho, essa cultura alimentar está sendo substituída por outros alimentos como a batata e o trigo, o que não cooperava para o desenvolvimento da economia local.

Foi diante desses fatos acima mencionados, que surge a ideia em desenvolver um projeto que viabilizasse trabalho e renda para as mulheres dessa localidade, aproveitando suas habilidades culinárias e a cultura alimentar do município.

Assim, nesse tópico serão destacados resultados encontrados durante a pesquisa de campo sobre as contribuições, limites e desafios do Projeto na percepção dos atores envolvidos no estudo. Para trazer esses fatores, foi realizado o trabalho de observação participante, análise documental, entrevista semiestruturada e grupo focal, onde diversos resultados podem ser observados. Tais resultados serão analisados à luz do referencial e relacionados a cada objetivo desta pesquisa, buscando ter uma visão da realidade dessas mulheres na atualidade e a importância dos projetos de extensão como possibilidade de contribuir para diminuir as desigualdades sociais existentes em nosso país.

Nesse sentido, os resultados adquiridos dentro dessas perspectivas serão pontuados e discutidos com o intuito do leitor melhor conhecer e compreender essas percepções.

### **4.3 Contribuições**

Entendendo por contribuição um ato ou efeito de contribuir ou colaborar na realização de algo, as contribuições do projeto foram apontadas pelas mulheres do grupo Quitandas de Ouros como fator importante para o alcance de mudanças significativas. Já, a Coordenadora, Extensionista e Bolsista do projeto apontaram como incentivo, na tentativa de levar soluções para trabalhar as desigualdades sociais no meio rural. Assim, os resultados apresentados neste tópico serão concernentes aos dois primeiros objetivos desta pesquisa. As contribuições serão apresentadas a partir de elementos aqui pontuados, conforme segue no Quadro 7:

**Quadro 7 – Contribuições apontadas pelos atores participantes da pesquisa**

<b>Atores envolvidos na Pesquisa</b>	<b>Contribuições</b>
Mulheres do Grupo Quitandas de Ouros	Independência financeira; Autonomia e Autoestima; Trabalho em grupo Participação no PNAE.
Coordenadora do Projeto	Valorização da cultura alimentar; Valorização do trabalho das mulheres; Diálogo e parcerias; Êxodo rural; Geração de trabalho e renda; Formação do estudante; Equipe multidisciplinar e interprofissional
Extensionista da EMATER/MG	Trabalho desenvolvido a partir do conhecimento da realidade e de uma demanda do município e da comunidade rural, evitando o êxodo rural.
Estudante bolsista Curso: Engenharia de Alimentos	Incentivo à pesquisa; Escrita de artigos; Novos conhecimentos na área de alimentos; Possibilidades com o trabalho interdisciplinar.
Observação	Os fatores: Autonomia, autoestima, geração de trabalho e renda foram encontrados nas falas de todos os atores da pesquisa, exceto pela estudante bolsista.

Fonte: Da autora (2019).

Conforme apontado nos referenciais, o entendimento de autonomia está muito próximo do conceito de empoderamento; este, refere-se à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito (HOROCHOVISK; MEIRELLES, 2007). O conceito apresentado pelos autores poderá também ser vinculado ao entendimento de autoestima, este podendo ser compreendido como uma qualidade de quem se valoriza, está satisfeita com sua forma de pensar, de ser, expressando autoconfiança em suas ações e sua fala.

Nesse sentido, os aspectos autoestima e autonomia, encontrados na pesquisa, foram resultados apontados como contribuição por todos os atores envolvidos neste estudo, e pode-se afirmar que apresentaram pontos de vista semelhantes.

Para as mulheres do grupo Quitandas de Ouros, os fatores acima apontados foram indicados como uma contribuição que esteve vinculada às questões da independência financeira, reconhecendo como uma das maiores contribuições que perpassam pela sua participação no PNAE, programa antes desconhecido pela maioria delas.

O PNAE, canal utilizado para a comercialização dos produtos fabricados pelas mulheres do grupo Quitandas de Ouros, contribuiu para o fortalecimento da autoestima e

autonomia, entendendo que o acesso ao programa proporcionou várias mudanças na vida das mulheres. É a partir do programa que praticamente as mudanças ocorrem, desde as questões financeiras até as questões pessoais e familiares (autoestima, autonomia e empoderamento). A esse processo é atribuído às dimensões econômica e psicológica do empoderamento, já que as mulheres, nesse caminho percorrido, desenvolveram sentimentos como: autoestima, autoconfiança, autonomia e independência financeira.

De acordo com a dimensão psicológica do empoderamento, as mulheres do Grupo Quitandas de Ouros além de desenvolverem esses sentimentos, acreditam no processo de mudanças positivas que vem sendo desenvolvido, assim como, hoje, reconhecem suas potencialidades.

Ao tratar cada conquista apresentada na pesquisa e que estão relacionadas à autonomia do grupo Quitandas de Ouros, inicialmente, é possível entendermos que o processo de empoderamento dessas mulheres se inicia quando elas conseguem fazer uma trajetória antes nunca percorrida. As análises indicam que esse processo inicial ocorre a partir da participação dessas mulheres no PNAE, o qual trouxe não somente trabalho e renda, como também outros benefícios voltados para as questões como: tomada de decisão, responsabilidade, relacionamento, liberdade de decidir sobre suas vidas, de estar onde gostaria de estar, e tantas outras ações antes nunca experienciadas.

Esse achado de pesquisa conversa com as reflexões de Sardenberg (2012), que acredita que o empoderamento das mulheres é entendido como o processo da conquista da autonomia e da autodeterminação, favorecendo condições para que elas possam questionar, desestabilizar e se estruturar.

O reconhecimento desse processo introjetado nas mulheres a partir da participação no programa é constatado na fala da entrevistada:

*antes eu era uma pessoinha lá da roça, hoje eu tenho um trabalho, uma rotina fora de casa e me sinto como uma lagartinha querendo sair do casulo, virar uma borboleta e.... (VR).*

Percebe-se nessa fala, que o processo de empoderamento vem acontecendo gradualmente, e o conteúdo do discurso entrega a existência desse processo ao reconhecer as mudanças ocorridas. Nesse contexto, o empoderamento não se apresenta como uma ilusão, ou seja, sua trajetória não é ignorada, contrário a isso, parece estar permeada de memórias que possam confirmar a evolução desse processo. No entanto, esse processo não ocorre de forma linear dentro do grupo Quitandas de Ouros, apesar das decisões e atribuições serem

compartilhadas no espaço de trabalho e todas terem experienciado as mesmas oportunidades nessa trajetória. Esse achado dialoga com o que afirma Oliveira (2006), confirmando que o processo de empoderamento “não representa um processo linear com um começo bem definido e o mesmo final para todas as mulheres” (OLIVEIRA, 2006, p. 23). As reflexões da autora vêm complementar aquilo que foi encontrado nos resultados, ou seja, foi notório que algumas mulheres ainda não se empoderaram verdadeiramente, ou melhor, dizer que o grau de empoderamento pode ser baixo em relação às outras e até mesmo ao que poderia ser.

É também nesse contexto, que o PNAE tem contribuído para que as mulheres tenham oportunidade de melhor qualidade de vida, e isso inclui diversas formas de perceber a autonomia creditada pelo programa.

É sabido que as políticas públicas para as mulheres rurais ainda enfrentam diversas barreiras, que conforme Butto et al. (2014, p. 103) são referentes:

às dificuldades de acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica para garantir as suas várias formas de produção. A vivência desses direitos requer construir com elas processos organizativos que gerem autonomia e possam romper com as desigualdades existentes.

Esses aspectos apresentados pela autora são enfrentados pelas mulheres, em particular, a falta de acesso a terra, pois, das cinco mulheres do grupo, apenas duas têm propriedade própria e, ainda, apenas uma conhecia e acessava o PNAE. Com o desconhecimento dessa política pela maioria das mulheres, havia uma maior incidência da permanência nos serviços domésticos e em outras atividades desenvolvidas na cidade, levando-as ao abandono das suas atividades no meio rural e sua participação em outros espaços, bem como as possibilidades em dar “continuidade aos estudos”, conforme foi apontado pelas mulheres durante os trabalhos realizados em campo.

Ainda sobre a autonomia financeira, a pesquisa registra grande satisfação entre todas as mulheres do grupo Quitandas de Ouros, observando que a renda advinda do seu trabalho não somente atende às suas necessidades pessoais como também da família. Nesse sentido, foi evidenciado que duas das cinco mulheres se posicionaram como provedoras do lar, o que lhes confere o poder em decidir sobre a vida econômica da família, entendendo, ainda, que suas capacidades vão além do mundo doméstico.

Esse resultado é confirmado por Butto et al. (2014), por compreender que essa autonomia vai além da remuneração, pois esta não é a única fonte de autonomia, nasce a partir de nossa formação, do acesso aos bens comuns e também dos serviços públicos.

Nesse sentido, as satisfações registradas indicam que as mulheres estão passando pelo processo de autonomia, autoestima e empoderamento, visto que o fator (satisfação) poderá ser um dos mediadores do processo de empoderamento das mulheres.

O que as análises apresentam é que houve uma compreensão mais ampla das mulheres sobre as questões de autonomia. Durante as análises, essa percepção também aparece quando elas elencam o que não faziam antes do projeto e que hoje são capazes de desenvolver, conferindo-lhes outras dimensões de autonomia:

- **Antes do projeto:** eram simples dona de casa, faziam crochê, quitandas para uso doméstico, e em sua maioria cuidava da horta e dos filhos, não tinham hábito em sair de casa, exceto para comprar mantimentos e roupas na cidade.
- **Depois do projeto:** Saem cedo para o trabalho na agroindústria; têm uma rotina diária, mesmo quando estão em casa; viajam para outras cidades; conhecem outras pessoas dentro e fora da cidade; participam de visitas a outros grupos de mulheres; são convidadas para programas de culinária na televisão a fim de conhecerem os biscoitos enriquecidos.

No espaço familiar, as mulheres ainda compartilharam alguns aspectos como outra forma de viver essa autonomia, algumas vezes apresentando-a como liberdade de fazer, decidir e locomover-se, visto que neste último aspecto, os maridos limitavam a saída das esposas e sua participação em reuniões.

Percebe-se aqui a compreensão que as mulheres, atualmente, têm sobre a subordinação de gênero, processo que ocorreu devido ao reconhecimento de uma ideologia preconcebida que dá legitimação à dominação masculina.

Esse aspecto apresentado (autonomia) também era determinante no espaço de trabalho, no poder de decidir, fazer entregas em outras localidades, proporcionando às mulheres a experiência de um empoderamento de suas próprias vidas.

Estes apontamentos encontrados durante a pesquisa alinham-se às colocações de Ana Alice Costa (2004, p.44), quando a autora confirma esse empoderamento libertador que “representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero”.

Em relação à autoestima, os resultados indicam que esta é atribuída ao reconhecimento e visibilidade do trabalho das mulheres, tanto pela família como pela sociedade. Esse fator também é atrelado à questão de que as próprias mulheres hoje reconhecem o valor do seu trabalho, este realizado com um produto que faz parte da sua cultura alimentar, bem como é uma prática diária para consumo próprio.

O trabalho da mulher do campo ainda é visto de forma negativa pela sociedade rural e urbana, devido à estrutura de vida dessas mulheres e por acreditar que o trabalho realizado em casa não traz renda para a família e, portanto, não revela nenhum tipo de valor, conforme a fala de uma entrevistada:

*a mulher rural é vista assim: casar, criar filhos, criar os bichos em casa, lavar roupa e levar almoço pro marido no bernal, a não ser fazer um crochê né? (RT)*

E acrescenta:

*agora eu vejo que a família e as pessoas reconhecem mais a gente, o nosso trabalho. Demorou muito para a cidade acreditar na gente, em nosso trabalho, mas agora eles veem que o nosso trabalho tá rendendo (RT).*

As análises apontam que essa configuração do modo de vida da mulher rural que é transmitida como algo de pouco ou nenhum valor, talvez tenha contribuído para que as mulheres do grupo Quitandas de Ouros percebam a importância da visibilidade do trabalho e delas próprias. Isso pode ser evidenciado a partir da insatisfação em relação a esse modo como são identificadas.

De acordo com os resultados, a autoestima, também é apontada pela Extensionista da EMATER/MG como uma contribuição, neste caso, sua percepção é evidenciada a partir da sua visão em relação aos fechamentos dos contratos de compra e venda pelo PNAE, atribuindo também ao programa, um fomentador do desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres, proporcionando autoestima a partir do reconhecimento das suas capacidades, dando visibilidade ao trabalho e às mulheres. Percebe-se aqui, que a autoestima é apresentada pela Extensionista através de dois elementos: o senso de responsabilidade das mulheres no desenvolvimento das atividades as quais lhes são conferidas e do próprio reconhecimento do valor do trabalho das mulheres.

A partir desses dois fatores, a pesquisa mostra que as mulheres passam a acreditar, de fato, em suas capacidades, pois, aquilo que elas faziam em casa tinha valor no mercado institucional. Foi diante dessas convicções que outros contratos pelo programa foram fechados, conforme informações apresentadas no Quadro 8, que mostra dados referentes aos valores investidos pelo programa em quitandas na escola municipal de Conceição dos Ouros e nos *Campi* Inconfidentes e Pouso Alegre do IFSULDEMINAS, entre 2015 a 2017.

**Quadro 8 - Valores de repasse pelo FNDE para Alimentação Escolar: Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, IFSULDEMINAS *Campi*: Pouso Alegre e Inconfidentes.**

Local	Ano	Recebido do FNDE	Executado em Quitandas
Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros.	2015	R\$106.380,00	R\$ 15.880,00
	2016	R\$136.192,02	R\$ 6.785,88
	2017	R\$112.133,26	R\$ 7.139,87
Inconfidentes (IFSULDEMINAS)	2015	R\$ 139.220,00	R\$ 8.810,00
Inconfidentes (IFSULDEMINAS)	2016	R\$ 108.649,00	R\$ 4.034,00
	2017	R\$ 111.594,00	R\$ 1.132,50
Pouso Alegre (IFSULDEMINAS)	2015	R\$ 38.300,00	R\$19.990,00
	2016	R\$ 77.549,76	R\$ 2.548,00
	2017	R\$ 104. 690	R\$ 29.063,96

Dados primários levantados em Chamadas Públicas da Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros/MG e nas Instituições Federais (Análise documental é referente ao exercício de 2015, 2016 e 2017).

Fonte: Da autora.

Os dados mostram o processo de compra e venda das quitandas fabricadas pelo grupo de mulheres Quitandas de Ouros e, embora os valores de venda anual tenham sofrido oscilações, esses resultados aparecem na pesquisa como um fator positivo que colaborou com o processo de empoderamento das mulheres, visto que, a partir do primeiro contrato, outros foram pactuados.

As análises apresentam que o processo de inclusão das mulheres na política pública (PNAE), também possibilitou a inserção de um produto saudável na Alimentação Escolar, e esse processo viabilizou o compromisso do fornecimento dos produtos nos *campi* do IFSULDEMINAS e na Escola Municipal do município de Conceição dos Ouros.

Dessa forma, é indiscutível o aumento da autoestima e de poder das mulheres do grupo Quitandas de Ouros à medida que passam a contar com uma política pública que permite assegurar o recebimento de recursos e, ao mesmo tempo, trazer-lhes visibilidade.

Em relação à autonomia e autoestima, a pesquisa mostra que é percebida como sinônimo de luta e persistência, e esse o processo paulatino e árduo conduziu as mulheres na conquista dos seus objetivos, conforme compartilha a Extensionista:

*foi um processo gradual, nenhuma conquista foi da noite para o dia. As mulheres foram dando curtos passos para chegar ao seu objetivo. Não foi nada fácil para elas, por isso, acredito que a maioria delas conquistaram autonomia e autoestima em suas vidas. Ver essas mulheres hoje é algo gratificante. Hoje elas falam, decidem, viajam, fazem coisas que não faziam antes. (Extensionista).*

Em relação à Coordenadora do projeto, a pesquisa apontou sua percepção sobre as contribuições no que tange as questões da autonomia e autoestima, destacando que os resultados mostram que sua visão corrobora com algumas colocações trazidas pelas mulheres do grupo Quitandas de Ouros em relação a esses fatores. Assim, é evidenciado que a questão financeira é uma necessidade para o fortalecimento da autoestima, autonomia e empoderamento das mulheres:

*O projeto partiu do princípio que a questão financeira é importante para o empoderamento e autoestima das mulheres, para o desenvolvimento da autonomia e para a visibilidade delas. Então, o projeto quis potencializar e dar visibilidade ao que elas já sabiam fazer e melhorar a autoestima das mulheres por aquilo que elas já eram, e não criar uma nova mulher, uma empreendedora, não. E aquilo que elas tinham merecia visibilidade, e se elas pudessem ter algum retorno financeiro a partir de uma cultura, de um hábito, do modo de viver delas, se elas pudessem também ter um retorno financeiro elas se sentiriam mais empoderadas, (Coordenadora do Projeto de Extensão).*

A fala registra alguns pontos a serem destacados: 1. A questão financeira, a qual aparece para a Coordenadora como um fator importante para o empoderamento das mulheres, haja vista, que estas se encontravam em situação de empobrecimento e obter renda libera as mulheres, em parte, das questões que não favoreciam qualidade de vida entre outros fatores aqui mencionados; 2. A proposta não era criar uma empreendedora, contrário a isso, o objetivo foi potencializar os conhecimentos que elas trazem e consequentemente desenvolver sentimentos positivos que favorecessem melhores condições de vida sem precisar sair do meio rural. Em síntese, os resultados aqui mostram que a valorização dos conhecimentos e o incentivo para que as mulheres permanecessem no meio rural, trouxeram visibilidade e autoconfiança para as mulheres do grupo Quitandas de Ouros, aliás, a visibilidade quem favoreceu primeiramente foi o próprio trabalho, modo de vida e as habilidades das mulheres, proporcionando-lhes conquistas inimagináveis.

### 4.3.1 Geração de trabalho e renda no meio rural

As conquistas já apresentadas neste estudo como contribuições agregam-se ao processo de geração de trabalho e renda. Este processo também foi reconhecido pelas participantes da pesquisa como uma contribuição.

Para as mulheres do grupo Quitandas de Ouros, o fator geração de trabalho e renda proporciona satisfação, autoconfiança, visão de um futuro e realizações de sonhos e conquistas. De acordo com os resultados, atualmente a principal fonte de renda das mulheres do grupo Quitandas de Ouros é originária da agroindústria. Contudo, outras atividades produtivas estão presentes, como no caso de três das cinco mulheres do grupo que comercializam na feira livre alguns produtos fabricados e cultivados por elas como: quitandas, hortaliças, queijos e abates aviários. Outra fonte de renda de uma das cinco mulheres é advinda da comercialização informal de quitandas que ocorre através de uma prática de comercialização caracterizada “de porta em porta”. Geralmente seus compradores são da cidade e vizinhos da própria comunidade rural.

Apesar da realização de outras atividades produtivas entre as mulheres do grupo Quitandas de Ouros, a ocupação central delas está relacionada às atividades realizadas na agroindústria, pouco dependendo de fonte de renda advindas de trabalhos agrícolas.

Segundo os resultados, a geração de trabalho e renda só foi possível devido

*às ações ter partido de um conhecimento já existente, não houve descarte dos saberes e talvez essas questões tornaram o processo viável para as mulheres quitandeiras (Coordenadora do Projeto).*

Já na percepção da Extensionista, a geração de renda é vista como uma contribuição fundamental, contudo, acrescenta que:

*se o projeto não tivesse rendido nenhum centavo a questão do social já teria valido a pena. Hoje, já se consegue ver novas mulheres: mais confiantes, cheias de autoestima e autonomia (Extensionista).*

As análises mostram que, apesar da questão financeira ser importante para as mulheres e para as ações do projeto, despertar um outro contexto que ultrapassa a dimensão econômica, apresenta grande satisfação da Extensionista, sem contar que as ações estiveram diretamente ligadas e preocupadas com questões como: importância da cultura e tradição alimentar do município, a economia local e a segurança alimentar. Talvez esses fatores também fortaleceram

sentimentos de seguridade e confiabilidade das mulheres do grupo Quitandas de Ouros, conforme já anunciado aqui.

Os resultados também trazem informações sobre a viabilidade do processo, uma vez que todas as ações foram articuladas a partir da parceria entre os atores envolvidos no projeto, conforme relata a coordenadora destacando a importância dessa parceria:

*o projeto trouxe esse diálogo com todos esses atores (Prefeitura, Emater/MG, Política Pública, mulheres, Associação), contribuindo para juntar esses atores e que estavam todos lá (Ouros). A política estava lá, o conhecimento de fazer os biscoitos estava lá, a Associação estava lá, a prefeitura estava lá, a Emater estava lá, mas aí quando veio o projeto, acho que juntou todo mundo numa única proposta. Então, acredito que essa foi uma das maiores contribuições, (Coordenadora do projeto de extensão).*

Essa expertise é compreendida como um dos facilitadores tanto das ações como das realizações do desenvolvimento dos trabalhos, favorecendo não somente a comercialização e a organização da agroindústria, mas também movimentando a economia local e o destaque da tradição e cultura alimentar do município.

#### **4.3.2 Uma perspectiva do valor do trabalho em grupo**

Durante a pesquisa de campo, mais precisamente durante a observação participante, foram pontuados e analisados alguns aspectos que ajudam a compreender a dinâmica do trabalho do grupo de mulheres como: a organização das mulheres no espaço de trabalho; as habilidades específicas de cada mulher; as entregas dos produtos produzidos; a gestão dos recursos da agroindústria; o relacionamento entre as mulheres; os combinados; o funcionamento e responsabilidades das atividades e a gestão dos conflitos. Esses aspectos observados possibilitaram compreender que a dinâmica de trabalho das mulheres envolve parceria e cumplicidade e, esses aspectos, foram traduzidos por elas como “trabalho em grupo”, este apontado pelas mulheres do grupo Quitandas de Ouros como uma contribuição.

A análise desses dados apresenta uma coesão na execução e divisão das tarefas, mas sem desconsiderar os conflitos existentes no desenvolvimento das atividades. Essa divisão ocorreu de forma espontânea, ou seja, cada uma das mulheres demonstrou naturalmente suas habilidades, favorecendo a gestão e respeito entre o grupo.

Em relação aos conflitos, embora todas as mulheres do grupo afirmarem “*que os problemas de casa ficam em casa e do trabalho no trabalho*”, os resultados apontam que pequenas divergências de ideias e, até mesmo, nível de habilidades e dificuldades de

atividades geraram desconforto entre elas. Acredita-se que esses conflitos se fazem presentes pelo fato dessas mulheres nunca terem compartilhado atividades produtivas e o mesmo espaço de trabalho, visto que as atividades domésticas produtivas e reprodutivas das mulheres do grupo quase sempre foram realizadas de forma solitária. Outro apontamento que faz-se necessário aqui colocar, é referente à questão da falta de envolvimento das mulheres em espaços de discussões que lhes permitissem reflexões que favorecessem o desenvolvimento e amadurecimento dos relacionamentos e da gestão de conflitos.

Em relação às entregas dos produtos (logística), o grupo de mulheres passou por dificuldades que talvez não foram pensadas e articuladas pelo Projeto, o que, inicialmente, dificultou o processo de desenvolvimento das atividades e, ao mesmo tempo, colaborou para que elas descobrissem e acessassem outros caminhos como por exemplo a participação de outros membros da família nesse processo. Outro ponto positivo apontado nos resultados é referente ao fato da falta de logística ter oportunizado a uma das mulheres realizar entregas em outras cidades em seu veículo próprio, atividade que segundo a entrevistada: *“além de prazerosa me permite fazer as entregas e conhecer novas cidades”*(AG).

As análises mostram que o processo de autonomia permite às mulheres do grupo desenvolver outras habilidades como: criatividade, dinâmica e expertise em soluções de problemas. De acordo com os resultados, essas articulações proporcionam satisfação, autoconfiança e determinação, possibilitando-as manter senso de reflexão e crescimento pessoal, promovendo novas experiências e visibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres. Nesse sentido, o desenvolvimento das atividades realizadas em grupo é trazido pelas mulheres como uma contribuição, mas sem deixar de reconhecer os desafios diários, pois não houve investimento de tempo suficiente para que o grupo alinhasse essa ideia ao processo diário de trabalho. Contudo, o trabalho em grupo favorece benefícios, que de acordo com uma das entrevistadas:

*Desenvolver atividades em grupo é oportunidade de diversão, compartilhamentos, trocas de experiências, companheirismo, não trabalhamos isoladas, e o legal é que “só tem mulheres” (risos), e isso é qualidade de vida. (AG).*

*Quando eu trabalhava na cidade com minhas faxinas eu fazia tudo sozinha. Não tinha ninguém para conversar. Hoje não, gosto muito do que faço, dou risadas e isso é muito bom, não penso mais em sair da roça (AG).*

As falas acima citadas demonstram que as mulheres, atualmente, sentem-se mais realizadas participando de um espaço que lhes proporciona diálogo, saberes, companheirismo, fatores que não

faziam parte do seu dia a dia, por não realizarem um trabalho coletivo e não terem relacionamentos externos em seu cotidiano. É curioso quando a entrevistada fala “...e o mais legal é que só tem mulheres”. Essa expressão nos leva a entender que as mulheres sentem necessidade de liberdade entre elas, de expressar seus pensamentos, suas ideias, sentimentos, dúvidas, “garantindo-lhes a autonomia no que refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir” (COSTA, 2004, p. 44). As reflexões ainda nos trazem que essa liberdade talvez não ocorra no espaço familiar, e essa condição (liberdade), experienciada no espaço de trabalho entre as mulheres, traz grande satisfação. Além disso, há indícios de mudanças em relação as reflexões e seu posicionamento, tanto no espaço familiar como na sociedade.

### **4.3.3 A agroindústria: como estratégia de empoderamento para as mulheres rurais de Conceição dos Ouros**

Após os resultados apresentarem a satisfação das mulheres no espaço de trabalho, outros indicadores apontaram que essa satisfação também está atrelada ao local em que a agroindústria está instalada.

Durante o trabalho de grupo focal diversas satisfações foram reveladas: ter um trabalho e renda através dos contratos de compra e venda pelo programa que garante o recurso mensal; o trabalho em grupo; a valorização do trabalho e conseqüentemente a visibilidade que hoje elas têm dentro e fora da cidade.

Outra satisfação apontada na pesquisa está relacionada à questão das mulheres do grupo Quitandas de Ouros poderem morar e trabalhar no meio rural. Esse resultado é apontado pela Coordenadora e Extensionista como uma das maiores contribuições do projeto, visto a existência da grande satisfação expressada pelas próprias mulheres em permanecer na roça.

De acordo com as análises, a instabilidade das mulheres do meio rural está vinculada à questão da falta de trabalho e renda nessa localidade, levando-as a buscar atividades produtivas e até mesmo moradia no meio urbano. Nesse contexto, ao apontar esses fatores como contribuição, a pesquisa destaca a visão da Coordenadora em relação à sua satisfação na contribuição de um dos maiores problemas no meio rural:

*o projeto proporcionou contribuições que não se consegue medir, são imensuráveis. Como por exemplo o que elas compartilharam “não querem mais morar na cidade porque elas não tinham no meio rural uma fonte de renda, e esse êxodo foi esquecido (elas não pensam mais em querer morar na cidade), e hoje elas têm tudo lá, fonte de renda, elas têm o grupo, a união, e isso para mim é um resultado de uma contribuição fantástica, (Coordenadora do Projeto de Extensão).*

Como resultado, aponta-se para a existência de uma das grandes potencialidades das ações do Projeto de Extensão até então colocadas. Houve uma visão ampla, solidária e humana ao perceber a dupla necessidade existente no meio rural: a necessidade do trabalho e a permanência das mulheres na roça. Esses elementos que, além de levar satisfação, também acabaram edificando as mulheres que se encontravam em situação de desigualdade social.

Nessa mesma perspectiva, os dados mostram a preocupação em evitar o deslocamento das mulheres para o meio urbano, que poderia findar em sua permanência definitiva devido aos atrativos existentes nessa localidade, que não são ofertados no meio rural. Essa questão é expressa pela Extensionista como uma das preocupações que deu origem à proposta:

*tudo estava na cidade: o médico estava na cidade, o supermercado estava na cidade e, por fim, o trabalho estava na cidade. E muitas vezes as pessoas que iam para a cidade em busca de trabalho, acabavam ficando na cidade e abandonando a roça (Extensionista).*

Diante desses fatos apontados nos resultados é possível compreender a necessidade em desenvolver projetos de extensão no meio rural, visto as grandes potencialidades existentes nesse meio, bem como a necessidade em promover trabalho e renda nessa localidade.

Até aqui, todos os resultados apontados inerentes às contribuições perceptíveis pelos atores envolvidos na pesquisa, levaram-nos ao entendimento acerca da importância das ações extensionistas por meio dos projetos de extensão, haja vista que os objetivos do projeto foram alcançados, e isso, é evidenciado a partir das mudanças ocorridas na vida das mulheres em vários aspectos: na aquisição de trabalho e renda, autonomia, autoestima e empoderamento.

Os resultados apontados e discutidos buscaram atender ao primeiro objetivo da pesquisa, já anunciado anteriormente.

#### **4.3.4 Impactos do Projeto de Extensão na formação do estudante**

Diante das mudanças, no decorrer dos anos, no modo e a velocidade como o indivíduo absorve e transmite o conhecimento, poderia ser insustentável manter um método de aprendizado tradicional, onde o educando mantinha o papel de ouvinte passivo e inerte e o professor apresentava conceitos intocáveis e rígidos de um tema específico. Atualmente, o ambiente acadêmico tem procurado desenvolver no educando a habilidade da busca dos conhecimentos, assim como saber usá-los em momentos práticos.

É com esse ideal acima apresentado, que o incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão, aparece nas instituições de ensino, inclusive logo no início do nível de graduação,

como forma de incentivar e influenciar os educandos a buscarem seu próprio conhecimento e desenvolvimento, e vincular essas oportunidades como iniciação à sua vida profissional.

Nesse aspecto, esse tópico busca trazer primeiramente o princípio da indissociabilidade dos pilares que sustentam as IES – ensino, pesquisa e extensão – como uma contribuição na percepção da Estudante Bolsista participantes da pesquisa.

Em seguida, serão apresentadas outras contribuições inerentes às diretrizes da interação dialógica, transformação social, impacto na transformação social e Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade.

Assim, seguindo o terceiro objetivo da pesquisa, foi realizada a análise das respostas dadas pela estudante bolsista durante a entrevista semiestruturada elaborada para tais fins. A entrevista foi estruturada em forma de perguntas que buscaram compreender e perceber a contribuição da diretriz indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e os impactos na formação do estudante. Vale lembrar que devido a entrevistada não ter apontado limites e desafios nessa temática, não serão aqui analisados nenhum resultado nessa direção.

A entrevista com a estudante bolsista continha questionamentos e apresentou alguns resultados. Assim, ao questionar se a estudante já havia participado de algum Projeto de Extensão e qual foi sua atribuição como bolsista do Projeto, os resultados mostram que a Estudante não havia participado anteriormente de nenhum projeto e ações de extensão, sendo seu primeiro envolvimento em extensão.

Segundo a Estudante bolsista:

*as atribuições estiveram voltadas para o desenvolvimento e aprimoramento das receitas dos biscoitos de polvilho, e embora, nunca tivesse desenvolvido tais receitas não encontrei dificuldades. Contrário a isso, as atribuições as quais nos foram confiadas contribuíram para o aperfeiçoamento da formação dos estudantes envolvidos no projeto de extensão,, já que nós estudantes estávamos envolvidos com cursos voltados para a área de alimentos como: Engenharia de Alimentos, Nutrição e Técnicos em Alimentos. Percebi também a importância da produção de um alimento padronizado, seguro e saboroso na vida das pessoas, e como essa combinação de fatores podem levar pequenos empreendedores ( no caso, as mulheres de Conceição dos Ouros) ao sucesso pessoal e profissional. (Estudante bolsista do Projeto de Extensão).*

Aqui, a Estudante apresenta entendimento da importância da sua participação em ações de extensão, e ações voltadas para a solução de problemas sociais para as mulheres rurais. Diante da percepção sobre o entendimento que a Estudante apresenta em suas reflexões sobre a satisfação da sua atuação em projetos de extensão, é que o próximo questionamento

procura conhecer se a Estudante bolsista já havia conhecido a realidade dos problemas sociais no meio rural do município, antes ou durante o Projeto.

De acordo com a Estudante bolsista, não houve conhecimento prévio sobre os aspectos sociais ou qualquer outra informação sobre o meio rural do município de Conceição dos Ouros, apenas tinha conhecimento sobre os objetivos do projeto. Segundo a Estudante:

*a ideia e o objetivo do projeto me chamaram muito atenção justamente por unir áreas do meu curso com o social (Estudante Bolsista).*

Ainda segundo a Bolsista, houve grande satisfação em participar de um projeto de extensão, visto que houve contribuições significativas para a sua formação, conforme novamente destaca a estudante sobre sua experiência em atividades de extensão:

*gostei muito de participar do Projeto. Através dele, pude ter contato com a pesquisa e com a parte social do Sul de Minas ao mesmo tempo e, além de ter a oportunidade de criar e testar produtos inovadores com base em polvilho e mandioca, pude conhecer mais sobre a cultura, costumes e sabores de Conceição dos Ouros.*

É notório que cada vez mais a interação ensino-aprendizagem se distancia das aulas tradicionais, aproximando-se de metodologias mais atuais, possibilitando desenvolver várias práticas cognitivas. Atividades de pesquisa, ensino e extensão são maneiras de desenvolver e promover maior interação dos alunos com os conhecimentos, assegurando habilidade de gerir dados e pessoas, expondo o participante a momentos de práticas profissionais, já que posicionam o educando frente a situações-problemas, bem como em posição de agente solucionador. É a partir dessas convicções que o educando poderá perceber os impactos e contribuições das atividades de extensão em sua formação acadêmica e profissional, conforme é exposto pela Estudante bolsista:

*para mim, todo aluno de graduação deveria ter a oportunidade de sair do ambiente estudantil e enxergar o mundo além da sala de aula. A melhor forma de aplicar os conhecimentos adquiridos na graduação é encontrando formas de melhorar a sociedade. Além de integrar-se com as matérias e projetos dentro da faculdade, o aluno tem a oportunidade de integrar-se com a sociedade em que vive e, dessa forma, pode melhorá-la. (Estudante Bolsista).*

As colocações da bolsista indicam a necessidade dos alunos experienciarem em sua formação novas formas de aquisição de conhecimentos, expandindo não somente os saberes acadêmicos de forma prática, mas também interagir com outros saberes que estão fora do espaço acadêmico, proporcionando ao estudante novos conhecimentos:

*com o projeto eu adquiri aptidão principalmente na elaboração e escrita de artigos e na criação, melhoramento e elaboração de um novo alimento, o que para um estudante da minha área é imprescindível (Estudante Bolsista).*

As colocações acima indicam que a estudante experienciou o protagonismo no processo de sua formação técnica, ou seja, houve obtenção de competências necessárias à atuação profissional, conforme destaca:

*realizei tarefas que me deram diversas competências, tanto de forma acadêmica quanto profissional, e ainda, como cidadã, me senti parte de algo que iria melhorar a vida das mulheres rurais do grupo Quitandas de Ouros, e isso para mim, foi a maior conquista.*

Nota-se, na fala da estudante, que o processo de Formação cidadã, permitiu-lhe reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.

Diante desses resultados, a pesquisa indica que a indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão aparece claramente nas ações do projeto, realizando um conceito novo de sala de aula, que não está restrito no interior da instituição. É diante dessa visão, que os acadêmicos que abraçam as ações de extensão se colocaram como protagonistas de sua própria formação cidadã e profissional. Os resultados, ainda, indicam que as ações buscaram trabalhar dentro dessas três dimensões da instituição, com o intuito de cumprir sua missão, mas também de trazer a compreensão para os envolvidos nas ações sobre a importância da realização do trabalho dentro dessa diretriz.

As análises evidenciam que as atividades extensionistas assinalam que foi possível envolver o ensino por meio do envolvimento de profissionais e alunos que disponibilizaram seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, puderam experienciar aprendizagens a partir de um conhecimento prévio obtido pelas ações de extensão (falo aqui dos conhecimentos - as receitas das mulheres da comunidade rural) e realizar pesquisas que complementassem esse conhecimento, conforme já foi aqui mencionado.

Em relação à interação dialógica entre o Instituto Federal, comunidade rural, organizações locais e comunidade acadêmica, foram abordadas questões que envolveram as desigualdades sociais existentes no meio rural, bem como a economia local, tradição e cultura alimentar dessa localidade. Os resultados mostram que houve grande envolvimento do Instituto Federal com a comunidade, por meio das ações extensionistas, visto que suas atividades favoreceram o diálogo com a sociedade através de parcerias para que houvesse participação e envolvimento entre todas as partes: Prefeitura, EMATER/MG, Associação dos produtores e as mulheres do grupo, promovendo, ainda, interação e troca de saberes entre a

escola federal e atores sociais em busca da superação dos problemas sociais existentes no meio rural. Nesse sentido, as análises mostram a importância da aproximação entre o Instituto Federal e órgãos públicos, sempre visando os interesses da sociedade.

Em se tratando da troca de saberes, os conhecimentos compartilhados entre as mulheres do grupo e a Bolsista estudante de Engenharia de Alimentos, estabeleceram uma relação dialética instituída entre o saber popular e o saber científico, originando em sua dialogicidade uma nova realidade, onde o antigo gera o atual conhecimento e um fazer compartilhado naquele momento específico.

A formação de uma equipe multidisciplinar e interprofissional foi apontada pela Coordenadora do projeto como uma contribuição, devido à formação de uma equipe constituída por profissionais das áreas de Pedagogia, Economia Doméstica, Engenheiro Agrônomo, Pedagoga, Engenharia de Alimentos e Nutrição, além de um Técnico em Alimentos para o desenvolvimento das receitas. Dessa equipe, três são alunos do IFSULDEMINAS, estudantes do curso de Alimentos os quais se empenharam em conhecer o projeto e seus objetivos. Suas ações estiveram voltadas para o desenvolvimento das receitas, planilhas de execução das atividades entre outras ações para o alcance dos objetivos do projeto, favorecendo o envolvimento dos alunos em ações de extensão na comunidade rural.

Os resultados adquiridos nesse contexto alinham-se àquilo que está preconizado na diretriz interdisciplinaridade e interprofissionalidade:

a combinação de especialização e visão holísticas pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais (FORPROEX, 2012a, p. 31-32).

Nesse sentido, os resultados indicam contribuições voltadas aos estudantes bolsistas promovendo aos alunos experiências, conhecimentos, experimento de atividades interdisciplinares e humanizadas, bem como uma formação técnico-científica, segundo a Coordenadora do projeto de extensão.

Ainda em relação a Estudante bolsista, os resultados indicam que houve orientação na formação profissional a partir da execução de atividades que estiveram voltadas para o aperfeiçoamento das aprendizagens dentro da área de conhecimento do estudante, proporcionando-lhes, durante a execução diversas competências, tanto acadêmica como profissional. O envolvimento dos estudantes bolsistas em ações de extensão proporcionou-lhes não somente uma nova experiência, mas a realização de estudos, análises e pesquisas, o que possibilitou o compartilhamento e expansão de novos conhecimentos.

Diante desses resultados, os estudos indicam que a indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão aparece claramente nas ações do Projeto, realizando um conceito novo de sala de aula, que não está restrito no interior da instituição. É diante dessa visão, que os acadêmicos e profissionais que abraçam as ações de extensão se colocaram como protagonistas de sua própria formação cidadã e profissional. Os resultados, ainda, indicam que as ações buscaram trabalhar dentro dessas três dimensões da instituição, com o intuito de cumprir sua missão, mas também de trazer a compreensão para os envolvidos nas ações sobre a importância da realização do trabalho dentro dessa diretriz.

As análises evidenciam que as atividades extensionistas assinalam que foi possível envolver o ensino por meio do envolvimento de profissionais e alunos que disponibilizaram seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, puderam experienciar aprendizagens a partir de um conhecimento prévio obtido pelas ações de extensão (falo aqui dos conhecimentos - as receitas das mulheres da comunidade rural) e realizar pesquisas que complementassem esse conhecimento, conforme já foi aqui mencionado.

No que tange à relação extensão-pesquisa, foi identificado que as ações do projeto viabilizaram a publicação de vários artigos, inclusive, algumas ações do projeto tiveram boa repercussão na região, e recebeu o reconhecimento da EMATER/MG como “Destaque nas ações de Extensão Rural” no ano de 2016, através do Congresso Internacional de Alimentação Escolar, promovido pelo FNDE/MEC e pela FAO. A premiação referente ao concurso “Boas práticas de agricultura familiar para a alimentação escolar”, teve 500 inscritos e apenas 25 foram selecionados incluindo o Projeto de Extensão, objeto de estudo dessa pesquisa, e sua ação foi reconhecida como a maior ação extensionista.

Os resultados também indicam que houve outras contribuições em relação a extensão-pesquisa. A Estudante bolsista, atualmente graduada em Engenharia de Alimentos pelo IFSULDEMINAS, compartilha sobre a aquisição de novos conhecimentos proporcionados pelas ações executadas durante o projeto:

*com o projeto eu adquiri aptidão principalmente na elaboração e escrita de artigos e na criação, melhoramento e elaboração de um novo alimento, o que para um estudante da minha área é imprescindível. (Estudante do curso de Engenharia de Alimentos pelo IFSULDEMINAS e Bolsista do Projeto).*

Nesse sentido, o que se percebe é que a diretriz da indissociabilidade mostra que as ações extensionistas podem “adquirir maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa)” (FORPROEX, 2012a, p. 32).

Os resultados mostram que a indissociabilidade está presente no projeto de extensão em questão, confirmando a importância desse tripé nas ações de extensão e, em particular, no impacto para a formação do educando.

Por fim, os resultados da pesquisa registram contribuições na percepção da Coordenadora concernentes à diretriz: impacto e transformação social, apresentando como as ações estão inseridas na diretriz em menção, as quais serão apresentando em três pontos:

Primeiramente, a atuação que favoreceu impacto e transformação social esteve estrategicamente voltada para as necessidades e interesses da comunidade rural e do município, resgatando a tradição e cultura alimentar bem como fomentando o movimento da economia local a partir da implementação da política pública no meio rural e o envolvimento de entidades locais nas ações do projeto, imprimindo à “Extensão um caráter essencialmente político” (FORPROEX, 2012a, p. 36). Em segundo, o apoio na formação do estudante foi fundamental para o fortalecimento das ações extensionistas dentro da instituição, tanto pessoal como profissionalmente, conforme já foi aqui descrito. O impacto da transformação social na vida acadêmica e pessoal do estudante é um fator essencial para sua qualificação e conscientização das questões sociais. Nesse sentido, ao participar de ações extensionistas por meio de projetos de extensão universitária, o educando tem possibilidade de experimentar aprendizagens acompanhadas de valores antes não experimentados em sala de aula, conforme apresenta a bolsista do projeto:

*para mim, todo aluno de graduação deveria ter a oportunidade de sair do ambiente estudantil e enxergar o mundo além da sala de aula. A melhor forma de aplicar os conhecimentos adquiridos na graduação é encontrando formas de melhorar a sociedade. Me sinto uma pessoa e profissional mais consciente e capacitada depois da participação no projeto, (Estudante do curso de Engenharia de Alimentos do IFSULDEMINAS, bolsista do projeto).*

Os pontos aqui apresentados indicam que o desenvolvimento de um trabalho orientado pelas diretrizes potencializa o fortalecimento dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU, a qual defende o desenvolvimento nacional.

As contribuições aqui apresentadas, através dos resultados da pesquisa, buscaram corresponder aos objetivos do estudo trazendo a visão de todos os atores envolvidos, conforme análise dos resultados adquiridos em campo.

A seguir serão apresentados os limites do projeto na percepção desses atores.

#### 4.4 Limites

Os limites apontados nesta pesquisa foram compreendidos como limitações que podem ser resolvidas, uma vez que são questões que dependem do esforço do indivíduo, embora, em alguns fatores, este poderá esbarrar em situações complexas inerentes a saberes que requer tempo e dedicação.

É importante salientar que todos os pontos apresentados na pesquisa concernentes aos limites apontados pelo grupo Quitandas de Ouros, também foram pontuados pela Coordenadora e Extensionista da EMATER/MG.

Em relação a Estudante bolsista, não foi identificado pela pesquisa nenhum limite. Assim, os limites apresentados estão pontuados no Quadro 9:

**Quadro 9 - Limites apontadas pelos atores participantes da pesquisa**

<b>Atores envolvidos na Pesquisa</b>	<b>Limites</b>
<b>Mulheres do Grupo Quitandas de Ouros</b>	Alcance de outros mercados; Escassez de recursos; Logística; Trabalho artesanal; Atendimento restrito ao PNAE
<b>Coordenadora do Projeto</b>	Tempo limitado para desenvolver o projeto; Corte dos recursos para o desenvolvimento das ações do projeto.
<b>Extensionista da EMATER/MG</b>	Autoconfiança; Capacitação.
<b>Estudante bolsista</b>	Não houve
<b>Observações</b>	Os fatores: Conhecer e atingir outros mercados, falta de equipamento e recursos, trabalho artesanal, atendimento a um único mercado e falta de capacitação foram apontados por todos os atores participantes da pesquisa, exceto pela estudante bolsista.

Fonte: Da autora (2019).

Os resultados desta pesquisa buscaram apresentar alguns fatores que aparecem como limitadores e que foram enfrentados pelas mulheres do grupo Quitandas de Ouros.

Durante o trabalho de grupo focal realizado com as mulheres do grupo Quitandas de Ouros, ao perguntar o que elas consideravam limites do projeto para o avanço das suas atividades, responderam *que o fato de estarem vinculadas a um único mercado limita o crescimento e desenvolvimento da agroindústria (RT)*.

As análises mostram a existência da insatisfação de algumas mulheres em relação ao atendimento a um único mercado, e isso poderá ser atribuído a alguns fatores como: permanência somente no mercado institucional há mais de dois anos; melhoria da renda; expansão dos produtos para outros mercados e o atendimento de um número maior de escolas.

Os resultados indicam alguns fatores que desfavorecem essa expansão para que as mulheres obtenham melhores resultados financeiros e, até mesmo, organizacional, como: pouco conhecimento da burocracia do mercado convencional; desconhecimento do funcionamento para este mercado (quais são as exigências de qualidade, padronização, etc.); escassez de recursos e de equipamentos; produção extremamente artesanal e logística. Contudo, é notório o despreparo das mulheres para o enfrentamento de um novo mercado, visto a baixa escolaridade e a necessidade de capacitações relacionadas à legislação do PNAE e funcionamento dos mercados convencionais (burocracia).

Diante desses aspectos, a pesquisa apresenta os limites na percepção da Coordenadora, a qual corrobora com as reflexões registradas pela análise apresentada anteriormente:

*elas têm a limitação pessoal, de tempo, de conhecimento mesmo de muitas coisas, e tudo isso é um limitador. Como elas poderão atender um mercado novo se elas não conhecem esse mercado? Outra coisa é a falta de capacitação em várias áreas como por exemplo: funcionamento da burocracia para atender outros mercados, e a questão da limitação financeira porque elas precisam de equipamentos para conseguir produtos melhores, e elas não têm recursos para alcançar essa necessidade. A falta de recursos não permite que elas ampliem e saiam dos produtos artesanais, e sem recursos elas não conseguem crescer, (Coordenadora do Projeto).*

Em relação à Extensionista da EMATER/MG, os resultados apontam plena corroboração concernentes às colocações da coordenadora, acrescentando, ainda, que outras questões como capacitações e autoconfiança, ainda são limitadores para o desenvolvimento e expansão do trabalho das mulheres, e acrescenta:

*ainda são questões que demandam tempo para executar as capacitações e o conhecimento da burocracia para de fato se sentirem preparadas para o enfrentamento de outros mercados, (Extensionista da EMATER/MG).*

Assim, as análises mostram que, apesar de alguns aspectos apontados influenciarem essa expansão, algumas mulheres do grupo Quitandas de Ouros parece ignorá-los. Isso é constatado quando surge na fala de uma das entrevistadas sobre a possibilidade em ir além dos contratos do PNAE firmados nas escolas federais e no município. No entanto, logo outras integrantes do grupo notificam suas limitações em termos de conhecimento, estrutura e falta

de mão de obra, confirmando a impossibilidade do momento em alcançar outros mercados e escolas da região.

Com base nas discussões e durante o trabalho de grupo focal, a fala de uma das mulheres apresenta reflexões importantes que acabam suplantando a ideia de expansão:

*porque às vezes você acha assim, vamos vender em pousadas, hotéis? Vamos. Mas será que nesse momento a gente tem esse potencial? Porque às vezes nas escolas a gente tá mantendo (AG).*

As análises indicam que as mulheres, em sua maioria, apresentam receios em arriscar o mercado conquistado e investir em um mercado desconhecido e, segundo elas, este poderá ser ainda mais exigente, e sem equipamentos adequados e mão de obra insuficiente, acreditam que poderão arriscar suas vendas, já asseguradas, no mercado institucional.

Em parte, parece haver certa acomodação em atender apenas o mercado institucional, porém, diante da inexperiência e escassez de vários elementos já mencionados, o grupo procura avançar de forma gradativa a fim de não perder o rumo e seu espaço já conquistado, além disso, as mulheres prezam a conquista em poder morar e trabalhar no meio rural.

Por fim, a pesquisa aponta os últimos fatores que aparecem como limitadores na percepção da Coordenadora, a saber: o curto espaço de tempo para o desenvolvimento das atividades do projeto (dois anos) e corte de recursos do projeto em andamento.

Os dados indicam que o curto tempo para a execução das atividades de projetos de extensão tanto desfavorece os beneficiários como poderá desqualificar as ações extensionistas, visto que o público atendido (como o caso das mulheres do grupo Quitandas de Ouros) poderá necessitar de acompanhamento antes, durante e após vigência do projeto, principalmente quando a extensão envolve ações complexas relacionadas a organização de uma agroindústria e às questões sociais no meio rural.

No caso das mulheres rurais do grupo Quitandas de Ouros, a necessidade de acompanhamento pós-projeto seria fundamental, uma vez que foi identificado baixa escolaridade e entendimento da legislação do programado PNAE em sua íntegra, entre outras questões que envolvem o desenvolvimento e funcionamento do espaço de trabalho dessas mulheres.

O último limitador apontado na pesquisa é referente à questão do corte de recursos com o projeto em andamento. Esse fator foi um dos limitadores que mais afetou as ações, pois, os desenvolvedores não contavam com tal procedimento, uma vez que o projeto havia sido aprovado. Esse fato levou os extensionistas a buscarem outras soluções para que as ações não fossem interrompidas e, nesse aspecto, a Coordenadora destaca a importância das

parcerias. Nesse momento as parcerias foram fundamentais, pois deram total suporte para que as ações não fossem interrompidas.

Esses fatores acabam colocando em risco o cumprimento da missão das ações da instituição em “produzir conhecimento capaz de induzir um desenvolvimento ético, humano e sustentável” (FORPROEX, 2012a, p. 47).

#### 4.5 Desafios

Os desafios que aparecem nos resultados da pesquisa são referentes a tudo aquilo que é necessário ser realizado, no entanto, essas tarefas se apresentam com um certo grau de dificuldade, mas possível de execução. Para apresentar esses desafios, será necessário falar sobre alguns fatores já mencionados, porém, aqueles que foram superados serão destacados com o viés de superação e como isso ocorreu. Os demais fatores ainda presentes também serão refletidos nesse tópico. Dessa forma, os desafios registrados pela pesquisa na percepção de todos os atores envolvidos no estudo estão pontuados no Quadro 10, conforme segue:

**Quadro 10 - Desafios apontados pelos atores envolvidos na Pesquisa**

<b>Atores envolvidos na Pesquisa</b>	<b>Desafios</b>
<b>Mulheres do Grupo Quitandas de Ouros</b>	Apoio da família; Invisibilidade do trabalho (família e sociedade); Espaço de trabalho, recursos e logística.
<b>Coordenadora do Projeto</b>	Selecionar um grupo sem laços familiares e de amizade, e sem histórico associativista;
<b>Extensionista da EMATER/MG</b>	O fator citado pela Coordenadora também foi apontado pela Extensionista, “acrescentando a de pendência do marido”. (Jugo patriarcal)
<b>Estudante bolsista</b>	Não houve
<b>Observações</b>	Os fatores: espaço, recursos e logística, foram apontados por todos os atores envolvidos na pesquisa, exceto pela estudante bolsista.

Fonte: Da autora (2019).

Dos desafios apontados pelas mulheres do grupo Quitandas de Ouros, como: apoio da família, invisibilidade do trabalho, espaço, recursos e logística, os dois últimos fatores ainda são presentes, apresentando-se como um dos maiores limitadores até então. Os dados mostram que os fatores *invisibilidade do trabalho*, *apoio da família e espaço* foram desafios parcialmente superados, conforme os resultados apresentados anteriormente. .

Os indícios de superação foram encontrados nas reflexões das próprias mulheres ao mencionarem o reconhecimento do trabalho pela sociedade e família. Contudo, nem sempre ocorreu dessa forma, uma vez que os dados mostraram que a invisibilidade esteve vinculada a uma visão negativa do trabalho das mulheres, visto que, inicialmente, o grupo de mulheres não havia se organizado devido à falta de liberação do espaço, que se encontrava em processo de reparos, afim de que a agroindústria pudesse funcionar com regularidade. Esse empecilho acabou expondo a situação precária do trabalho e colocando em risco a credibilidade das mulheres em relação ao trabalho por elas desenvolvido. Das cinco mulheres do grupo Quitandas de Ouros, apenas duas recebiam apoio familiar, enquanto as demais se desdobravam para convencer os esposos sobre a seriedade, importância e valor do seu trabalho.

Aqui, as análises mostram claramente que o processo da autonomia e autodeterminação ainda não havia se manifestado em algumas mulheres do grupo Quitandas de Ouros, implicando na falta de libertação da opressão patriarcal. É nesse sentido que o “processo de empoderamento favorece condições às mulheres para questionar, desestabilizar e se estruturar com o objetivo de erradicar a ordem patriarcal” (SARDENBERG, 2012).

Atualmente, o processo de empoderamento vem ocorrendo gradualmente na vida das mulheres do grupo, conforme anteriormente foi compartilhado pela Extensionista da EMATER/MG. Contudo, quando destacamos as três mulheres acima mencionadas, percebe-se ainda uma timidez em relação a vários fatores como: comprometimento nas decisões, poder da fala e das reflexões.

Em relação ao espaço de trabalho, a conquista das vendas dos produtos no mercado institucional contribuiu para que as mudanças em relação a esse espaço ocorressem de forma efetiva e dentro da legalidade, conforme Art. 1 do Projeto de Lei nº 022 de 13 de julho de 2017:

fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder o uso de duas salas do prédio escolar desativado, de propriedade do município de Conceição dos Ouros no Bairro Três Cruzes, zona rural deste município, às agricultoras familiares do projeto “Quitandas de Ouros” (CONCEIÇÃO DOS OUROS/MG, 2017).

A legalidade do espaço de trabalho no meio rural, atualmente local de funcionamento da agroindústria, e o fornecimento para o mercado institucional despertaram na comunidade rural, urbana e familiar um olhar diferenciado, bem como o respeito em relação às mulheres e ao trabalho por elas desenvolvido. Foi dentro deste contexto, que os resultados identificaram a superação parcial dos desafios apontados na pesquisa (Apoio familiar, invisibilidade do trabalho e espaço de trabalho).

Já em relação às questões de recursos e logística, a pesquisa apontou que estes se encontram em processo de evolução, visto que algumas necessidades para o crescimento, ainda existentes, são desafios que impedem o desenvolvimento da agroindústria, bem como impossibilita o alcance de outros mercados.

Em outro prisma, os desafios de espaço, recursos e logística também foram percebidos pela Coordenadora e Extensionista. Porém, esses desafios se apresentaram como elementos que fortaleceram as mulheres, no sentido da conquista de um espírito de luta, tornando-as mais unidas e organizadas. Apesar desses dados apresentados, ampliar o trabalho e a mão de obra parece um desafio, uma vez que os dados mostram que a questão de investimento/burocracia/mão de obra, travam o futuro da agroindústria, conforme questionamentos da própria Coordenadora:

*é possível superar essa questão de ampliar ou deixar do jeito que está? Se ficar do jeito que está, elas podem pegar mais mercados? (Coordenadora do projeto).*

Aqui, a fala apresenta certo teor de preocupação e dúvidas em relação ao fator em discussão, os riscos em não poder ampliar a estrutura da agroindústria poderão estagnar o trabalho conquistado pelas mulheres, e a pesquisa identificou que algumas mulheres ainda não perceberam essa dimensão. Dessa forma, as análises nos levam a questionar como, de fato, as mulheres percebem a importância de uma estrutura mais estável e organizada para a permanência do seu trabalho no mercado e no meio rural?

Outro desafio que aparece nos resultados é a questão do jugo patriarcal, assinalado pela Extensionista como um período de dominação masculina sobre as mulheres, conforme já colocado aqui. Esse fato mencionado se apresenta de diversas formas, dentre eles, a determinação das atividades domésticas impostas pelos homens sobre as mulheres, bem como a ausência dos lares licenciada e aprovada por eles.

A pesquisa apresenta de forma clara, o poder exercido pelo homem, seja na administração do lar ou nas decisões que envolvem os demais indivíduos que compõem essa família e, nesse sentido, as análises trazem a importância da autonomia e empoderamento dessas mulheres para que elas possam questionar as relações patriarcais, que segundo Batliwala (1994, p. 131 citado por SARDENBERG, 2009, p. 7), isso implica em mudanças, no que refere ao controle dos homens sobre as mulheres.

Essas mudanças foram identificadas na pesquisa quando as mulheres apresentam a compreensão da existência da subordinação patriarcal na família e, isso, é constatado quando uma das entrevistadas expressa esse diálogo entre elas: *eu digo para elas trabalhar e ter o*

*dinheirinho delas, ter liberdade de fazer que quer, sair, comprar suas coisinhas e conquistar seus sonhos (AG).*

Quando ocorre o processo de compreensão da subordinação patriarcal, significa um grande passo para a libertação das amarras de gênero, uma vez que permite às mulheres questionarem sua situação subordinada e identificar de que forma isso ocorre. Contudo, “a crença, por parte delas, em relação às barreiras ao seu acesso e exercício do poder, determina como um dos principais desafios ao processo de empoderamento” (BATLIWALA, 1994 citado por SARDENBERG, 2009).

Por fim, os resultados da pesquisa apresentam o último desafio na percepção da Coordenadora, este referente à dificuldade que o projeto enfrentou para “selecionar”<sup>10</sup> um grupo de mulheres sem laços de amizade e parentesco, e sem experiências associativistas.

As análises mostram que a formação de um grupo sem laços de amizade ou parentesco poderia comprometer a organização do grupo de trabalho. Assim, os dados indicaram a existência de parentesco entre as mulheres do grupo Quitandas de Ouros, fato não previsível pelos desenvolvedores envolvidos no projeto. Talvez essa questão explique a unidade do grupo durante a organização e sua permanência durante os quatro anos de existência.

Em relação ao segundo fator (sem experiência associativista), as mulheres não experienciaram atividades e vivências em um grupo social, embora três das cinco façam parte da Associação dos Produtores Rurais do município, o baixo grau de participação dessas três mulheres nas atividades e decisões da Associação não é suficiente para despertar a importância do associativismo, tanto no sentido de constituir alternativas de viabilidade das atividades econômicas e caminhos para participar de outros mercados, como no sentido organizativo que poderia despertar o senso participativo e político. Esses e outros fatores do associativismo poderiam lhes trazer benefícios, tanto na organização inicial dos trabalhos na agroindústria, quanto nas questões relacionais, resolução de problemas e práticas solidárias, entre outros.

---

<sup>10</sup> A expressão “selecionar” não foi uma prática ocorrida durante a constituição do grupo Quitandas de Ouros, portanto, quando se fala “selecionar” está no sentido da formação de um grupo com disposições e habilidades culinárias. Esse fato é apresentado pela Extensionista quando salienta que a proposta do projeto havia sido aberta para todas as comunidades rurais e inclusive, apenas 30 mulheres compareceram no evento para esclarecimentos sobre o projeto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo possibilitou compreender alguns aspectos do Projeto de Extensão que promoveram empoderamento e geração de renda às mulheres rurais do grupo Quitandas de Ouros.

Os primeiros resultados desse estudo indicaram que o projeto de extensão estimulou a participação das mulheres rurais nas atividades que promoveu, visando resgatar sua autoestima e desenvolver a autonomia e empoderamento. As estratégias utilizadas alcançaram uma das maiores contribuições do projeto: o impedimento do êxodo rural.

A organização de uma agroindústria no meio rural e a participação das mulheres em uma política pública para a agricultura familiar foram alguns fatores utilizados na pesquisa para responder aos questionamentos e alcance dos objetivos do estudo.

Vale destacar e lembrar que o projeto apresentou objetivos como: desenvolvimento de uma linha de produtos alimentícios viáveis do ponto de vista econômico e nutricional para comercialização na alimentação escolar; profissionalização e organização social das mulheres rurais para produção, gestão e comercialização; contribuir com geração de renda, melhoria da autoestima e empoderamento e, por fim, possibilitou às mulheres rurais o acesso aos mercados institucionais através da política pública (PNAE).

Diante dos objetivos pontuados, os resultados apontam que o projeto buscou trabalhar ações complexas e relevantes para a sociedade, sobretudo para o grupo de mulheres da comunidade rural. Diante dessa complexidade, entendemos que o prazo determinado de vinte e quatro meses (dois anos) para o desenvolvimento das ações foi um dos limites que impossibilitou melhores resultados do projeto, além do corte dos recursos públicos para o desenvolvimento integral das ações. Esses limites apontados acabaram inviabilizando o atendimento necessário às mulheres rurais. Estas apresentaram pouco tempo de escola formal; falta de histórico organizativo; desconhecimento da legislação do programa e problemas com as relações de gênero na família, fatores que demandam maior tempo de acompanhamento para obtenção de melhores resultados.

Em relação ao empoderamento das mulheres, foi possível observar que este ocorreu fortemente dentro da dimensão econômica do empoderamento, visto que as mulheres se sentiram mais valorizadas a partir de sua inserção no mercado de trabalho e geração de renda por meio do PNAE. Dessa forma, elas se sentem mais incluídas socialmente e com maior autonomia financeira devido à sua participação ativa na produção dos alimentos fornecidos para as escolas federal e municipal através do programa.

Assim, o Projeto influenciou de forma direta e significativa na vida das mulheres do meio rural e esse processo não se deu apenas pelo fato de inseri-las em um programa de governo, mas também, valorizou o trabalho, as mulheres rurais, a tradição e a cultura alimentar do município.

Conclui-se que, com a participação no PNAE, as mulheres alcançaram melhor qualidade de vida, uma vez que elas têm mais acesso e autonomia em relação à renda familiar e liberdade das suas próprias vidas. Além disso, a satisfação dessas mulheres em morar e trabalhar no meio rural, possibilitou o desenvolvimento da autonomia, autoestima e empoderamento, mostrando-lhes possibilidades e competências que proporcionaram ir além do espaço doméstico e enfrentar outros espaços e relacionamentos, talvez, antes não experienciados.

É importante ressaltar sobre a ousadia e coragem das mulheres do grupo Quitandas de Ouros em desenvolver atividades para a geração de trabalho e renda, bem como o enfrentamento de realidades desafiadoras e a aquisição de novas experiências, as quais apresentaram diversos obstáculos, alguns superados e outros ainda em processo de superação.

Dessa forma, as percepções relacionadas às contribuições do projeto para o empoderamento e geração de renda das mulheres do grupo Quitandas de Ouros sinalizaram que as ações extensionistas, por meio do projeto de extensão, possibilitaram mudanças significativas na vida dessas mulheres. Porém, vale ressaltar que a viabilidade dessas mudanças também ocorreu devido às próprias mulheres se permitirem experimentar esse processo, possibilitando, de fato, mudanças em suas vidas. Esse processo é evidenciado mediante constatação nos resultados, os quais apresentaram não somente a aquisição de trabalho e renda, mas, também, uma nova e diferenciada postura dessas mulheres perante a família e sociedade.

Outras menções de contribuição do projeto estiveram voltadas para a valorização do trabalho da mulher, agregando a esses fatores, trabalho, geração de renda, diálogo e parcerias entre o IFSULDEMINAS, EMATER/MG, Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros e APRACOUROS.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, favoreceu e facilitou novas formas pedagógicas de reprodução, produção e socialização de saberes. Esse processo proporcionou aos estudantes envolvidos nas ações do Projeto de Extensão, novas experiências e conhecimentos, oportunizando a superação da dicotomia entre teoria/prática, indivíduo/objeto e o empírico/razão, e, ainda, a interdisciplinaridade.

Nesse sentido, a estruturação de uma equipe interdisciplinar e interprofissional conferiu às ações do projeto de extensão o desenvolvimento de um trabalho pautado nas diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária, evidenciando a necessidade dessas diretrizes na orientação das ações de extensão nas Universidades Públicas Brasileiras.

Os limites apontados nesta pesquisa foram compreendidos como limitações, porém, considerados possíveis de resolução, já que as situações apresentadas durante o projeto dependem do esforço de cada indivíduo, embora em alguns fatores as mulheres esbarrem em situações complexas inerentes a saberes que requerem tempo e dedicação.

Fica evidenciado que os limites pontuados neste estudo, foram enfrentados e tratados de forma coletiva e, atualmente, as mulheres têm buscado apoio das parcerias, principalmente da EMATER/MG, com intuito de superar e alcançar novos objetivos, e apesar desses limites aparecerem como obstáculos quase insolúveis, entendemos que existem grandes perspectivas para o alcance de novas conquistas, por parte das mulheres.

Assim, os limites apresentados desenvolveram no grupo Quitandas de Ouros, senso de equilíbrio e responsabilidade, uma vez que foram conduzidas a buscar soluções para sanar problemas relacionados ao trabalho, família e de relacionamentos internos e externos, evidenciando que as mulheres estão em processo de empoderamento. O estudo considera que os relacionamentos poderão ser um dos fatores que viabilizou a autoconfiança e autonomia das mulheres, visto que possibilitou o manejo de diversas ações como o diálogo e negociações através dos novos contratos firmados entre escola federal e municipal.

Em relação aos desafios, a pesquisa apontou alguns resultados direcionados às mulheres e ao projeto de extensão. Sobre o projeto de extensão, dois pontos importantes foram destacados nos resultados e identificados como limites e desafios: o curto espaço de tempo estipulado para o desenvolvimento dos projetos de extensão e o corte de recursos para o desenvolvimento das ações. Esses percalços sinalizaram sobre a importância de projetos de extensão desenvolver ações que possam articular-se no sentido de suprir supostas necessidades que poderão surgir durante a trajetória das ações. Contudo, faz-se necessário repensar sobre o prazo de dois anos para o desenvolvimento de projetos de extensão, principalmente quando se trata de ações complexas que envolvem questões sociais que demandam mais tempo de atuação. É necessário repensar esses prazos para que as ações de extensão obtenham melhores resultados, contribuindo assim com a Extensão desenvolvida nas Instituições e com o atendimento à comunidade.

Em relação ao financiamento, apesar do projeto de extensão aqui trazido ter sido desenvolvido em tempos mais favoráveis à Extensão e às Instituições Públicas, as ações do

Projeto sofreram cortes que desfavoreceram e até comprometeram o desenvolvimento e finalização das ações do projeto. Nessa perspectiva, vale destacar a importância do financiamento para o desenvolvimento das ações e assim, atender as necessidades e demandas da sociedade.

Diante das colocações acima, vale lembrar-se dos desdobramentos que os Fóruns vêm realizando para fortalecer e legitimar a Extensão, e que as situações ocorridas na atualidade não podem ofuscar toda essa trajetória até então percorrida.

Em relação às mulheres, foi evidenciado que alguns desafios foram superados e outros estão em processo de superação, porém, os estudos mostraram que a existência das dificuldades é também responsável pelo desenvolvimento coletivo e pessoal delas, uma vez que essas dificuldades foram geridas pelas mulheres com êxito, encorajando-as e impulsionando-as a conquistar seus objetivos.

Os estudos ainda destacam sobre a importância de Projetos de Extensão apoiarem a criação de espaços de discussões que permitam reflexões favoráveis ao desenvolvimento e amadurecimento dos relacionamentos e da gestão de conflitos dos beneficiados envolvidos nas ações de extensão.

Ainda em relação às mulheres, a pesquisa permitiu reflexões significativas acerca da trajetória de vida e sua percepção de alguns indícios sobre o desenvolvimento do processo de empoderamento. Embora esse não fosse o tema da pesquisa de campo, durante os trabalhos de grupo focal e entrevista, os dados pontuados indicaram nas falas das mulheres que o processo de empoderamento ocorre de forma gradual dentro do grupo Quitandas de Ouros. As evidências desses fatos estiveram atreladas às falas das mulheres relacionadas aos questionamentos das suas atuais realidades, tanto em casa como no espaço de trabalho, discutindo suas relações de dependência e de subordinação aos esposos, começando a querer mudanças e até mesmo, tencionar a opressão patriarcal. Durante todo o processo da pesquisa de grupo focal e entrevista, foram mencionadas frases como: *antes eu era assim, hoje sou assim; antes eu não fazia isso, hoje eu realizo, sou capaz*. Acredita-se que essas reafirmações poderão desencadear e acelerar o processo de empoderamento das mulheres do grupo Quitandas de Ouros.

Esses avanços podem ser vistos como um empoderamento para a libertação, podendo contribuir para que outras mulheres possam se conscientizar da sua força, do seu poder, dos seus direitos, e se articular talvez até de forma coletiva para conquista-lo.

Este estudo, ainda apresentou evidências em relação a Extensão e suas ações através dos projetos de extensão, destacando a importância da continuidade e permanência desses

projetos, os quais trazem reflexões significativas sobre o papel da extensão universitária e as possibilidades em contribuir com as questões de desigualdades sociais existentes no país.

O estudo trouxe, em seus resultados, realces sobre as características da extensão tecnológica manifestadas nas ações do Projeto de Extensão; esta é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, confirmando a importância da realização das ações de extensão como possibilidade no atendimento à população e o desenvolvimento da Instituição a partir dos projetos de extensão, possibilitando visibilidade à Instituição Federal e a legitimação da extensão tecnológica. Ainda foi identificado que a dimensão de extensão tecnológica utilizada pelo projeto foi referente ao Empreendedorismo e Associativismo, onde as ações estiveram em torno de concepções próprias dos Institutos Federais. Foi também perceptível que essas concepções de extensão, as quais estiveram presentes no Projeto de Extensão, aparecem no atendimento aos segmentos sociais e ao mundo do trabalho, bem como na emancipação do cidadão.

Em se tratando ainda sobre Extensão Tecnológica, este estudo poderá contribuir com uma futura agenda de pesquisa sobre estudos mais aprofundados em relação à Extensão nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Ademais, os resultados encontrados durante as análises desta pesquisa também poderão ser referência para o desenvolvimento de outros projetos de extensão, ressaltando a confirmação da importância de ações do projeto em estudo ter contribuído com as questões de desigualdade social no meio rural. Nesse sentido, os resultados da pesquisa também poderão servir de respaldo para aqueles que estão envolvidos com as questões da Extensão Universitária, possibilitando mais legitimação à Extensão, podendo, ainda, estar mais bem contemplada do que apenas como um dos pilares da universidade.

É necessário frisar que entendemos que não cabe à universidade e nem aos Institutos Federais resolver os problemas sociais do país, o atendimento aos serviços básicos e da sociedade em geral é compromisso da administração pública. Educação, saúde entre outros serviços podem fazer parte das atividades de extensão, porém não devem e não podem ser a sua principal atividade, como já foi.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L. C. (Ed.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University, 1994. p. 127-138.

BATOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília, DF, 1931. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955**. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956**. Dá nova redação ao arts. 1º, 2º e 4º do Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39007-11-abril-1956-329784-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 56.886, de 20 de Setembro de 1965**. Modifica denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56886-20-setembro-1965-397151-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8913.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8913.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 2009a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)> Acesso em: 30 dez. 2016.

BRASIL. **Medida provisória no 1.784, de 14 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas/1784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/1784.htm)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória n.º1.979-19 de 02 de junho de 2000.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000112&pid=S1413-812320130004000200020&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000112&pid=S1413-812320130004000200020&lng=pt)>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2009b. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRITTO JÚNIOR, A. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2016.

BUTTO, A. et al. **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

CAMPOS, C. M. **“Salve ouros cidade querida” (Dois séculos de história)**. Pouso Alegre: Graficenter, 2002.

CECCON, P. R. **IFSULDEMINAS: da criação aos Impactos da Expansão**. 2017. 137 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2017.

CHAYANOV, A. **La organizacion de La unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342 p.

COELHO, F. M. G. **Questões pedagógicas, éticas e políticas da extensão universitária: a arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Suprema, 2014. 188 p.

CONCEIÇÃO DOS OUROS/MG. Prefeitura. **Projeto de Lei nº 022 de 13 de julho de 2017**. Autoriza a cessão de uso de bem imóvel do município e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.conceicaodosouros.mg.leg.br/docs/legislacao/LEI\\_1694.pdf](https://www.conceicaodosouros.mg.leg.br/docs/legislacao/LEI_1694.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Extensão tecnológica: rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Cuiabá, 2013.

CORREIA, O. V. **A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico**. São Cristóvão: UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2000. 417 p.

COSTA, A. A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: NEIM/UFBA, 2004. (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher).

DEERÉ, C. D; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Tradução Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 501p.

DIPUC. **Projeto doces matas: diagnóstico participativo de unidades de conservação**. Belo Horizonte: IEF/IBAMA, 2002. 46 p.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Aquisições agricultura familiar 2014**. 2018. Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **A articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimentos regional e nacionais**. Fortaleza, jun. 1995. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1995-IX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **A Construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional**. Vitória, maio 1987. Disponível em: <[www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf](http://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **A extensão universitária:** a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional. Vitória, maio 1994. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1994-VIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **A institucionalização da Extensão no contexto da autonomia Universitária e sua gestão democrática.** São Luís, jun. 1991. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1991-V-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **A organização da extensão nas universidades públicas brasileiras.** Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **A Universidade e a cultura.** Santa Maria, abr. 1992. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1992-VI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária.** Cuiabá, jun. 1993. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1993-VII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Campo Grande, maio 1999. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Belém.** Belém, maio 2014a. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2014-XXXV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX\\_PA.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2014-XXXV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_PA.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Brasília – 25 anos de FORPROEX.** Brasília, DF, nov. 2012b. Disponível em: <[www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-XXXII-Encontro-Nacional-Brasilia.pdf](http://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-XXXII-Encontro-Nacional-Brasilia.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Florianópolis.** Florianópolis, nov. 2017b. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA\\_DE\\_FLORIANOPOLIS.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA_DE_FLORIANOPOLIS.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Goiânia**. Goiânia, nov. 2014b. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2014-XXXVI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX\\_GO.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2014-XXXVI-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_GO.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Gramado**. Gramado, maio 2015a. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX\\_RS.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_RS.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de João Pessoa**. João Pessoa, nov. 2015b. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX\\_PB.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_PB.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Maceió**. Maceió, maio 2011a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2011-XXIX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Ouro Preto - Extensão e conjuntura**. Ouro Preto, set. 2016b. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta\\_de\\_Ouro\\_Preto\\_-\\_XL\\_FORPROEX.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_de_Ouro_Preto_-_XL_FORPROEX.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2011b. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2011-XXX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de São Bernardo do Campo**. São Bernardo do Campo, maio 2016a. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2016-XXXIX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX\\_SP.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2016-XXXIX-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_SP.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta do Rio de Janeiro**. Brasília, DF, maio 2013a. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2013-XXXIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX\\_RJ.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2013-XXXIII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_RJ.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Vitória**. Vitória, dez. 2018b. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA\\_DE\\_VIT%C3%93RIA\\_FORPROEX\\_1.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/CARTA_DE_VIT%C3%93RIA_FORPROEX_1.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta-Manifesto de Natal**. Natal, jun. 2018a. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta\\_manifesto\\_de\\_Natal\\_2018.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Carta_manifesto_de_Natal_2018.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Curitiba, 2008. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **10 anos de Fórum:** avaliando a extensão. Curitiba, jun. 1997a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Estratégias de articulação com o ensino e a pesquisa e os subtemas:** extensão, pesquisa e compromisso social conceito de sala de aula; extensão, estágio e crédito curricular; projetos e atividades de extensão. Belo Horizonte, maio 1988. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1988-II-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária - as perspectivas nos anos 90:** educação e alfabetização e metodologia em extensão universitária. Florianópolis, maio 1990. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1990-IV-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extraordinário.** Brasília, DF, 1998a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Fortaleza, 2010a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. João Pessoa, 2000. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. João Pessoa, 2009a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Manaus, 2003. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Natal, maio 1998b. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Palmas, nov. 2013b. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012a. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Porto Seguro, 2006. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Por uma política de extensão universitária**. Belém, abr. 1996. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Programa Nacional temático – Universidade Cidadã (extraordinário)**. Brasília, DF, 1997b. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Recife, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Relação da Universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços**. Belém, jul. 1989. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1989-III-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Santo André, 2010b. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. São Luís, 2005. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Vitória, 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.  
GOHN, M. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 154 p.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GUI, R. T. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 135-160, jan./jun. 2003.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Fortaleza: UFC, 1986. 182 p.

HIRATA, A. R. et al. Resgate e preservação de cultura alimentar no município de Conceição dos Ouros: resultado de Diagnóstico Rural Participativo. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IFSULDEMINAS, 7., e SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 4., 2015, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: IFSULDEMINAS, 2015. 1 CD-ROM.

HOROCHOVSKI, R. R. Empoderamento: definições e aplicações. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS; ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPOCS, 2006. p. 1-29.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: Seminário nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conceicao-dos-ouros/historico>>. Acesso em: 27 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=311780>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: \_\_\_\_\_. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. 2002. p. 21-44.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte . **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

KIELBLOCK, A. G. O. **A Implantação de uma agroindústria rural para fabricação de biscoitos e quitandas de polvilho e mandioca em Conceição dos Ouros-MG: desafios e potencialidades**. 2017. 42 p. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

LISBOA, T. K. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. (Fazendo Gênero, 8, Corpo, violência e poder).

LEONIDIO, L. F. S. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras–FORPROEX (1987-2012)**. 2017. 182 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25316>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

LOPES, O. **CRUTAC e CINCRUTAC: treinamento rural universitário prestação de serviço à comunidade**. Natal: Imprensa Universitária, 1972. 105 p.

MAGESTE, G. S. et al. **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para organizações**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 5., 2008, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO548.pdf>>. Acesso em: 6 de março de 2019.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. 2003. 210 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/6190>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELO, J. R. **A extensão universitária na UFPE: uma análise sobre a produção extensionista na perspectiva docente 2004-2009**. 2010. 162 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MORAIS, R. **A universidade desafiada**. Campinas: UNICAMP, 1997.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987–2000**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira 1975-1999**. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 1999. 255 p. Mimeo.

OLIVEIRA, A. L. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária**. 2004. 112 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 8-27, dez. 2015. Disponível em: <[http://ojs.unesp.br/index.php/revista\\_proex/article/view/1225](http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225)>. Acesso em: 16 dez. 2018.

OLIVEIRA, M. L. S. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. 2006. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Ciências Humana e Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciências e Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, S. L. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 63-84, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 fev. 2019.

PIMENTEL, G. A. **Universidade e políticas de extensão no Brasil do governo Lula: período de 2003 a 2010**. 2015. 281 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular. 1966. Cap. 1, p. 25-54. (Clássicos sobre a Revolução Brasileira).

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, maio 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100003>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

RAIMUNDO, R. R. F. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais: desenvolvimento sustentável por meio das aquisições da agricultura familiar**. 2017. 114 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

REIS, R. H. dos. A institucionalização da extensão. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 67-81, jan./jun. 1992.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá, n. 4, p. 129-148, maio 2008.

RIBEIRO, A. L. P.; CERATTI, S.; BROCH, T. D. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto- GEDECON**, Cruz Alta, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/File/282/222>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002. p. 5-8.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitaria, 2009. 238 p.

SANTOS JÚNIOR, A. L. **A Extensão Universitária e os entre-laços dos saberes.** 2013. 265 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17554>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SARDENBERG, C. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista.** 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>>. Acesso em: 05 maio 2018.

BARDELINI, H. B. **A Extensão universitária: desenvolvimento e perspectivas.** 2005. 155 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de TUIUTI, Curitiba, 2005.

SCHENEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SEBINELLI, R. M. M. G. **Política de Extensão Universitária: o debate nacional e a experiência da Universidade Estadual de Campinas.** 2004. 161 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253606>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SILVA, C. J. R. et al. (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões.** Natal: IFRN, 2009. 70 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192)>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SIQUEIRA, A. E. S. S. D. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano.** 2014. 250 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, S. R. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: análise do processo de implementação no município de Belo Horizonte-MG.** 2015. 136 p. Dissertação (Magister Scientiae) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

SOUZA, A. L. L. **A História da extensão universitária.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

STROPASOLAS, L. V. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Manual dinâmico para elaboração de proposta de projetos de extensão universitária e iniciação a extensão universitária.** São Paulo: PROEX, 2017. 22 p. Disponível em: <<http://www.clp.unesp.br/Home/Extensao10/manualdinamicoproex2017.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Institucional sobre a UFLA: história.** Lavras, 2016.

WANDERLEY, B. N. M. O Campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba, v. 52, p. S025-S044, 2014.

WANDERLEY, B. N. M. “Franja periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, K. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa Fé de Bogotá: Tercer Mundo, 1997. 259 p. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/53100/1/9586017354.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

## APÊNDICES

### Pesquisa de Campo: Universidade Federal de Lavras (UFLA) Mulheres do Grupo Quitandas de Ouros

#### APÊNDICE A

#### ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

##### Informações gerais

Nome:	Estado Civil:
Idade:	Nº de Filhos:
Bairro Rural:	Ocupação antes do Projeto:
Escolaridade:	Renda Mensal, antes do Projeto de Extensão:
Filha de agricultor:	Esposa de agricultor:
Propriedade própria:	Função que ocupa na agroindústria:

##### Outras Informações

1. Sempre morou na Zona Rural?
2. Já viveu ou sempre viveu da agricultura?
3. Faz ou já fez parte de alguma Associação?
4. Qual o nível de participação nas reuniões da Associação? (Caso faça parte da Associação)
5. Participa de outras reuniões ou encontros coletivos (encontros de mulheres ou outros movimentos)?
6. Existem dificuldades para realizar a identificação dos Editais para a comercialização das quitandas?
7. Sobre o Projeto de venda, é possível preenchê-lo sem a participação dos extensionistas?
8. Quanto a divisão das tarefas no espaço de trabalho, como ocorreu essa divisão?
9. São realizados encontros ou reuniões do grupo para avaliação do trabalho e prestação de contas? Com qual frequência?
10. O trabalho da agroindústria proporciona reflexões em relação a relacionamentos internos e externo, conquistas e mudanças?
11. Se proporciona reflexões, quais são os conteúdos dessas reflexões?
12. Todas as mulheres do grupo têm participação ativa nas decisões do espaço de trabalho?
13. O trabalho na agroindústria é exercido com transparência e compartilhamentos?
14. Como é realizada essa transparência?
15. O trabalho na agroindústria tem promovido mudança no relacionamento com a família?

**Pesquisa de Campo: Universidade Federal de Lavras (UFLA)  
Mulheres do Grupo Quitandas de Ouros**

**APÊNDICE B**

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE GRUPO FOCAL**

1. Qual foi a maior contribuição do projeto para cada uma?
2. Como vocês percebem a questão do trabalho em grupo?
3. Como a família tem visto o trabalho de vocês?
4. Quanto a conquista do trabalho, vocês se sentem mais fortalecidas, mais autônomas, mais emancipadas?
5. Você acha que a família e a sociedade reconhecem e respeitam essas conquistas?
6. A rede de relacionamentos de vocês aumentou ou vocês se relacionam com as mesmas pessoas?
7. Quais dificuldades foram enfrentadas pelo grupo e que aparecem como desafio?
8. Para vocês, o que significou a venda das quitandas pelo PNAE?
9. O que significou a venda para as escolas federais e municipal?
10. Vocês conseguem perceber o valor do trabalho de vocês?
11. O que vocês gostariam de fazer ou acreditam que ser uma necessidade, mas acham que não tem jeito de realizar (limite)?

**Pesquisa de Campo: Universidade Federal de Lavras (UFLA)  
Coordenadora e Extensionista do Projeto**

**APÊNDICE C**

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

1. Como e por que surgiu a ideia em desenvolver um projeto de extensão voltado para as mulheres rurais?
2. Quais desafios do projeto poderão ser apontados, uma vez que este teve como um dos objetivos trabalhar a autonomia mulheres do grupo Quitandas de Ouros??
3. Como foram percebidas as desigualdades sociais no meio rural?
4. Como os resultados do projeto foram pensados para o alcance da autonomia das mulheres do grupo Quitandas de Ouros??
5. Quais foram as estratégias de intervenção para trabalhar as desigualdades sociais e fomentar a autonomia e empoderamento das mulheres do grupo Quitandas de Ouros?
6. A inserção das mulheres do grupo Quitandas de Ouros nos espaços institucionais poderá contribuir para que elas participem e se empoderem em outros espaços?
7. Quais contribuições, limites e desafios do projeto na perspectiva do empoderamento e geração de renda das mulheres do grupo Quitandas de Ouros?
8. Quais as contribuições, limites e desafios do projeto no que tange os cinco eixos da Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU)?

**Pesquisa de Campo: Universidade Federal de Lavras (UFLA)  
Estudante Bolsista do Projeto**

**APÊNDICE D**

**ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**Informações gerais**

Nome/Instituição/ Curso de Graduação/Ano de início da Graduação/Término do curso de Graduação

**Informações sobre os possíveis impactos da ação no projeto de extensão**

1. Em qual período do curso foi bolsista do projeto, ou em quais períodos?
2. Durante a graduação já havia participado de algum Projeto de Extensão e qual foi sua atribuição como bolsista do Projeto?
3. Você conheceu a realidade dos problemas sociais do município, antes ou durante o projeto?
4. Poderia falar sobre a sua experiência no Projeto?
5. Qual sua percepção da Extensão a partir da participação e contribuição neste Projeto?
6. Em seu ponto de vista, qual a importância do aluno em participar das ações de extensão?
7. Para você as ações de Extensão, as quais fez parte neste projeto, ajudou em sua formação? Se sim, pode nos relatar sucintamente sobre isso?
8. Você acredita que o trabalho desenvolvido proporcionou novos conhecimentos? Pode nos falar um pouco desses novos conhecimentos?
9. Durante o processo de desenvolvimento das suas atividades relacionadas ao projeto, sentiu-se protagonista no processo de sua Formação Técnica e Cidadã? Se sim ou não, pode justificar? *Formação Técnica: processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional. Formação cidadã: processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.*
10. Você acredita que o trabalho que desempenhou como estudante bolsista contribuiu de alguma forma para a transformação social e solidariedade em relação às mulheres rurais que foram beneficiadas pelo projeto? Pode justificar sua resposta?
11. Você tem consciência que o trabalho desenvolvido promoveu impacto social na vida das mulheres beneficiadas pelo projeto e no município de Conceição dos Ouros? Pode falar um pouco sobre isso?
12. Os resultados do trabalho desenvolvidos no projeto enriqueceram sua experiência como discente? Se sim ou não pode justificar?
13. Você sentiu que sua formação está mais qualificada, após o envolvimento com as atividades e ações de extensão do Projeto? De que forma?